



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

RENILDES SANTOS MACIEL

**MODALIDADE EAD EM SERGIPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA
FORMAÇÃO SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL**

São Cristóvão/SE
2018

RENILDES SANTOS MACIEL

**MODALIDADE EAD EM SERGIPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA
FORMAÇÃO SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Núbia Santos

**São Cristóvão/SE
2018**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

M152m Maciel, Renildes Santos
Modalidade EAD em Sergipe : desafios e perspectivas para
uma formação superior em Serviço Social / Renildes Santos Maciel
; orientadora Vera Núbia Santos. – São Cristóvão, SE, 2018.
168 f.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade
Federal de Sergipe, 2018.

1. Serviço Social - Sergipe. 2. Educação superior. 3. Educação
à distância. I. Santos, Vera Núbia, orient. II. Título.

CDU 36:37.018.43(813.7)

RENILDES SANTOS MACIEL

**MODALIDADE EAD EM SERGIPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA
FORMAÇÃO SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em: 07 de agosto de 2018

Profa. Dra. Vera Núbia Santos
Presidente – Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Jane Cláudia Jardim Pedó
1ª Examinadora – Universidade Tiradentes

Profa. Dra. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves
2ª Examinadora – Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Maria Helena Santana da Cruz
Suplente – Universidade Federal de Sergipe

**São Cristóvão/SE
2018**

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um dos sentimentos mais relevantes em todo empreendimento humano, e este é a concretização de um “sonho”. Fruto de uma espera de anos, de aguardar o melhor momento, por isso significativo tanto em termo pessoal como profissional. Por isso, agradeço...

Agradeço a Deus, por acreditar que como “Autor da Vida” nos dá a oportunidade de aprender e crescer. Este caminho do mestrado foi muito rico de aprendizado em todos os sentidos. Obrigada Deus!

Um agradecimento especial aos meus pais, José Nunes Maciel e Maria Aristéa Santos Maciel pelo carinho, dedicação, amor e acolhimento com minhas escolhas. Amo vocês!

Aos irmãos que se alegram com minhas conquistas e persistência no universo do aprender, e as minhas sobrinhas, sempre a perguntar quando isso acaba tia? Os amores da minha vida, Ana, Duda, Júlia e Renata.

Gratidão à Professora Dra. Vera Núbia, sua competência, sensibilidade e inteligência tornaram a pesquisa enriquecedora, contribuindo dessa forma, para uma caminhada de respeito, leveza e alegria, muito obrigada por facilitar a jornada.

Gratidão às Professoras Jane Cláudia Jardim Pedó, Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves e Maria Helena Santana da Cruz. Cada orientação dada com competência e comprometimento com a produção do conhecimento foram, por mim, atentamente observadas, o que contribuiu para enriquecer a pesquisa, como é importante a presença do docente na vida do discente.

Aos professores do Programa de Pós- graduação em Serviço Social da UFS e a Walter, dedicado secretário. Muito obrigada, Walter, pelo sorriso e disponibilidade!

Um especial agradecimento a professora Lica, seu exemplo de dedicação e amor ao Serviço Social me inspiram. Obrigada!

Aos colegas da turma do mestrado/2016, uma turma jovem, inteligente, bem humorada, a fase em que estivemos juntos foi de muita alegria e aprendizado.

Agradecer a Aline Nascimento pelo encontro em uma das etapas do processo seletivo do mestrado, e a partir daquele momento iniciou uma bela

amizade, uma jovem com um potencial enorme e uma alma leve, uma amiga para a vida!

Especial agradecimento a Danielle Menezes, de colega de turma nos tornamos amigas, este foi um presente para a vida que o mestrado proporcionou. Conseguimos construir uma amizade verdadeira, fruto de afinidade e de admiração, uma amiga para a vida!

Um agradecimento não menos especial a Lilian da Silva (Assistente Social do CRESS/Sergipe), acreditem num encontro “casual” pelas ruas de Aracaju, pergunta-me vai fazer parte do processo seletivo para o mestrado na UFS? E a resposta foi: pelo prazo não dará tempo. E Lilian diz: Dá sim, faça nem que seja para ver como é o processo. Para mim, foi a Mão de Deus no incentivo de Lilian, por isso minha gratidão!

Obrigado a equipe da Creche Dom Luís Mousinho pelo carinho, alegria e incentivo, em especial a Daiane Fieáis pela colaboração.

Um agradecimento aos amigos pela ausência em muitos momentos.

Enfim, termino meus agradecimentos citando Joanna de Ângelis, “A vida, em si mesma, é hino de louvar à Vida, portanto, de gratidão incontida”.*

-
- ÂNGELIS, Joanna de. “Psicologia da Gratidão, psicografia de Divaldo Pereira Franco, Salvador, BA: Livraria Espírita Alvorada Editora, 2011 (Coleção Série Psicológica)

***“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança,
Todo mundo é composto de mudanças
Tomando sempre novas qualidades.”
Luís Vaz de Camões****

-
- CAMÕES, L.V. “Sonetos 18” In. Camões; verso e prosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 42

RESUMO

Esta dissertação teve como objeto de estudo o ensino de Serviço Social na modalidade EaD no Estado de Sergipe. Para atender aos objetivos da pesquisa, foi definido como percurso metodológico um estudo de caráter exploratório e descritivo com a finalidade de proporcionar uma aproximação com o tema e como procedimento, utilizando como principal fonte de análise a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica pautou-se na análise da contrarreforma do Estado brasileiro e seus impactos na expansão e mercantilização da Educação Superior, e sobre a graduação na modalidade EaD nos cursos de Serviço Social e sua expansão em Sergipe. Já a pesquisa documental teve por fontes os dados e documentos disponíveis nos *sites* das instituições que ofertam a modalidade. Para sistematização, utilizou-se uma ficha de coleta de dados para extrair as informações necessárias ao alcance do objeto. O recurso à publicação de organizações como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e Conselho Federal de Serviço Social constituiu-se um caminho para cotejar os dados obtidos. Ao percorrer esse caminho, tivemos como resultado que a modalidade EaD em Sergipe está consolidada, com uma ampla oferta para a área de Serviço Social, ao mesmo tempo em que há uma acentuada redução na oferta da modalidade presencial. Ressalta-se que, por se configurar um espaço de enfrentamento pelas entidades da categoria, há uma dificuldade de acesso a informações sobre o curso. Das 13 instituições que ofertam a modalidade EaD, quatro disponibilizam documentos necessários para a análise do objeto de pesquisa. Conclui-se que um dos desafios postos é a apropriação da proposta pedagógica e sua relação com as diretrizes curriculares da área. No tocante às perspectivas, considera-se a modalidade EaD uma realidade, o que vai exigir das entidades da área de Serviço Social no Brasil rever estratégias para seu enfrentamento.

Palavras-chave: Educação Superior; Serviço Social; Modalidade EaD em Sergipe.

ABSTRACT

This dissertation had as object of study the teaching of Social Work in the mode EaD in the State of Sergipe. In order to meet the research objectives, an exploratory and descriptive study was defined as a methodological course with the purpose of providing an approximation with the theme and as a procedure, using bibliographical and documentary research as the main source of analysis. The bibliographical research was based on the analysis of the counterreformation of the Brazilian State and its impacts on the expansion and commercialization of Higher Education, and on the graduation in the modality EaD in the courses of Social Service and its expansion in Sergipe. On the other hand, the documentary research had by sources the data and documents available on the websites of the institutions that offer the modality. For systematization, a datasheet was used to extract the information needed to reach the object. The publication of organizations such as the National Union of Teachers of Higher Education Institutions, the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work and the Federal Council of Social Service constituted a way to check the data obtained. In doing so, we have had the result that the EaD modality in Sergipe is consolidated, with a wide offer for the area of Social Work, at the same time that there is a marked reduction in the offer of the face-to-face modality. It is emphasized that, because it configures a space of confrontation by the entities of the category, there is a difficulty of access to information about the course. Of the 13 institutions that offer the EAD mode, four provide documents necessary for the analysis of the research object. It is concluded that one of the challenges posed is the appropriation of the pedagogical proposal and its relation with the curricular directives of the area. Regarding the perspectives, the EAD modality is considered a reality, which will require the entities of the Social Service area in Brazil to review strategies for their confrontation.

Palavras-chave: Higher Education; Social service; EaD mode in Sergipe.

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BM	Banco Mundial
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
DCs	Diretrizes Curriculares
EaD	Ensino a Distância
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FDPII	Faculdade Dom Pedro II
FURG	Fundação Universidade do Rio Grande
MEC	Ministério da Educação
ProUni	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UFAC	Fundação Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Fundação Universidade do Amazonas

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Fundação Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
UFOP	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPeI	Fundação Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Fundação Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Fundação Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Fundação Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Fundação Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Fundação Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UnB	Fundação Universidade de Brasília
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNICEMAR	Centro Universitário de Maringá
UNIDERP	Universidade Anhanguera

UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Fundação Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIP	Universidade Paulista
UNIPLAN	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIT	Universidade Tiradentes
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
UNOPAR	Universidade Pitágoras
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de ingressos em cursos de graduação, por modalidade de ensino – Brasil – 2016	25
Figura 2 – Cursos de Graduação em Serviço Social EaD/Sergipe	92
Figura 3 – Número de docentes na Educação Superior por Titulação	95
Figura 4 – Vagas oferecidas para ingresso nas graduações no Brasil/2016	117
Figura 5 – Evolução das Matrículas em graduação 2006/2016	119
Figura 6 – Matrículas na Educação Superior em rede privada em 2016	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Implantação do REUNI nas Universidades Federais	52
Quadro 2 – Síntese das propostas pedagógicas das IES pesquisadas	89
Quadro 3 – Quadro com o corpo docente da UNIP	141
Quadro 4 – Quadro com o corpo docente da UNIT	142
Quadro 5 – Quadro com o corpo docente da ULBRA	143/144
Quadro 6 – Quadro com o corpo docente da FDP/II	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de Matrículas no Ensino Superior entre 2002-2012	120
Tabela 2 – Instituições, ano de curso e vagas- modalidade presencial em Serviço Social em Sergipe	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. POLITICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A EXPANSÃO DA MODALIDADE EaD EM SERVIÇO SOCIAL	34
1.1 Tecnologias de Informação e Comunicação e a Educação Superior	39
2.1 Panorama da Produção sobre Serviço Social e EaD na Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	44
2. EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE EaD NO BRASIL: DESAFIOS FRENTE AO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA ABEPSS	60
2.1 O projeto de Formação Profissional em Serviço Social	60
2.2 Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social	71
2.3 Síntese das propostas pedagógicas, extraídas dos sites das instituições	79
3. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO SERVIÇO SOCIAL EM SERGIPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	91
3.1 Caracterização, histórico e surgimento da Graduação em Serviço Social das IES pesquisadas e Instituições EaD e Serviço Social em Sergipe	92
3.2 Trajetória e perspectivas da expansão da graduação em Serviço Social EaD em Sergipe	115
3.3 Uma análise da estrutura curricular nas IES pesquisadas: desafios do fortalecimento das diretrizes curriculares na modalidade EaD em Serviço Social.....	123
3.4 Análise do Projeto Pedagógico da Graduação em Serviço Social das Instituições de Ensino Superior na Modalidade EAD em Sergipe	129
3.5 Corpo Docente do Serviço Social no EaD em Sergipe	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICES	158

INTRODUÇÃO

A Política de Educação no Brasil tem sido tensionada por inúmeras mudanças, principalmente num passado recente, no final do século XX e no início do século XXI. Os impactos dessas mudanças no ensino superior não são um processo aleatório, estão inseridos num contexto mais amplo da crise mundial do capital, que incide num cenário histórico da contrarreforma do Estado brasileiro.

No Brasil, particularmente a partir dos anos 1990, dá-se um crescimento na oferta do ensino superior nas modalidades presencial e a distância, tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas, nesta última mais específica e amplamente. Um reflexo das transformações que atingiram seu auge no campo da educação superior no país na década de 1990, com a ofensiva neoliberal, possibilitando a mercantilização dos direitos sociais, não obstante as conquistas alcançadas pela Constituição Federal de 1988.

Essas questões trazem à tona dilemas e desafios na formação em Serviço Social, que, como profissão que atua nas expressões da questão social, uma realidade que exige da profissão aproximar-se e compreender seus impactos. Por isso, o interesse pelo tema surgiu no curso de especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, promovido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), desenvolvido pela Universidade de Brasília nos anos de 2009 e 2010. Neste período as discussões sobre a modalidade EaD na graduação em Serviço Social no país ganhavam força, principalmente porque eram objeto de advertências por parte do Conjunto CFESS/CRESS e das categorias de profissionais no meio acadêmico porque problematizavam-se, a partir do que sinaliza as diretrizes Curriculares da área, sobre a incompatibilidade entre Graduação a distância e a formação Serviço Social. Esse debate despertou o interesse para entender como se deu a consolidação da modalidade no estado de Sergipe.

Pereira, Ferreira e Souza (2014), ao analisarem comparativamente a expansão dos cursos de Serviço Social nas modalidades EaD e presenciais, sinalizam que o perfil do ensino superior no Brasil desde os anos 1990 tem por característica instituições não universitárias privadas.

No que diz respeito ao ensino superior, a presença do setor privado não é uma novidade, visto que sua constituição histórica é marcada por tal participação. Contudo, o crescimento e a predominância do setor privado mercantil — cujo objetivo primordial é a lucratividade —

a partir do regime ditatorial, principalmente nos anos 1990, apresentam um caráter inovador. (FERREIRA; SOUZA, 2014, p. 183)

As autoras, ao analisarem a presença do setor privado no ensino superior no país, sinalizam que o viés da lucratividade está presente desde a ditadura militar. Contudo, essa realidade ganha força nos anos de 1990 nas diversas licenciaturas, e desde os anos 2000 atinge os bacharelados, inclusive o Serviço Social. No caso específico desta área, os primeiros cursos iniciam no ano de 2006, em uma universidade pública estadual e em duas universidades privadas. Especificamente na instituição pública, a Universidade do Tocantins (UNITINS), houve o descredenciamento para a modalidade EaD em 2009, sendo o curso de Serviço Social reaberto, já na modalidade presencial no ano de 2010 (PEREIRA; FERREIRA; SOUZA, 2014). O fato de encerrar o único curso público na modalidade EaD em Serviço Social, sem a reabertura na mesma modalidade na instituição pode ser considerado um avanço na defesa das diretrizes curriculares, embora não seja o foco nesta pesquisa. Convém ressaltar, todavia, que a ampliação de vagas nessa modalidade nas instituições privadas de ensino é perceptível e cabe questionar: a quem interessa? Que desafios sugerem à categoria?

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida teve como objeto a análise da modalidade EaD em Sergipe, especialmente os desafios e perspectivas para uma formação superior em Serviço Social. A incursão neste tema foi importante por ser uma realidade presente na formação social e educacional do estado de Sergipe, conforme dados estatísticos apresentados ao longo da dissertação, com o crescimento do número de instituições que ofertam a modalidade presencial e a distância na graduação em Serviço Social. Em levantamento no *site* E-mec observou-se que estão autorizadas e com a oferta de vagas em Serviço Social na modalidade EaD em Sergipe treze instituições, sendo sete universidades, cinco centros universitários e uma faculdade.

Antes da análise da graduação em Serviço Social na modalidade EaD em Sergipe, é importante considerar a função da universidade e suas interfaces com as mudanças presentes no âmbito do ensino superior no Brasil, principalmente em relação à contrarreforma da educação que avançou produzindo novos marcos para as universidades. A relação que se faz com a instituição universitária, dá-se pela compreensão de que as diretrizes curriculares da área suscitam uma formação acadêmica em que haja indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tripé

constitutivo desse tipo de instituição. Para uma análise da função da universidade nesta pesquisa, optou-se pelo entendimento de que a educação institucionalizada sob a proteção do capitalismo cumpre um papel de formação de mão de obra, mas, também, infunde-se na função de produzir e assegurar um quadro de valores que legitimem a ideologia dominante. Na sociabilidade capitalista, a universidade responde à demanda que a lógica do mercado impõe, muitas vezes com o apoio da sociedade. Mészáros (2008, p. 25), importa ressaltar que

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudanças.

O autor explicita que não há uma divisão entre processos educacionais e processos sociais, pelo contrário, no modo de reprodução capitalista, esses processos estão intrinsecamente ligados permitindo compreender que a função da universidade não é apenas a de formar conhecimento, mas de reproduzir a hegemonia ideológica que sustenta o capitalismo. Então, quando se pensa na existência de um crescente número de cursos de graduação em Serviço Social na modalidade EaD no Brasil, e particularmente em Sergipe, é imprescindível perscrutar a subordinação da educação aos ditames do capital, o que a torna uma mercadoria e desconfigura a sua condição de um direito social que possibilita a transformação da pessoa na sociedade na qual está inserida.

Dias (2007), salienta que o tema da educação como direito social e humano ganha visibilidade no século XX, o que suscita a necessária reflexão sobre o tema. É neste século que se assiste à ampliação do reconhecimento dos direitos que devem ser garantidos a cada ser humano e, nesse sentido, autores como Machado e Oliveira (2001, p. 56-57), apoiados em Marshall (1967), defendem a educação enquanto

[...] um direito social proeminente, como um pressuposto para o exercício adequado dos demais direitos sociais, políticos e civis [...]

[...] além de ser um direito social, a educação é um pré-requisito para usufruir-se dos demais direitos civis, políticos e sociais emergindo como um componente básico dos Direitos do Homem.

No Brasil o direito à educação, proclamado na Carta de 1934, não foi cumprido e a sua efetivação só era possível mediante a aprovação da sua oferta, por parte do Estado. O reconhecimento, pelo menos do ponto de vista legislativo, acontece mais de três décadas depois. A formulação do dever do Estado para com o direito à educação de todos surge, pela primeira vez, na Emenda Constitucional de 1969, em seu Art. 176. Portanto, a análise das condições históricas de produção e desenvolvimento societário brasileiro nos permite entender a distância existente entre a proclamação da educação como direito de todos, disposta na Carta de 1934 e o reconhecimento deste como dever do Estado brasileiro.

No país, neste período, supracitado, ganha visibilidade uma campanha em defesa da Escola Pública, um movimento liderado por educadores, profissionais de outros ramos, intelectuais, estudantes e líderes sindicais, cujos protagonistas mais ilustres foram o sociólogo Florestan Fernandes e os educadores como Anísio Teixeira e Paulo Freire. Destaca-se que esse movimento possibilitou inúmeros debates, o que culminou a inserção na agenda democrática do Brasil a discussão sobre o direito à educação, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino.

Conforme destaca Dias (2007) é assim que, apesar de a educação já ser concebida como direito de todos e dever do Estado, tal formulação apenas alcança efetividade com a promulgação da Constituição Federal no ano de 1988. O autor assevera que há questões que envolvem a educação: de um lado, têm-se o Estado e a família como entes responsáveis, no outro, figura toda e qualquer pessoa. Todos têm direito à educação e o Estado tem o dever de prestá-la, assim como a família. Contudo, é importante salientar que há uma defesa pela gratuidade da educação em todas as instâncias, no entanto, a legislação brasileira permite o acesso pela iniciativa privada.

Nesse sentido, Dias (2007) sinaliza que a regulamentação da educação nos termos da Lei nº 9.394/96, aprovada em 20 de dezembro de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96), se deu em meio a um processo de intensa negociação do qual participaram inúmeros segmentos organizados da sociedade brasileira, cujos interesses, muitas vezes, se caracterizaram pelo antagonismo de concepções sobre as responsabilidades de um Estado democrático para com o sistema de ensino.

É imprescindível salientar que na última década do século XX, ascende uma

ideia de “reforma”¹ do Estado brasileiro, na verdade uma contrarreforma² porque desfaz as garantias sociais presentes na CF/88, aponta para um modelo de modernização e racionalização das atividades estatais, que passam a ser redefinidas e distribuídas em setores. Trata-se de uma estratégia do capitalismo periférico e tardio em designar setores como não-exclusivos do Estado a executarem serviços de educação, saúde, cultura, antes de responsabilidade exclusiva da esfera do Estado. Dessa forma constitui-se uma oferta de serviços na esfera do mercado, ampliando a predominância de um modelo neoliberal da economia no Brasil.

Nesse passo, autores como Behring (2008), Netto (1994; 1997) e Pereira (2009) esclarecem que as mudanças da política econômica neoliberal do governo brasileiro iniciam-se na década de 1980, e um dos pilares foi a contrarreforma do Estado implantada na década de 1990. O Estado passou a prover serviços, em sua maioria, através de “organizações sociais” responsáveis pela execução de serviços de saúde, educação e cultura, ou seja, instituições que são prestadoras de serviço com um “contrato de gestão” com o Estado. Além deste aspecto, os serviços também passam a ter uma oferta através de organizações privadas. Mas há que se considerar que os defensores da contrarreforma apresentam argumentos que põem em xeque o funcionamento da máquina estatal.

De acordo com Chauí (1999, p. 1),

A Reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da república. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, a Reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível - nas atividades ligadas à produção econômica -, mas também onde não é admissível - no campo dos direitos sociais conquistados.

Pode-se perceber, em relação às universidades, que a contrarreforma do Estado enfatiza a prestação de serviços, introduz termos como

¹Sob a pretensa justificativa da necessidade de “modernização”, o Estado brasileiro atende à lógica neoliberal e atenta contra os direitos conquistados pela sociedade e apresenta, sob a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) uma proposta de Reforma de Estado com o foco na lógica gerencial do Estado (Cf. BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. *Reforma de estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998).

²Para Behring (2008), a contrarreforma é tomada como categoria analítica para designar que a “Reforma do Estado” no Brasil se caracteriza por um forte processo de redução de direitos e regressão das conquistas realizadas pelas classes trabalhadoras.

“qualidade universitária”, “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade”, que podem significar uma mudança de lógica na função dessas instituições. A autonomia universitária é reduzida à gestão de receitas e despesas, através de um contrato de gestão estabelecido com o Estado.

Não se quer aqui descaracterizar a necessidade de um controle social da educação pública, que possibilite compreender o necessário retorno à sociedade de serviços públicos com qualidade. As mudanças na Política de Educação Superior, por exemplo, atinge a própria gestão universitária. Ao fazer a crítica ao Ministério da Educação, Chauí (1999, p. 2) argumenta que

[...] “flexibilizar” significa eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por “contratos flexíveis”, isto é, temporários e precários; 2) simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para proteção das chamadas “outras fontes de financiamento”, que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas); 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas locais (aliás, é sistemática nos textos da Reforma referentes aos serviços a identificação entre “social” e “empresarial”; 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos.

Nesse sentido como aponta a autora, as mudanças propostas pelo Ministério da Educação podem favorecer a precarização do trabalho docente, o sucateamento das estruturas físicas das instituições de ensino superior (IES), a fragilização dos currículos para atender as demandas do mercado, além de contribuir para a dicotomia entre docência e pesquisa no ambiente universitário. Outro pressuposto da reforma que incide nas universidades diz respeito ao conceito de “qualidade”, definida como competência e excelência, cujo critério é o “[...] atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social” (CHAUÍ, 1999, p. 1), e é medida pela produtividade, orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz.

No campo desse conceito de “qualidade”, as universidades se transformam no eixo da produtividade e invertem qualidade em quantidade, e esses novos critérios da produtividade incidem sobre a docência. Segundo Chauí (1999, p. 2) “[...] a docência não entra na medida da produtividade e, portanto, não faz parte da qualidade universitária, o que, aliás, justifica a prática dos ‘contratos flexíveis’”. A contrarreforma do Estado conduz, forçosamente, as instituições de ensino superior a

entrarem num processo de reestruturação com consequências para as condições de trabalho, a estrutura curricular dos cursos, os projetos pedagógicos, e favorece a precarização do ensino, na esfera da docência e da formação dos profissionais.

É nesse cenário de mudanças que os cursos superiores, incluindo o de Serviço Social, na modalidade de Ensino a Distância (EaD), proliferam-se como parte de reestruturação do Estado e se inserem num contexto de uma política de expansão desmesurada do ensino superior. Uma dinâmica marcada pelo fortalecimento do empresariamento, com claros incentivos estatais, e a certificação em larga escala, via setor privado, representando uma mudança no sentido e na conceituação da universidade, pois a lógica do ensino superior de graduação a distância é submetê-lo às exigências do capital com expansão quantitativa e submissão às demandas do mercado.

Santos (2005, p. 27) afirma que “[...] com a transformação da Universidade num serviço a que se tem acesso, não por via da cidadania, mas por via do consumo e, portanto, mediante pagamento, o direito à educação sofreu uma erosão radical”. Diante dessa afirmação, o autor ressalta que as mudanças requisitadas pelo Estado para as universidades brasileiras colocam a educação superior num patamar de ampliação de vagas no setor privado.

O ensino superior no Brasil apresenta-se em expansão desde a década de 1990, com a ampliação da oferta de vagas e cursos no setor privado, de caráter mercantil e não universitário. Esse perfil é demonstrado em todos os Censos do Ensino Superior. No ano de 2011 observa-se que a predominância do setor privado é de 89,8% das instituições de ensino (INEP/MEC, 2013); em 2016, o percentual de instituições privadas é de 87,7% (INEP, 2017), ou seja, não há uma mudança significativa no percentual de vagas em instituições privadas no Brasil em cinco anos. De acordo com Pereira, Ferreira e Souza (2014, p. 183)

Tal expansão encontra-se inserida em uma determinada lógica de ação estatal analisada por diversos autores como um processo de contrarreforma do Estado brasileiro. Ou seja, o Estado brasileiro vem, especialmente desde a década de 1990, desencadeando políticas de caráter econômico e social pautadas no ideário neoliberal, que propugna a ação do Estado limitada à de um agente regulador, liberando para o mercado espaços até então limitadamente explorados pelo capital, como as áreas de saúde, previdência e educação.

As autoras destacam a importância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) para impulsionar a modalidade EaD no Brasil, uma vez que se trata de “[...]uma modalidade de ensino que possibilita ao setor privado uma rápida e lucrativa expansão de matrículas[...]” (PEREIRA; FERREIRA; SOUZA, 2014, p. 184), configurando-se como uma alternativa a um mercado cujo público consumidor apresenta históricas limitações financeiras³.

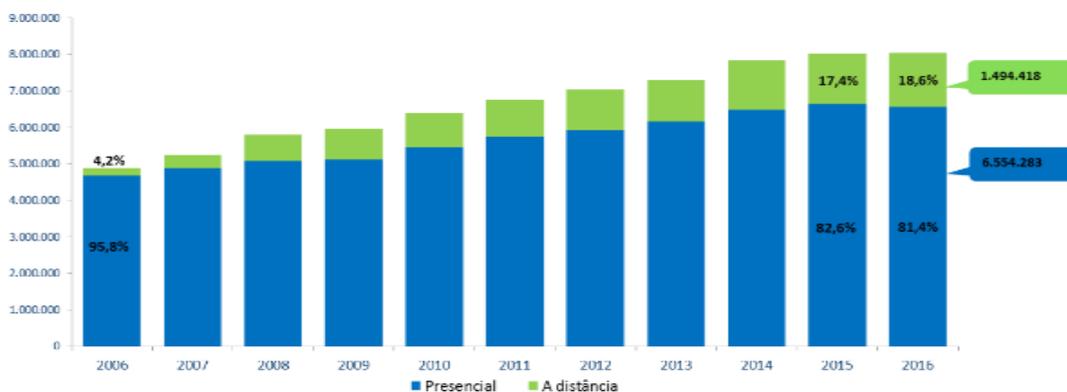
Por exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE- 2001-2011) apontava a necessidade de ampliar em 30% o acesso da população jovem, entre 18 anos e 24 anos, ao ensino superior, identificando o atraso educacional no qual se encontrava o Brasil frente aos países latino-americanos. Assim, quando o EaD foi introduzido no ensino superior no Brasil correspondeu à necessidade de ampliar as vagas de tal modalidade de ensino, visto que menos de 12% da população na faixa etária entre 18 anos e 24 anos tinham acesso ao ensino superior.

Conforme indica o Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (2016), o ensino superior no Brasil em 2014, apresentava cerca de 7,8 milhões de alunos matriculados no ensino superior. Destes, 6,5 milhões em cursos presenciais (83%) e 1,3 milhão em cursos EaD (17%), sendo que 75% das matrículas estão concentradas na rede privada (5,9 milhões). A 6ª edição do Mapa do Ensino Superior apresenta o panorama do ensino superior brasileiro em 2014 comparando os dados estatísticos com os da 5ª edição (2013) e trazendo dados por mesorregião do Brasil, acrescenta ainda, que nos últimos 14 anos, o número de matrículas em cursos presenciais nas IES's privadas e públicas aumentou de forma expressiva, chegando a crescer 141%. Em 2014, havia no país cerca de 4,7 milhões de alunos matriculados em cursos presenciais na rede privada (72%) e 1,8 milhões na pública (28%), totalizando 6,5 milhões de matrículas. Esses números representam um crescimento total de 5,3% em relação ao ano anterior, sendo 2,5% na rede pública e 6,5%, na rede privada. No entanto, a perspectiva baseada em projeções é de redução de 7,8% no total de matrículas em cursos presenciais na rede privada em 2015 (SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR, 2016).

³“Na década de 90, o BM direciona a Educação Superior para a área de investimentos econômicos e da produção de consenso. Consagrará sua hegemonia sobre as demais agências como a ONU, a Unesco, o Unicef, imprimindo um caráter mais economicista às orientações para a educação. Essa hegemonia prevalecerá nos documentos de Educação Superior. Assim, essa agência não se restringe mais a projetos educacionais de infraestrutura, mas em produzir pensamento (ajustes, orientações, assessorias) adequado aos interesses econômicos dos países centrais”. Cf. Cezar Luiz de Mari (2009, p. 169).

Essa constatação também está presente nos dados oficiais do Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão responsável pelas estatísticas relativas à educação no Brasil. O Censo da Educação Superior 2016 (INEP, 2017) apresenta que o crescimento do ensino privado segue uma tendência: observando as matrículas na modalidade EaD, houve um crescimento de 7,2% entre 2015 e 2016, chegando a uma participação no total de matrículas em curso superior de 18,6% neste ano. Saliente-se que “entre 2006 e 2016, o número de ingresso variou positivamente 22,2% nos cursos de graduação presencial e quase 04 vezes (297,3%) nos cursos a distância” (INEP, 2017, p. 12). A Figura 1, a seguir, apresenta os números de ingressantes por modalidade de ensino na educação superior.

Figura 1 - Número de ingressos em cursos de graduação, por modalidade de ensino – Brasil – 2016



Fonte: INEP, 2016.

E no Estado de Sergipe?

O Estado do Sergipe tem uma população estimada em 2,2 milhões de habitantes e é formado por três mesorregiões⁴ (totalizando 75 municípios).

⁴Em relação a Sergipe o IBGE definiu três mesorregiões: leste, agreste e sertão. Fazendo uma rápida caracterização, essas mesorregiões guardam particularidades de toda natureza, mas em algumas partes se interligam, isso em termos de clima, população e vegetação. A região leste é onde fica a capital do estado e suas áreas circunvizinhas, se caracteriza pela maior densidade demográfica do Estado, essa mesorregião fica entre o mar e o continente. Por ser uma região metropolitana agrega indústria e concentra atividades comerciais e de serviços. O agreste fica entre o litoral e o sertão é uma faixa de transição climática e se caracteriza por apresentar uma forte incidência da pequena propriedade. O sertão fica a noroeste do estado é onde encontramos a caatinga. Apresenta um clima semiárido e grandes extensões de terras com pastagens e lavouras temporárias. Essas mesorregiões

Concentra em suas 17⁵ instituições de ensino superior 1,1% das matrículas em cursos presenciais, sendo que a mesorregião Leste Sergipano foi responsável por mais de 62,4 mil matrículas (90%). Em 2014, na rede privada, houve um aumento de 7,9% nas matrículas, atingindo a marca de 42,9 mil contra 39,7 mil do ano anterior. Na rede pública o índice de crescimento chegou a 1,3%, totalizando 26,2 mil matrículas em 2014 contra 25,9 mil no ano anterior. As matrículas em cursos EaD no estado registraram, em 2014, uma queda de 11% na rede privada, atingindo a marca de 10 mil matrículas, contra 11,3 mil do ano anterior. Na rede pública, ao contrário, o crescimento chegou a 25%, totalizando 4,7 mil matrículas, contra 3,8 mil em 2013, sendo que só a mesorregião Leste Sergipano apresentou quase 10 mil matrículas (SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR, 2016).

Diante dos dados anteriormente citados, ainda que apontados por uma organização que defende a expansão de cursos em instituições privadas, observa-se que há uma expansão do ensino superior com crescimento na oferta de cursos e vagas na modalidade EaD. Em Sergipe, do total de 21 instituições de ensino

agregam as microrregiões sergipanas que são em número de treze, essas treze microrregiões geográficas, definidas a partir da análise das atividades econômicas e dos movimentos populacionais. Além das microrregiões, o Estado de Sergipe a partir de seus órgãos gestores, adotou mais uma classificação ou grupamentos de municípios para o planejamento e desenvolvimento de suas ações. A Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN, 2008) em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, criou essa divisão do estado em territórios em 2007, respeitando critérios como: dimensões econômico-produtiva, geoambientais, sociais, político-institucionais e culturais. Essa classificação divide o estado de Sergipe em oito territórios, como forma de entender melhor as especificidades locais. Agreste Central Sergipano localiza-se no centro-oeste do estado e agrupa quatorze municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo. Alto Sertão Sergipano, localizada no noroeste do estado, formado por sete municípios: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lurdes, Poço Redondo e Porto da Folha. Baixo São Francisco Sergipano, situado no nordeste do estado, sendo formado por quatorze municípios: Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha. Centro Sul Sergipano, situado no local do mesmo nome e composta por cinco municípios: Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto. Grande Aracaju fica no centro-leste do Estado e nove municípios o integra: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d' Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão. Leste Sergipano, situado ao leste do estado, com sete municípios que os integram: Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japarutuba, Pirambu, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima e Siriri. Médio Sertão Sergipano, localizado no centro norte do estado é formado por seis municípios: Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Dores. Sul Sergipano, localizado no sul do estado é composto por onze municípios: Arauá, Cristinápolis, Boquim, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba. (Fonte: Vera Maria dos Santos. In. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SUAS REGIÕES. Geografia de Sergipe. http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14343116012013Geografia_de_Sergipe_Aula_9.pdf)

⁵ Levantamento de maio/2018 no site emec.mec.gov.br encontrou-se 21 instituições.

superior credenciadas, 16 instituições privadas foram credenciadas entre as décadas de 1990 e 2010, notadamente entre os Governos FHC (1994-2002) Lula da Silva (2003-2010) e Dilma (2011-2016), e apenas uma pública (IFS).

As medidas de apoio à expansão privada no campo da educação superior foram materializadas através do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) um programa do Ministério da Educação que, por meio do Ministério da Fazenda, financia a graduação no ensino superior em instituições privadas, sancionado pela Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001. Outros aportes para a educação superior podem ser considerados: o Programa Universidade para Todos (ProUni), também programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Lula em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior; e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), o qual ampliou as vagas e as instituições públicas de educação superior, inclusive nos Institutos Federais. Assim, cabe sinalizar que a Secretaria de Educação Superior enquanto unidade do Ministério da Educação é órgão responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior no Brasil.

Diante desse contexto de expansão da educação superior privada, compreender o ensino de graduação em Serviço Social a distância requer inseri-lo na contrarreforma do ensino materializada com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, a qual impactou tanto a formação quanto os espaços sócio ocupacionais. Em verdade, implica também em considerar que a dinâmica apolítica de educação superior influencia a formação do assistente social. Por isso, consideramos que cabe a categoria profissional criar estratégias de fortalecimento do projeto ético-político⁶, principalmente através da formação inicial e continuada que possibilita contruir e caminhar diariamente em consonância do trabalho profissional comprometidos com os direitos sociais dos usuários dos serviços. No entanto, esse é um desafio que exige preservar uma formação acadêmica

⁶Projeto Ético-Político refere-se à direção teórico-metodológica, política e ideológica do Serviço Social brasileiro, que se consolida nos anos 1990. Constitui-se na direção social da profissão construída a partir de final da década de 1970. Netto (1999 apud Teixeira e Braz, 2009, p. 104-105) afirma “Nosso projeto ético-político é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos. Ele tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero”.

profissional abrangente, densa e consistente.

Por isso, esta pesquisa centrou-se no entendimento de que o direito ao ensino superior requer o acesso ao conhecimento acadêmico de qualidade, com foco na indissociabilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão, dimensões constitutivas da instituição universitária, que no caso do Serviço Social esteja sintonizada com a uma leitura crítica da realidade, em harmonia com o que pressupõe os marcos legais da profissão (Código de Ética e Lei 8.662/93), e, sobretudo, as diretrizes curriculares da ABEPSS, que dão direcionamento à formação acadêmica e ao exercício profissional, independente da modalidade dessa formação.

Questões, Objetivos e Hipóteses

Diante das considerações apresentadas, observou-se alguns **elementos para pensar a oferta de curso de Serviço Social na modalidade EaD**: a) o Serviço Social apresenta particularidades que determinam a importância e preponderância do ensino presencial em todas as fases do processo formativo, especialmente, em decorrência da indicação de realização da pesquisa e investigação; b) a realização do estágio supervisionado com a presença de supervisores acadêmicos e de campo, com supervisão direta (CFESS, 2008), pode ser comprometida na modalidade EaD, se esse acompanhamento não se efetivar em conformidade com a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010); c) faz-se necessário estruturar o projeto políticopedagógico e compor o corpo docente na modalidade EaD em conformidade com o que propõem as Diretrizes Curriculares, sob o risco de a formação profissional não atender ao que pressupõem as diretrizes.

Ante essas indicações, apresentou-se como **questão de pesquisa**: Em um cenário de privatização da educação superior, com impactos na implementação das diretrizes curriculares, quais as consequências do ensino do Serviço Social na modalidade EaD, em Sergipe, para uma formação profissional crítica e de qualidade, como preconizam as Diretrizes Curriculares e o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro?

Assim, o **objetivo geral** constituiu-se em analisar os desafios e perspectivas da formação em Serviço Social na modalidade EaD em Sergipe em instituições universitárias, o que delimitou como **objetivos específicos**: a) analisar o processo

de surgimento e expansão da graduação em Serviço Social na modalidade EaD no Estado de Sergipe; b) identificar o perfil do corpo docente nos cursos com a modalidade EaD em Sergipe, relacionando-o com as diretrizes curriculares da área; c) verificar a presença das diretrizes curriculares do Serviço Social da ABEPSS nos Projetos Pedagógicos.

Logo, depreendeu-se como **hipótese** norteadora da pesquisa que a modalidade EaD na graduação em Serviço Social em instituições universitárias em Sergipe pode apresentar limites para a formação de profissionais com competência crítica para atender às demandas sociais, vez que não atende as diretrizes curriculares preconizadas pela ABEPSS e, especialmente, as produções do CFESS⁷.

Percurso Metodológico

A pesquisa foi norteadora por uma perspectiva histórico-dialética, num processo permanente de construção em que se apreende a sociedade como totalidade concreta, dinâmica e contraditória, ou seja, que incorpora processos e estruturas de complexidades diferentes, também consideradas totalidades. De acordo com Netto (2009, p. 54), “[...] o materialismo dialético é uma teoria geral do ser que, em contraposição à “metafísica” privilegia o movimento e as contradições e toma o mundo material como o dado primário que, na consciência, dado secundário, aparece como reflexo”.

No sentido de dar contornos à perspectiva histórico-dialética e com o amparo em Tonet (2005, p. 21) ressalta-se que

[...] nosso objetivo não é a discussão tópica de conceitos ou de alguma parte da problemática metodológica. Muito menos a apresentação formal de um capítulo sobre questões metodológicas. O que nos interessa enfatizar é a mudança global de perspectiva, mudança esta que se dá a partir da obra marxiana e que, ao nosso ver, instaura um patamar, radicalmente novo de cientificidade.

Portanto, ao se atribuir uma perspectiva histórico-dialética à pesquisa, entendeu-se, como afirma Tonet (2005), que essa perspectiva supera a unilateralidade da perspectiva objetiva, vigente desde a Antiguidade até o fim da Idade

⁷Destacam-se as produções “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social – Volume 1”, de 2010 (com segunda edição atualizada em 2016) e “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social – Volume 2”, publicada no ano de 2014.

Média, quando supera a perspectiva da subjetividade, presente a partir da modernidade. Isto é, a perspectiva de totalidade inaugurada por Marx abre um caminho de superação de ambas, propõe pensar objeto e objetividade, sujeito e subjetividade como o resultado real da atividade humana, implicando uma relação mais ampla que é a criação da realidade social como totalidade. Afirma Tonet, ([s.d.], p. 3) “[...] o mundo atual é um caleidoscópio de mil faces cujas relações são mais ou menos arbitrárias e passageiras”⁸.

Metodologicamente, optou-se por uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental com a finalidade de proporcionar uma aproximação com o tema com vista a torná-lo mais explícito. De acordo com Lima e Miotto (2007, p. 38), “[...] entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem “[...] uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente [...]”, pois como afirma Minayo (1994, p. 22), realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade. Nesta pesquisa buscou-se também a abordagem quantitativa como ferramenta para coleta de dados por entender que esta abordagem possibilita observar os dados estatísticos e medir as relações entre as variáveis, mesmo que não cabe interferir na análise dos resultados, apenas constatá-las, demonstrando as variáveis da expansão da graduação EaD em Serviço Social, por exemplo, o que aliado à pesquisa qualitativa favorecerá um mapeamento mais consistente da realidade pesquisada. A esse respeito, acrescenta Bourguignon (2007)

[...] consideramos que a relação com o sujeito se faz através da pesquisa de natureza quantitativa e/ou qualitativa. Não deve ser mérito apenas das pesquisas qualitativas a busca do compreender o sujeito, em uma perspectiva crítica, pois não podemos descartar que o sujeito também se revela através dos dados quantitativos, estes trazem à tona expressões concretas de sua realidade, quando

⁸Segundo Tonet ([s.d.], p. 3) “O argumento de caráter ontológico reza assim: o mundo atual é radicalmente diverso do séc XIX e da primeira metade do séc. XX. Este era muito mais simples e definido e o trabalho ainda podia ser aceito como seu fundamento. Proletariado e burguesia tinham um grau de homogeneidade muito grande e o Estado exibia o caráter de instrumento de dominação de classe de forma muito mais nítida. Hoje o mundo é muito mais complexo e dinâmico. Surgiram inúmeros novos grupos sociais que deslocaram as classes de seu papel central e as próprias classes perderam a sua homogeneidade. Se no primeiro momento, o mundo ainda podia ser tomado como totalidade articulada das partes que o compunham, independentemente de que essa articulação fosse concebida em chave organicista ou dialética, hoje isto não tem mais sustentação. A complexidade atingiu tal grau, tantas e tão intensas foram as transformações, tantos elementos novos surgiram, tão dinâmicas e cambiantes são as relações entre os novos componentes, que as categorias ontológicas da totalidade e do trabalho como fundamento do ser social perderam inteiramente o seu significado”.

trabalham condições de vida, renda, ocupação. O diferencial está na forma como tratamos estes dados, buscando revelar o quê e o para quê, e por que enfatizamos o quantitativo. Bourguignon (2007, pág. 52)

Segundo Gil (1994, p. 40): “[...] a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto [...]”, mas como afirmam Lima e Miotto (2007, p.40)

No entanto, não significa que os procedimentos a serem seguidos são determinados de uma vez para sempre, pois mesmo que o pesquisador tenha definido o objeto de estudo, o vínculo com determinada tradição e o desenho da investigação, ele sempre poderá voltar ao objeto de estudo à medida que forem obtidos os dados, de modo a defini-lo mais claramente ou reformulá-lo. Consequentemente, esse movimento acarretará novas alterações, ou escolhas quanto aos procedimentos metodológicos.

Portanto, com a pesquisa bibliográfica, buscou-se a contribuição de autores acerca da reforma do Estado brasileiro e seus impactos sobre a reforma universitária, sobre a expansão e mercantilização do ensino superior na década de 1990, e, particularmente, sobre o surgimento da graduação na modalidade EaD nos cursos de Serviço Social e sua expansão.

Em levantamento da produção *stricto sensu* em Serviço Social na Plataforma Sucupira⁹ extraiu-se uma amostra de 15 produções defendidas a partir do ano 2009 até 2016, como critério as palavras-chave Serviço Social e EaD. Localizou-se 13 dissertações e duas teses defendidas em Programas da área de Serviço Social (Cf. Apêndice A). Observou-se também o estudo sobre o tema por pesquisadores da área em outros programas de pós-graduação (Cf. Apêndice B). Esse levantamento aponta que a modalidade EaD em Serviço Social tem sido um objeto de pesquisa na área, o que fortalece a necessidade de aprofundamento da temática.

No que tange a coleta de dados, utilizou-se os documentos institucionais disponibilizados nos sítios das instituições universitárias que ofertam o curso na modalidade EaD, com especial atenção aos projetos pedagógicos, a estrutura

⁹A Plataforma Sucupira é uma “[...] ferramenta que coleta informações e funciona como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)” e concentra todas as informações e acesso à pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (cf. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35995>)

curricular do curso e o corpo docente. No caso do corpo docente nas instituições, buscou-se informações sobre o vínculo por meio dos dados institucionais, mas também por meio do Currículo Lattes, na da Plataforma Lattes¹⁰. No levantamento do corpo docente das IES pesquisadas a atenção voltou-se para a formação acadêmica e titulação, atuação profissional, projeto de pesquisa e as produções por área de concentração, com o objetivo de destacar os docentes ligados prioritariamente ao Serviço Social. Além das instituições de ensino, foram pesquisados sites oficiais de órgãos que contribuíram para a análise de dados da pesquisa, como o Ministério da Educação (MEC), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Para extrair dados passíveis de análise, foram construídas duas fichas: uma ficha voltou-se aos dados extraídos sobre o curso no sítio da instituição (dados gerais, perfil, objetivos, campos de atuação, mercado de trabalho, estrutura curricular, programa de disciplinas e outras atividades da formação); a outra ficha voltou-se à coleta de dados sobre docentes (graduação, titulação, tempo de vínculo, pesquisas, experiência). Com base nesse levantamento, foram construídas as categorias de análise, de forma a responder ao objeto, aos objetivos e às questões da pesquisa.

Observou-se que o avanço da graduação em Serviço Social na modalidade EaD em Sergipe é consistente com as análises sobre o crescimento da modalidade no país, com expressiva presença das instituições privadas, a partir da segunda década deste século. A preocupação com a qualidade do curso, algo que deve ser vinculado ao que preconizam as diretrizes curriculares da área, é necessária e impõe a exigência de pesquisas contínuas a fim de desvelar as nuances que revelam o que se destaca em campanhas do Conselho Federal de Serviço Social: há incompatibilidade entre a graduação à distância e a formação em Serviço Social.

¹⁰A Plataforma Lattes, ferramenta de registro de dados sobre pesquisadores e grupos de pesquisa no Brasil, “representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. Sua dimensão atual se estende não só às ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento do CNPq, mas também de outras agências de fomento federais e estaduais, das fundações estaduais de apoio à ciência e tecnologia, das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa. Além disso, se tornou estratégica não só para as atividades de planejamento e gestão, mas também para a formulação das políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia e de outros órgãos governamentais da área de ciência, tecnologia e inovação”. (cf. <http://lattes.cnpq.br/>)

Nesse sentido, e para compreender as questões aqui sinalizadas, a presente dissertação está estruturada em três capítulos, além de uma introdução e as considerações finais. O capítulo primeiro, traz um enfoque sobre a política de educação superior no Brasil e a expansão da modalidade EaD em Serviço Social. Neste capítulo são abordadas as categorias de análises: Estado, Política de Educação Superior, Tecnologias de Informação e Comunicação, conceitos chave para compreender a expansão da modalidade Ead no Brasil. O capítulo traz também um panorama da produção sobre Serviço social e EaD na pós-graduação stricto sensu, numa busca na plataforma da CAPES, o que possibilita um apanhado sobre as produções acadêmicas sobre EaD e Serviço Social.

O segundo capítulo aborda a expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EaD no Brasil e os desafios frente ao projeto de formação profissional da ABEPSS. O capítulo expõe como se deu a construção do projeto ético-político de formação, ressaltando as Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social e a oferta de Serviço Social EaD em Sergipe. E também, faz uma síntese das propostas pedagógicas extraídas dos sites das instituições pesquisadas, especificamente de sete instituições que disponibilizam essas informações nos seus sites.

O terceiro capítulo apresenta o resultado da pesquisa, analisando os aspectos indicados no objetivo. Trata-se da proposta de consolidação da pesquisa, com análise do projeto pedagógico, das diretrizes curriculares e do corpo docentes das IESs que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade EaD, tendo como suporte teórico a produção de teses e dissertações sobre o tema no período de 2000 a 2016. Neste capítulo, não se perdeu de vista o processo de consolidação de uma contrarreforma da Educação Superior no Brasil e seus impactos na oferta de cursos de Serviço Social, particularmente no Estado de Sergipe.

Por fim, as Considerações Finais, que retomam o caminho da pesquisa, com uma reflexão sobre objetivos, hipóteses e questão norteadora.

1. POLITICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A EXPANSÃO DA MODALIDADE EaD EM SERVIÇO SOCIAL

O presente capítulo aborda sobre a política de educação superior no Brasil e a expansão da modalidade EaD em Serviço Social. As categorias de análises: Estado, Política de Educação Superior, Tecnologias de Informação e Comunicação, consideradas conceitos chave para compreender a expansão da modalidade Ead no Brasil são abordadas no capítulo. Finaliza-se o capítulo com um panorama da produção sobre Serviço social e EaD na pós-graduação *stricto sensu*, numa busca na plataforma da CAPES, o que possibilita um apanhado sobre as produções acadêmicas sobre EaD e Serviço Social.

A Educação, como política do Estado, atua como um dos componentes de mobilização por diferentes segmentos sociais na disputa pelo poder e hegemonia econômica, social e política. Segundo lamamoto (2015, p. 49-50)

Trata-se de um conceito global¹¹, que designa um processo complexo, denso de contradições, que não só as repete, mas as reproduz de forma ampliada, desloca-as e as modifica, uma vez que, em sua continuidade, o capitalismo transforma-se e desagrega-se. A reprodução das relações sociais de produção não se reduz à reprodução dos meios de produção, isto é, da força de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os envolva.

Para entender a política da educação, é importante compreender como o Estado moderno se constituiu dentro do modo de produção capitalista, ou seja, conhecer os mecanismos de reprodução do capital, a forma econômica desse sistema, sua articulação com a totalidade. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a economia e a política se desenvolvem de forma articulada, estão interligadas, pois ambas dependem uma da outra como totalidade para o funcionamento e reprodução da sociedade. O capítulo não se propõe a fazer um apanhado histórico a respeito do modo de produção capitalista em diferentes contextos históricos, mas situar como o processo de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, em sua dinâmica contraditória, sob a ótica do capital em seu movimento global incidem sobre as políticas sociais, notadamente na educação.

¹¹Em 1863, Marx descobriu a reprodução global, como registra em carta a F. Engels, datada de 6 de julho daquele ano, em que comenta o “Tableau Économique” de Quesnay, época em que redige o Livro I. Capítulo VI. Inédito. “Resultados del proceso inmediato de producción” (Marx, 1971). Descobre que o processo de reprodução não se interrompe: reproduz suas próprias contradições, os meios de produção e de subsistência, as relações sociais e suas mistificações. Cf. Lênin (1976^a: 331-335)

Dessa forma, o Estado neste trabalho, para efeito de análise, tem por finalidade e função o desenvolvimento capitalista de uma determinada nação, ao mesmo tempo em que intervém nas desigualdades sociais para evitar que estas se traduzam em lutas políticas desestabilizadoras da ordem social e política. Ou seja, exerce uma dupla função apresentando características tanto contraditórias como complementares.

De acordo com Abreu (1999) para cumprir estas finalidades, os atores com acesso ao poder político constituem instituições públicas que regulam a aplicação dos recursos econômicos da nação e os interesses das classes e grupos sociais sob a forma de direitos e deveres de cidadania. Portanto, parte-se do entendimento de que o Estado não é um fenômeno igual ou idêntico em todos os momentos históricos e em todos os contextos socioculturais, e por esta razão não expressa um conceito universal e absoluto.

Importante também considerar que o Estado não é o criador da sociedade, mas, ao contrário, sendo um conjunto de relações criado e recriado num processo a-histórico tenso e conflituoso em que grupos, classes e frações de classes se confrontam e se digladiam em defesa de seus interesses particulares. É por isso que se afirma que o Estado é uma arena de conflitos de interesses particulares.

Na sociedade capitalista, tem um papel singular na relação entre as classes, conforme afirma Poulantzas (2000, p. 56),

O Estado capitalista não funda sua legitimidade em sua origem: ele comporta uma série de fundações sucessivas na soberania, constantemente renovada, do povo-nação. Esse Estado afirma assim um papel organizacional particular em relação às classes dominantes e um papel de regulação em face do conjunto da formação social: seu discurso é um discurso ação. Um discurso da estratégia e da tática, imbricadas certamente à ideologia dominante, mas alimentada igualmente de uma ciência-saber açambarcada pelo Estado (conhecimentos econômicos, políticos, históricos).

Com base em Poulantzas, Pereira (2012) ressalta que a constituição e o desenvolvimento do Estado perpassam por determinações e processos associados aos diferentes modos de produção (escravista, feudal, capitalista, socialista), os quais, por sua vez, foram e são determinados por mudanças na estrutura da sociedade sociais correspondentes. Na concepção de Engels (1981, p. 195-196), o Estado é um instrumento a serviço de classes.

O Estado não é, pois, de forma alguma, um poder imposto à sociedade de fora para dentro; tampouco é a realização da ideia moral ou a imagem e realidade da razão, como afirma Hegel. E antes, um produto da sociedade num determinado estágio de desenvolvimento; é a revelação de que essa sociedade se envolveu numa irremediável contradição consigo mesma e que está dividida em antagonismos irreconciliáveis que não consegue exorcizar. No entanto, a fim de que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes não se consumam e não afundem a sociedade numa luta infrutífera, um poder, aparentemente acima da sociedade, tem-se tornado necessário para moderar o conflito e mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, surgido da sociedade, mas colocado acima dela e cada vez mais se alienando dela, é o Estado... Na medida em que o Estado surgiu da necessidade de conter os antagonismos de classe, mas também apareceu no interior dos conflitos entre elas, torna-se geralmente um Estado em que predomina a classe mais poderosa, a classe econômica dominante, a classe que, por seu intermédio, também se converte na classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. O Estado antigo era acima de tudo, o Estado dos proprietários de escravos para manter subjugados a estes, como o Estado feudal era o órgão da nobreza para dominar os camponeses e os servos, e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado

Neste sentido, pensar o Estado exige compreender sua função na sociedade de classes, e na sociedade capitalista é no âmbito das políticas sociais que se expressa com maior nitidez. Ao relacionar o Estado com a implementação de políticas educacionais uma das questões centrais é a análise da intervenção do Estado, em termos de bem-estar social. Para Bobbio (2007), sempre se supõe que seja o Estado o agente principal na implementação de políticas, e por isso faz-se importante destacar a relação entre capitalismo e políticas públicas, evidenciando desse modo, a estreita relação existente entre as mudanças no capitalismo com o rebatimento nas políticas públicas: as políticas educacionais são umas delas.

No geral as políticas sociais no Brasil assumem um caráter minimalista no atendimento à população, um Estado de inspiração neoliberal, com políticas compensatórias e com programas focalizados na miséria que descaracterizando o direito social da população. Especificamente, em relação à educação no país a partir dos anos de 1990 observa-se a redução do Estado brasileiro no financiamento da educação com o objetivo de cumprir as estratégias de ação definidas pelo Banco Mundial, como uma clara adesão do Estado ao neoliberalismo.

No cenário de aprofundamento do projeto neoliberal, políticas sociais antes implantadas pela ação do Estado e com cunho universal, como as políticas da

saúde, previdência e educação, foram colocadas em segundo plano, por meio de ações focalistas, ao mesmo tempo, dá-se uma ampla abertura para a exploração mercadológica de tais necessidades sociais. As políticas sociais passaram a ser concebidas como serviços, cujos objetivos seguem a lógica dos lucros. Diante desse contexto, a existência de políticas sociais universalizantes e o acesso à educação pública, produto das lutas sociais ao longo dos séculos XIX e XX, adentram no século XXI extremamente limitadas. Na década de 1990 e no início do século XXI, verificou-se um amplo processo de expansão e de mercantilização do ensino superior, incentivado desde o Governo de FHC e intensificado no Governo Lula, pautados no pressuposto de que a educação é um “bem público”, sendo, portanto, um direito de instituições públicas e privadas oferecerem seus serviços educacionais à população (PEREIRA, 2009). No cenário de contrarreforma que evidencia um ensino superior brasileiro que vai ao encontro das proposições do projeto neoliberal, tendo como marco legal a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

De acordo com Lima (2013) no novo estágio do capitalismo, o capital intensifica a busca por estratégias de enfrentamento à crise que atravessa, no sentido de elevação de suas taxas de produtividade, transformando todas as esferas da vida social em áreas potencialmente lucrativas. A autora afirma que a expansão da educação, especialmente da educação superior, ocorre a partir de três necessidades do capital:

- (i) A subordinação da ciência à lógica mercantil. Nos países centrais, a aceleração da produção de novos conhecimentos busca garantir a concorrência entre empresas. Em países capitalistas dependentes, como o Brasil, essa produção ocorre nos marcos da inovação tecnológica, incidindo na educação superior e na ciência e tecnologia/ C&T, hoje denominada ciência, tecnologia e inovação/ CT&I. Esse movimento será materializado em ações como a venda de “serviços educacionais”, através dos cursos pagos e das parcerias universidades-empresa, viabilizado pelas fundações de direito privado nas universidades públicas, bem como o incentivo à competitividade, ao empreendedorismo pragmático e ao produtivismo, que caracterizam, na atualidade, a política de pós-graduação e pesquisa.
- (ii) A constituição de novos campos de lucratividade. O aumento do número de instituições de ensino superior/ IES privadas reafirma a concepção de educação como um lucrativo negócio para as frações internacionais e locais da nova burguesia de serviços educacionais.
- (iii) A construção de estratégias de obtenção de consenso em torno

do projeto burguês de sociabilidade em tempos de neoliberalismo reformado. Esse movimento foi apreendido através da reconfiguração da educação superior em educação terciária, noção historicamente difundida pelos organismos internacionais do capital, especificamente o Banco Mundial/BM, mas que ganha nova racionalidade na primeira década do novo século. Através dessa noção, o BM difunde a concepção de que qualquer curso pós-médio, curso de curta duração ou curso a distância pode ser considerada educação terciária. Uma noção que aprofunda e amplia a política de diversificação das IES e dos cursos defendida pelo Banco desde os anos de 1990 sob a aparência de “democratização” do acesso à educação superior. A materialização dessa noção ocorre nos países centrais e periféricos. Nos primeiros, este processo é conduzido, sobretudo, pelo Acordo de Bolonha firmado pelos países europeus. Nos países periféricos, como o Brasil, este processo foi conduzido pelo governo de Cardoso a Lula da Silva, apresentando a certificação em larga escala e massificação da formação profissional como seus horizontes político-pedagógicos (LIMA, 2013, p.11).

Essas afirmações indicam que as necessidades do capital alcançam seu objetivo em relação ao ensino superior e, nesse sentido, temos que destacar o papel histórico do Estado brasileiro na condução da política de expansão da educação superior. Até porque é o Estado que cria o arcabouço jurídico para operar esta política, autorizando e credenciando as IES privadas, bem como legalizando a privatização interna das IES públicas e estimulando o produtivismo e o padrão mercantil da pesquisa e da produção de conhecimentos.

As mudanças técnicas e, sobretudo, políticas apontam na direção de questionamentos ao campo de educação para os processos formativos. Isto é, o uso das novas tecnologias ligadas à informação e informatização vem provocando transformações nas exigências de qualificação do trabalhador bem como na organização do trabalho. Ao reconhecer que a revolução tecnológica trouxe no seu bojo cursos novos, maneiras de pensar, de sentir e de agir, nova concepção de vida, novos estilos de pensamento e acesso, compreende-se que esta revolução tecnológica estabelece na sociedade discussões relacionadas aos níveis de ocupações, as profissões, aos conhecimentos adquiridos, uma nova maneira de produzir, ou melhor, uma nova forma de relacionar socialmente.

A revolução tecnológica afeta as práticas nas quais estamos inseridos, acarretando novas exigências para homem, conseqüentemente, afeta o campo educativo em termos de noções e conceitos (teorias) e de métodos no fazer da educação. Nesse passo, o conceito de formação e qualificação se ampliam, possibilitando a compreensão de que as novas tecnologias, sendo produto das

relações sociais, acabam por ter aplicação diferenciada a depender das tradições culturais, do contexto econômico, social e cultural de cada país. Segundo Quartiero (1996, p. 199)

Quer-se deixar claro que não se está reportando à velha discussão sobre a escola preparar o aluno para o mercado de trabalho ou não. Quer-se, isso sim, enfatizar que o desenvolvimento tecnológico, característico das sociedades industriais contemporâneas, está provocando inúmeras mudanças no processo concreto de constituição do conhecimento dos sujeitos envolvidos na produção. Mudanças estas que ultrapassam o mundo do trabalho, atingindo todas as esferas da vida humana. Este contexto exige da escola um novo posicionamento, enquanto espaço de construção do conhecimento.

É nesse sentido que para Quartiero (1996), a educação, enquanto processo de formação não deve ser pensada para atender apenas à lógica do mercado, visto que na sociedade capitalista as transformações no modelo de produção e de paradigmas do trabalho afetam e ampliam o conceito de qualificação, das competências e das habilidades.

Se pensarmos nos desdobramentos das novas tecnologias no âmbito educacional, a modalidade de ensino a distância ganha credibilidade em boa parte das áreas do conhecimento. No entanto, é preciso considerar as contradições e particularidades de cada profissão. No ensino superior em Serviço Social, essa realidade e invasão tecnológica pode se revelar uma técnica eficaz em diferentes situações quando tratada com qualidade acadêmica e direção intelectual e política. Mas a que se ficar atento as investidas de mercantilização da educação superior que em sua maioria tem propostas opostas e divergentes com a profissão.

1.1 Tecnologias de Informação e Comunicação e a Educação Superior

Um dos desafios pertinentes à educação na contemporaneidade é a relação com as tecnologias de informação e comunicação (TIC), suas implicações na sociedade, na subjetividade das pessoas e na educação. Trata-se de um avanço tecnológico que impacta a vida social, como sinaliza Castells (1996, p. 91)

Este sistema tecnológico, em que estamos totalmente imersos na aurora do século XIX, surgiu nos anos 70. Devido à importância de contextos históricos específicos das trajetórias tecnológicas e do modo particular de interação entre tecnologia e a sociedade, convém recordarmos algumas datas associadas a descobertas básicas nas tecnologias da informação. Todas têm algo de essencial em comum:

embora baseadas principalmente nos conhecimentos já existentes e desenvolvidas como uma extensão das tecnologias mais importantes, essas tecnologias representam um salto qualitativo na difusão maciça da tecnologia em aplicações comerciais e civis, devido a sua acessibilidade e custo cada vez menos, com qualidade cada vez maior.

Podemos afirmar que sociedade atual é considerada a sociedade da informação e do conhecimento, configurada pelo surgimento e utilização dos novos aparatos tecnológicos, e a educação é levada a se apropriar das novas tecnologias na transposição e interação dos conhecimentos e na formação e capacitação dos profissionais. Essa realidade coloca como prioridade repensar os novos modelos de ensino, como afirma Masetto (2006, p. 153)

As tecnologias devem ser utilizadas para valorizar a aprendizagem, incentivar a formação permanente, a pesquisa de informação básica e novas informações, o debate, a discussão, o diálogo, o registro de documentos, a elaboração de trabalhos, a construção da reflexão pessoal, a construção de artigos e textos.

O pensamento de Masetto traz o papel das novas tecnologias como uma ferramenta que deve valorizar a aprendizagem, incentivar a formação e a pesquisa. Contudo, sua inserção no meio acadêmico acontece, de forma mais ampla, ao mesmo tempo em que a expansão da modalidade EaD no ensino superior se insere nas universidades, e todas essas mudanças vem provocando reestruturação sistemática no processo de ensino e aprendizagem.

Se nas Instituições de Ensino Superior, professores e alunos estão defrontando uma nova realidade dentro das salas, mescla o ensino tradicional com a utilização de novas metodologias e recursos oferecidos pelas TIC, quando transportamos este universo das TIC para o ensino a distância, grandes são os desafios e possibilidades para todas as áreas de conhecimento. Neste sentido, é importante investigar quais os limites e as possibilidades para a inserção das TIC no Ensino Superior.

A EaD é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e TIC, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversas. Esta definição está presente no Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB). Mas, no Brasil, uma grande parte das Instituições de Ensino Superior passou a utilizar as

tecnologias de informação e comunicação em cursos presenciais e também à distância a partir da década de 1994. Neste contexto novo para as universidades um dos desafios e limitações encontradas na utilização das TIC no ensino superior. As mais modernas tecnologias de informação exigem uma reestrutura do sistema educacional de forma ampla, e não restritamente na alteração dos objetivos, dos procedimentos das metodologias de ensino.

Kenski (2003), afirma que, sob o termo nova tecnologia, um conjunto de inovações que apareceram na década de 80 e seu impacto sobre as indústrias culturais tornaram-se visíveis nos anos 90, isto é, a era da gravação digital da informação, da compreensão destes dados e do acoplamento das telecomunicações e do computador. Por sua vez, o termo TIC refere-se à conjugação da tecnologia computacional ou informática com a tecnologia das telecomunicações. Outro aspecto restritivo das TIC no Ensino Superior é a formação do professor para atender às novas exigências originárias da era das tecnologias na educação, portanto, o processo de formação tem que ser permanente, sem a qual o exercício da profissão docente ficará prejudicado. É preciso que o professor saiba utilizar adequadamente, no ensino, essas mídias, para poder melhor explorar suas especificidades e garantir o alcance dos objetivos do ensino oferecido (KENSKI, 2003, p. 89).

Com o objetivo de atender esta demanda para os docentes a UNESCO (2002) divulgou uma relação do que seria básico para um programa de desenvolvimento dos profissionais para a adoção das TIC, na qual o foco concentra-se nas questões operacionais e sua relação com o mundo do trabalho. É possível perceber nas exigências apresentadas que as mudanças necessárias vão além da apropriação dos novos espaços e tempos educacionais, atingem a adoção de novos currículos, a flexibilização das estruturas de ensino, a interdisciplinaridade dos conteúdos, o desenvolvimento de pesquisas, intercâmbios e convênios interinstitucionais, com as demais esferas sociais e com a comunidade de forma geral, como evidencia Kenski (2003).

O referido autor defende que há uma mudança na lógica da educação, o que prevalece na sociedade da informação é um modelo diferente da atual forma estruturada, burocraticamente hierarquizada e centralizada existente nas instituições educacionais, antes da revolução tecnológica proposta para educação superior. A relação entre educação e novas tecnologias requer novos posicionamentos ligados à

política e à gestão da educação. Portanto, as TIC's diante do cenário atual da educação, em especial da educação a distância, ao trazer como centralidade a proposição de contribuir para superar os desafios nos quais se encontram as Instituições de ensino superior (IES) na América Latina (como por exemplo, a diminuição das desigualdades de acesso a educação, a qualidade, a falta de articulação entre as demandas do mercado e o conteúdo desenvolvido nas instituições), traz também desafios para a formação profissional dos discentes e docentes inseridos nesta modalidade de ensino/aprendizagem. A grande questão é analisar se esta modalidade construída para atender as pressões do capital dará conta de fomentar uma formação de ensino superior com qualidade.

Neste sentido, é no âmbito do ensino superior que se observa a maior expressão das tendências destrutivas das reformas neoliberais, materializadas na reforma universitária, proliferação acelerada e desordenada de cursos presenciais e a distância, um estímulo à expansão do setor privado em detrimento do ensino público. É nos marcos das políticas de diversificação das IESs, dos cursos e das fontes de financiamento da educação superior gerida pela concepção de educação terciária, difundida pelo Banco Mundial, que foi implementada no país uma das principais políticas de expansão e acesso ao ensino superior, o REUNI¹² (Sobre a funcionalidade e características do REUNI, iremos tratar com mais detalhes adiante) Não obstante as críticas e resistências, e as ações políticas do movimento sindical e do movimento estudantil, o REUNI recebeu o apoio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) como uma importante iniciativa da política de expansão do MEC.

Apesar disso, e de todas as políticas de ações afirmativas na educação superior, Koike (2009) afirma que a reforma universitária, ao transformar a educação em objeto mercantil, o aluno em cliente consumidor e a universidade em emitente de

¹²A expansão do ensino superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão. Maiores informações ver: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior/Diretoria de Desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior/ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. (2009)

diplomas banais, esvazia a dimensão emancipatória da educação e subtrai o caráter universalista da instituição universitária. De acordo com a autora, um ambiente institucional danificado, de *ethos* acadêmico degradado, ao se constituir lugar da formação profissional das novas gerações torna-se também, um solo de disputa e resistência aos processos de socialização do atual padrão societário.

Sobre esse aspecto, afirma também Pereira (2009) que,

[...] assim, em um processo dialético, o ensino superior, ao mesmo tempo em que é reconfigurado no novo contexto de crise do capitalismo tardio como espaço mercantilizado- para as necessidades expansionistas em tempos de crise do capital- é ele próprio um elemento fundamental para disseminação da ideologia da “Terceira Via”, através da formação massificada de intelectuais colaboracionistas à ordem do capital. A EaD configura-se, portanto, como uma via extremamente lucrativa para a expansão capitalista e a formação de intelectuais necessários à ordem burguesa, com a criação das primeiras Universidades Abertas na década de 1970 e sua expansão mundial a partir de então (PEREIRA 2009, p. 271).

Na sociedade brasileira, o processo de aprofundamento da mercantilização e expansão da EaD acontecem no pós-1990, monitorado pelos organismos internacionais e pela ciência, com a adesão e o direcionamento por parte da burguesia brasileira. De acordo com esse processo de adequação do sistema educacional à lógica do capital, a inovação tecnológica ganha *status* para proporcionar a democratização de acesso ao ensino, assegurando assim uma “inserção social”. Ou seja, o ensino *on-line*¹³ que move a EaD, no âmbito da graduação, apresenta-se com o discurso da democratização do acesso, favorecendo a expansão desordenada da educação superior de baixo custo. Numa crítica a essa lógica de mercantilização, Ferreira (2000, p. 82), ressalta que a LDB

[...] vem instituindo inovações no ensino superior que podem provocar profundas alterações na formação e no exercício das profissões de nível superior de modo geral, e na profissão de assistente social, de modo mais específico. A perspectiva de flexibilização dos processos de formação e de exercício profissionais atinge a espinha dorsal do ensino superior com a introdução de uma série de medidas (exame nacional de curso, mestrados profissionalizantes, substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais, ensino da graduação à distância)

¹³A versão *online* é uma das formas de operacionalização da Educação a Distância. Segundo Koike (2009). O objetivo é “trazer a Revolução Industrial para o ensino. Ou seja, de fazer o mesmo que fez a Revolução Industrial, transformar processos artesanais em processos fabris capazes de garantir uma produção em maior escala, mais barata e sem perda de qualidade” (CASTRO, 2006, p. 213).

que impactam diretamente na concepção de profissional que se quer formar. (...) Trata-se de uma mudança na filosofia mesma do significado e papel da educação na construção da sociedade. Uma educação menos comprometida com a formação cidadã e mais voltada para os interesses do mercado, uma educação garantida mais como serviço privado e menos como direito social. Trata-se, enfim, de uma inversão nos propósitos educacionais de construção de cidadania. (FERREIRA, 2000, p. 82)

Com o pressuposto da lei, o Brasil instaura um novo tipo de ensino e de universidade, pautado e pactuado com os ditames do capital, com as leis de ajuste econômico, conforme o receituário neoliberal, conseqüentemente há uma exigência de um novo perfil profissional conforme as exigências de um mercado de trabalho mais flexibilizado e reestruturado. Este modelo que forma mão de obra especializada segundo o mercado, deteriora a qualidade do ensino, fragiliza a cultura de investigação e mexe com a autonomia da universidade enquanto campo vital da construção de saberes, de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de fomento da cultura intelectual que promove na sociedade espaços de lutas, resistências e alternativas na defesa da igualdade e da democracia. Esse é um aspecto que deve ser considerado quando se trata de qualquer profissão.

A análise desses aspectos deve estar presente no processo de formação profissional, de forma a garantir a reflexão sobre a profissão, nem sempre garantida, pelo que apontam algumas produções, na modalidade EaD. No caso do Serviço Social, observa-se uma produção que aponta grandes preocupações na ofertadessa modalidade (DAHMER, 2008; CFESS, 2010, 2014, 2016) que colide com o que pressupõem as Diretrizes Curriculares da área.

1.2 Panorama da Produção sobre Serviço Social e EaD na Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Ao direcionar o estudo à análise do panorama da produção sobre Serviço Social na pós-graduação *stricto sensu* e EaD, neste item foi realizado um levantamento no sitio da Plataforma Sucupira/CAPES onde foram encontradas dissertações e teses sobre Serviço Social nas diversas áreas de concentração. Foi encontrado um total de 467 produções acadêmicas cadastradas na plataforma, dentre as quais, 16 produções acadêmicas abordam o tema Serviço social e EaD. Observa-se nas produções em destaque que três são produzidas na Universidade

Federal de Sergipe: duas dissertações do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/Mestrado em Serviço Social e uma do Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado em Educação.

Este levantamento teve como objetivo conhecer a produção acadêmica construída pela categoria nos cursos de pós-graduações no âmbito do Serviço Social frente à realidade expansionista e mercadológica que alcançou o ensino superior no final do século XX. Outro importante objetivo do capítulo é situar historicamente a expansão dos cursos de Serviço Social EaD no Brasil, pós- 2000, e quais são os desafios frente ao projeto de formação profissional e às Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Considerando a introdução do ensino a distância no âmbito do ensino superior, no final de 1996 temos tididamente que a LDB abriu espaço para que esta modalidade de ensino fosse implementada e legitimada. Obviamente que para isso foi criada uma estrutura organizacional a fim de colocar em prática os objetivos de implementação desta modalidade de ensino nas instituições de ensino superior do país. Nesse sentido, em 1996 foi criada a Secretaria Especial de Educação a Distância (SEED) com o objetivo de colocar em prática plano sobre EaD com o propósito de operacionalizá-los dentro do arcabouço da política educacional brasileira. Com o suporte e apoio do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria Especial de Educação a Distância (SEED), a regulamentação do EaD foi realizada, primeiramente, por meio do decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998¹⁴, e os artigos 11º e 12º do referido documento foram modificados pela Portaria do MEC nº301, de 7 de abril de 1998. Contudo, as instituições de ensino superior foram autorizadas a oferecerem a modalidade de educação à distância com o decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, conforme “Art. 1º

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas, em lugares ou em tempos diversos.”¹⁵

Em 2005 cria-se por meio da Secretaria de Educação a Distância do MEC, o projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB). De acordo com o MEC, a UAB foi

¹⁴DECRETO N.º 2.494, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96) consultar: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>

¹⁵Consultar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm

instituída pelo decreto 5.800, de 08 de junho de 2006 para "o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação à distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes, por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

Nessa direção, a UAB está norteada em cinco eixos fundamentais: 1) Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso; 2) Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados, municípios; 3) Avaliação da educação superior à distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação em implementação pelo MEC; 4) As contribuições para a investigação em educação superior à distância no país; 5) O financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior à distância. (SEED, 2009, p.1.)

Analisar a implementação do EaD sob a premissa de "democratização" do acesso não revela quais as reais consequências da expansão desta modalidade de ensino na atual conjuntura da política educacional brasileira. Considerando que o EaD requer estrutura e organização acadêmicas específicas, um dos resultados poderá ser a sua inviabilidade no âmbito do ensino presencial. No momento de implementação do EaD, as universidades públicas vivenciavam um processo de sucateamento, e a inserção do ensino a distância pode contribuir para intensificar as precárias condições de acesso ao ensino superior presencial, uma vez que este sofre os efeitos deletérios da contrarreforma engendrada nos últimos governos.

Nesse passo, ao analisar o processo de surgimento do EaD no Brasil não significa apenas a oferta de mais vagas no ensino superior, mas, sobretudo conforme o modelo integrado do projeto UAB uma necessidade de imprimir dinâmicas, seja de trabalho, seja nas culturas institucionais, sobretudo porque o ensino a distância exige tempo e organização por meio de trabalho específico, ou seja, uma reconfiguração profunda nas instituições educacionais. Reconfigurações estas que dizem respeito a novas formas de planejamento tanto institucional como

financeiro, além de formação de pessoal, organização do trabalho docente diferente da que conhecemos, considerando que o processo de ensino e aprendizagem se apropria também das tecnologias de informação e comunicação.

Neste sentido, essa transformação torna mais profunda os reflexos da contrarreforma universitária que permite uma expansão de forma desenfreada do ensino a distância nas IES, e contribui para a disseminação de uma cultura que deixa à margem os pressupostos que norteia o ensino presencial público, pautado na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, além de possibilitar a massificação e aligeiramento da formação desconstruindo o espaço universitário e enaltecendo a lógica tecnicista, em detrimento da vivência acadêmica que sempre se constituiu num *locus* importante para a reflexão da realidade.

Como argumenta lamamoto (2008, p. 437),

A subordinação da educação à acumulação do capital compromete a qualidade do ensino superior e sua função pública, gera o desfinanciamento do ensino público superior, desvaloriza e desqualifica a docência universitária ante as cumulativas perdas salariais e elimina a pesquisa e a extensão das funções precípuas da universidade.

O Plano Nacional da Educação, de janeiro de 2001, prevê dentre os objetivos da educação superior:

Prover, até o final da década, a oferta de ensino superior, pelo menos, 30% da faixa etária de 19 a 24 anos. Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta que existem entre as diferentes regiões do País. Estabelecer um amplo sistema interativo de educação, à distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, tanto os regulares como os de educação continuada, observando as metas estabelecidas no capítulo referente a essa modalidade de ensino (MEC, 2018).

lamamoto (2015, p. 438) ressalta que “essa tendência é compatível com premissa de que o mercado, - leia-se o capital- é portador da racionalidade sociopolítica e o agente principal do bem-estar da República”. Nesse sentido, o Estado tende a deslocar direitos sociais, entre os quais a educação superior para o setor de prestação de serviços pela via do mercado, ampliando o espaço privado e desfigurando o espaço público. Compromete-se assim, no ensino graduado, a formação de quadros acadêmicos e profissionais dotados de competência crítica e compromisso público com a sociedade.

Mas não se trata de situação recente. Pereira (2012, p. 29) lembra que

O perfil da política educacional brasileira, a partir dos anos 1990 e, principalmente, no pós-2000, vem delineando-se de forma cada vez mais mercantilizada, especialmente no nível superior de ensino. Desde o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passando pelo Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, e chegando ao atual governo Dilma (2011), a via preferencial de expansão do Ensino Superior tem sido a do setor privado mercantil e, com a chancela legal da LDB, também por meio do ensino a distância (EAD).

Como vimos anteriormente, os anos 1990 apontaram o início de uma forte tendência à privatização da educação que se estende aos dias atuais, contudo é importante também compreender que as mudanças ocorridas no Brasil têm suas raízes no movimento do capitalismo mundial.

Numa análise da tendência mundial, podemos destacar que a conjuntura dos anos 1990, com a queda do muro de Berlim, como o aprofundamento da crise de um projeto político de esquerda, em nível mundial e nacional, a crescente falta de concepção societária e política, agravada a partir do conjunto de medidas inspiradas no neoliberalismo. Essas questões formaram um consenso ideológico em torno da vitória do capitalismo e do “fim da história”. Os anos de estado de bem-estar, pós-segunda guerra mundial, que tinha a ideia de construir um capitalismo humanizado entram em decadência com a crise de 1970, que

[...] pode ser compreendida através de uma série de determinações, dentre as quais se destacam: a) queda da taxa de lucro, que levou ao esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; b) hipertrofia do capital financeiro; c) maior concentração de capitais graças às fusões entre empresas; d) a crise do Welfare State ou do “Estado de bem-estar social” (ANTUNES, 1999, p. 31).

A partir dos anos 1970, a dinâmica da acumulação capitalista mundial entrou em confronto com o modelo dos Estados nacionais. Se o período anterior foi marcado por reformas que se caracterizaram pela conquista de direitos sociais por parte da classe trabalhadora, o período seguinte, como resposta à nova crise econômica, faz emergir o neoliberalismo, um período marcado por incontáveis reformas e pela transformação destes direitos em mercadorias.

O neoliberalismo traz como proposta a redução da intervenção estatal e a liberalização da economia para o mercado atuar, permitindo sua auto-regulação. O neoliberalismo e a mundialização do capital trouxeram inúmeras mudanças na ordem econômica, social, cultural, etc. Um conjunto de exigências que submete os Estados

à dinâmica da globalização capitalista, que transfere as responsabilidades e as decisões para a iniciativa privada, da soberania da nação para a ordem social capitalista dominante no cenário mundial.

No Brasil, as ideias neoliberais foram difundidas nos Governos Collor, FHC, Lula e Dilma, e aprovadas pela maioria conservadora do Congresso Nacional. A elite brasileira aderiu de forma passiva e subalterna ao capitalismo transnacional. No caso da educação superior, Lima e Pereira (2009, p. 34-35), ressaltam que

Nos anos de neoliberalismo este processo de expansão do acesso ganha nova racionalidade através de dois mecanismos básicos: a “explosão” do setor privado e a privatização interna das instituições de ensino superior (IES) públicas. Em relação ao primeiro mecanismo, os dados divulgados pelo Censo da Educação Superior de 2002 (final do governo Cardoso) demonstram em que direção ocorreu o aumento do número de ingressos na educação superior brasileira nos anos de 1990 e início do novo século. Segundo informações disponibilizadas neste Censo, ao final do governo Cardoso o ingresso em IES públicas somava 320.354, enquanto nas IES privadas somava 1.090.854 (BRASIL, MEC/INEP, 2002). Dois outros elementos devem ser articulados às análises sobre a expansão do acesso à educação superior via instituições privadas: em primeiro lugar trata-se de um acesso via diversificação das IES, direcionado especialmente às IES privadas não universitárias e que *não* precisam, por determinação legal, implementar políticas de pesquisa e extensão, na medida em que somente as universidades são caracterizadas como instituições em que há a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, ocorre um intenso processo de reconfiguração do ensino superior, primeiro direcionado à oferta de cursos de curta duração, cursos sequenciais, cursos a distância, o que caracteriza um processo de aligeiramento da formação profissional e de certificação em larga escala vigente naquele período (LIMA; PEREIRA, 2009). No que diz respeito ao segundo mecanismo de expansão de acesso dá-se pela privatização interna das IES públicas, particularmente as Instituições Federais de Ensino Superior/ IFES, ocorreram duas ações, a venda de “serviços educacionais” e a ênfase no ensino de graduação (GREGÓRIO, 2011).

De acordo com Lima e Pereira (2009), a relação entre a venda de “serviços educacionais” e a expansão do acesso à educação superior foi materializada através de cursos pagos, no estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas privadas, a criação de mestrados profissionalizantes, em parceria com empresas públicas e privadas. As autoras salientam que

O projeto neoliberal para a universidade brasileira é claro e articula três núcleos básicos: (i) em relação ao projeto político-pedagógico, operacionaliza a redução das universidades públicas a “escolões de terceiro grau” através da destituição da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente para as áreas de humanas e ciências sociais aplicadas; (ii) em relação ao financiamento da política de educação superior ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas e; (iii) em relação ao trabalho docente, evidencia-se um aprofundamento da precarização das condições salariais e de trabalho, estimulado pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento. (LIMA; PEREIRA, p. 36)

No governo de Fernando Henrique a contrarreforma do ensino superior foi conduzida por meio de uma concepção de universidade limitada ao ensino, a partir do desmonte do tripé ensino/pesquisa/extensão, da submissão da formação profissional às exigências do mundo do capital e da precarização do trabalho docente.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto que redesenha o modelo de educação no país ganha novas formas a partir de 2003, através de projetos de lei e medidas provisórias. Impõe-se ao país a destruição da educação pública, gratuita, laica, de qualidade com referência social. O Governo Lula derruba muitas expectativas, acreditava-se, que com a ascensão de uma representante da classe dos trabalhadores no poder, o processo de privatização interna das IES públicas e de estímulo à criação de IES privadas sofresse alterações. Entretanto em meados do governo (2003- 2009) podemos afirmar que o processo de reformulação da educação superior brasileira é intenso, aprofundando a contrarreforma em curso desde o governo Cardoso.

Como forma de compreensão dos rebatimentos de movimento na sociedade, observem-se as mudanças que as reformas inauguradas nas universidades a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) são percebidas claramente no relatório do Ministério da Educação em 2008 (MEC, 2009).

Sobre o REUNI 2008, ressalta-se no relatório de primeiro ano:

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social.

A necessidade de expansão da Educação Superior em nosso país é premente, visto que, em média nacional, apenas 24,31% dos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, têm acesso ao ensino superior. Com o Reuni, o Governo Federal adotou uma série de medidas a fim de retomar o crescimento do ensino superior público.

Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos, inicialmente, pelos expressivos números do Programa de Expansão Fase I das universidades federais, iniciado em 2003, e em seguida pelos resultados do Programa Reuni, que teve seu início de implantação em 2008 e com conclusão prevista para 2012. Além disso, cabe destacar a oportunidade que a reestruturação acadêmica e as inovações propostas pelas universidades significará para a educação superior pública do país.

Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos: garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior.

A implantação do REUNI atingiu quase a totalidade das universidades federais do país. O Quadro 1 a seguir apresenta a adesão ao Programa, a ser instalado a partir de 2008, com chamadas em 29/10/2007 e 17/12/2007, para implantação no primeiro semestre e no segundo semestre, respectivamente.

Ressalte-se que essa adesão deu-se por meio de pactuação com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (ANDIFES), com o compromisso de ampliação de oferta de cursos e vagas, com a prioridade de abertura de vagas no turno noturno. É importante também destacar que antecipou o Programa Reuni, o Programa de Expansão Fase I, iniciado em 2003. No caso de Sergipe, por exemplo, essa expansão permitiu a abertura de curso presencial na Universidade Federal de Sergipe no turno noturno, com a oferta de 80 vagas anuais.

Gregório (2011), ao analisar a expansão das vagas apresentadas em relatório da ANDIFES aponta que entre 2006 e 2010 houve um aumento de 63% das vagas em universidades públicas e, no caso de Serviço Social, um percentual de 116,19% no período.

Quadro 1 – Implantação do REUNI nas Universidades Federais

CHAMADA	UNIVERSIDADES	SEMESTRE/2008
29/10/2007	UnB, UFPI, UFV, UFRJ, UFTM, UFAC, UFRN, UFPE, UFCG, UNIFESP, UFMA, UFPB, UFRR, UFPA, UFGD, UFERSA, UFES, UFSCar, UFPR, UFG, UFSC, UFMT, UFT, UFPeI, UFBA, UFC, UFJF, UFLA, UFMS, UFMG, UFS, UFRRJ, UFRA, UFSJ, FURG, UFRGS, UNIRIO, UFAM, UNIFAP, UNIR, UFCSPA, UFF	Primeiro
17/12/2007	UFAL, UFOP, UFRB, UFRPE, UFSM, UFU, UFVJM, UNIFAL, UNIFEI, UTFPR, UNIVASF	Segundo

Fonte: MEC, 2009.

A aprovação da quase totalidade das universidades federais representa para o MEC

o forte interesse despertado pelo Programa que preconiza, em seu conceito fundador, a ideia da expansão com reestruturação das instituições federais de ensino superior, abrindo espaço para oportunidades de inovação e de aumento da qualidade da educação superior pública (MEC, 2009, p.42),

Assim, associado à noção de educação como bem público, e não como direito, aprofunda o processo de contrarreforma e leva a uma eliminação das diferenças entre o público e o privado. Neste sentido, conforme explicita Gregório (2011, p. 33),

A educação, tomada como um “bem público”, e não como direito, fornece as bases jurídicas e políticas para que se eliminem as diferenças entre público e privado. Nesse caso, a educação torna-se um “bem público” e, portanto, instituições públicas e privadas devem prestar esse serviço público (não-estatal), podendo ser financiadas por fontes públicas ou privadas.

Faz-se necessário esclarecer que esses aspectos já se encontram presentes na década de 1990, com um empresariamento de forma tímida nos Governos Collor-Itamar e aprofunda-se nos governos seguintes (GREGÓRIO, 2011). Outro importante instrumento legal para a consolidação no país do ensino a distância, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que no seu artigo 80 prevê o Ensino a Distância indicando que o Poder Público deve “incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades”. Esse artigo foi regulamentado inicialmente pelo decreto 2.494, de 10/02/1998, contudo o grande estímulo a essa modalidade de ensino se fortaleceu no Governo Lula.

Com a proposta de Reforma Universitária apresentada pelo Governo Lula, iniciada entre 2003 e 2004, e com a edição de novo decreto em 19 de dezembro de 2005 (Decreto 5.622, de 19/12/2005), que revogou o anterior, tem-se o aspecto do detalhamento da oferta de ensino à distância em todos os níveis: educação básica, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e educação superior, que abrange cursos sequenciais, graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Quando restringimos a análise dessa oferta do ensino a distância aos cursos de graduação à distância em Serviço Social, encontramos que legalmente foram autorizados a funcionar a partir de 2004, porém a adoção efetiva começa no ano de 2006, conforme informações do Cadastro Nacional das Instituições de Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (INEP/MEC).

Desde essa época, há uma expansão dessa modalidade em nível nacional, o que culminou com milhares de alunos matriculados. Importante destacar que aliada a estes fatos, autorização de funcionamento e matrículas efetivas de alunos, outros acontecimentos marcam os desafios e mudanças que se colocam aos assistentes sociais no que se refere à formação profissional, como por exemplo, a redução da carga horária mínima dos cursos de graduação, com prejuízos significativos para a formação dos profissionais de Serviço Social. A proposta da redução da carga horária de 3.220 horas para 2.400 horas, contudo entidades organizativas da profissão, entre elas a ABESS (hoje ABEPSS), desencadearam uma mobilização nacional resultando na aprovação de 3.000 horas para a formação da área no país.

Ferreira (2007, p. 183) argumenta que

A regulamentação da Educação à Distância, consiste muito mais em (des) regulamentação, pois padece de graves lacunas e equívocos, que possibilitam, favorecem e estimulam a abertura indiscriminada de cursos de graduação à distância sem acompanhamento, fiscalização e avaliação pelo Estado. O Estado estabelece normas gerais e se exime da responsabilidade e dever de regulação no que se refere ao acompanhamento e avaliação, transferindo essa responsabilidade para o mercado (competitividade entre cursos) e para o indivíduo.

A autora afirma, ainda que uma análise do marco regulatório dos cursos de graduação a distância permite uma série de afirmações que demonstram a

precarização dessa modalidade de ensino, sendo possível afirmar que: é um modo superficial de credenciamento no tocante avaliação *in loco* da documentação existente, o que difere dos cursos presenciais. Embora o credenciamento e autorização para educação superior sejam de competência do MEC, este não define normas e procedimentos claros, o que tem veiculado a compreensão que cabe aos sistemas estaduais procederem a esse credenciamento eximindo-se, assim, o MEC da responsabilidade (FERREIRA, 2007). Para Iamamoto (2000, p. 36)

A regulamentação da LDB tem se dado por meio de um acervo de medidas legais, originárias do Executivo, e, mais especificamente, do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e de seu órgão assessor, o Conselho Nacional de Educação (CNE). Materializa-se em um conjunto de iniciativas e de instrumentos jurídicos – leis, medidas provisórias, decretos, emendas constitucionais, resoluções e pareceres –, que, silenciosamente, vem realizando uma verdadeira reforma da universidade brasileira. Ou melhor, vem criando as bases para a disseminação de um outro projeto de universidade, parametrado pelas leis de mercado e critérios de avaliação a eles atinentes, em luta com o padrão historicamente instituído na universidade brasileira, inspirado em modelos europeus.

Considerando que a reestruturação do ensino superior causa impacto direto na formação dos assistentes sociais, em relação aos cursos de graduação à distância, algumas considerações são importantes. Primeiro, importa reputar que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e possui como objeto de trabalho a questão social e suas manifestações, portanto, a formação do assistente social requer um profissional propositivo, criativo, investigativo, e em constante aprimoramento profissional, capaz de desvelar a gênese dos fenômenos sociais e suas contradições – tendo como finalidade e intencionalidade contribuir para a transformação da realidade (IAMAMOTO, 1998).

Outro dado importante é que desde a década de 1980 grandes conquistas se consolidaram na formação dos assistentes sociais, e o projeto ético político que a profissão vem construindo recomenda para a formação de novos profissionais, cujo marco é o currículo/82 acompanhado das atuais diretrizes curriculares de 1996, vinculada a uma concepção de educação e de sociedade referenciada na construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero. E por isso, não é por acaso que essas bandeiras de lutas são expressas nos princípios do Código de Ética e na Lei de Reculamentação desenhando a renovada capacidade intelectual, ético-política e organizativa da

categoria profissional.

As unidades acadêmicas, por meio de docentes e discentes da graduação e pós-graduação e a categoria profissional, sob a coordenação de entidades representativas, como o CFESS, ABEPSS e ENESSO, apresentaram nos anos 1990 respostas competentes e comprometidas com as classes trabalhadoras frente às alterações do mundo do trabalho e às manifestações da questão social. Além disso, indicaram um perfil de formação profissional compatível com esse comprometimento. Importa ressaltar que essas instâncias organizativas da categoria levantaram/levantam permanentemente a luta pela defesa intransigente da qualidade da formação desse profissional, sendo contra a mercantilização do ensino superior.

E diante do cenário acentuado processo de privatização no ensino superior, que é preciso pensar os rebatimentos da contrarreforma do Estado na formação do assistente social. Uma demanda solicitada pela acelerada expansão dos cursos privados, presencial ou à distância, que podem estar na grande maioria desconectada com o projeto profissional do Serviço Social, e também pela condição concreta de acesso dos estudantes à educação de qualidade. No entanto, é fundamental considerar que muitos desses alunos são trabalhadores que buscam na graduação uma ascensão na sociedade competitiva e excludente, e vivenciam a realidade cruel do capital, abrindo mão de formação de qualidade e se enquadrado aos ditames de uma formação aligeirada que compromete sua atuação enquanto profissional. Lima e Cassab (2002, p. 85) alertam que é o aluno trabalhador que “[...] traz consigo a experiência histórica de sua classe, que experimenta suas condições, que produz uma subjetividade associada a essa experiência”.

As propostas de reestruturação do ensino superior são direcionadas para uma mudança na estrutura universitária em que se prioriza a privatização do ensino superior, a redução do financiamento do ensino público, abrindo espaço para que o setor privado invista em *marketing* educacional sob o pretexto de que o setor privado garante uma maior qualidade. Inclusive utilizando do discurso de inclusão social que tem como base os princípios da racionalidade, da eficiência e da produtividade. Tal concepção modifica as diretrizes da pedagogia ao alterar o processo educacional na direção de sua mecanização fundamentada na falsa perspectiva de garantia de direito a educação superior. Disseminam-se várias propostas pedagógicas com bases sistêmicas, como, por exemplo, o modelo do microensino, o tele-ensino, a

instrução programada, as máquinas de ensinar, o parcelamento do trabalho pedagógico com o objetivo de atender a uma cultura produtivista.

É pensando nessa pseudo inclusão social que a essas questões têm sido objeto de reflexão de profissionais do Serviço Social, haja vista o surgimento da formação na modalidade EaD. Em levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na Plataforma Sucupira, foram identificadas 18 produções que enfocam a temática, em programas de Serviço Social (Cf. Apêndice A) e mais três programas de outras áreas (Cf. Apêndice B), nesta incluindo um mestrado profissionalizante.

Os trabalhos, produzidos a partir de 2009, foram defendidos em instituições localizadas em 12 unidades federativas, que compreenderam quatro regiões do país, exceto a Região Norte, a saber: Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão. Os programas de pós-graduação estão vinculados a dez IES públicas (universidades federais e estaduais) e quatro IES privadas, especificamente: UERN, UEPB, UERJ, UNOESTE, UNESP, UFPE, UFS, UFMA, UFF, UFSC, PUC-SP, PUC-GO, CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA, UNIVERSIDADE ANHANGUERA.

As teses e dissertações consultadas destacam que a atual sociabilidade do capital engendra as novas configurações societárias que determinam os moldes socioeconômicos vigentes, conduzidos pelos organismos internacionais, ou seja, a educação na sociedade atual não pode ser entendida fora das relações sociais uma vez que está vinculada aos interesses da classe dominante. Nesse sentido, o ensino superior faz parte da ideologia do capital humano, que em junção com o arcabouço de elementos que formam o capital social, dentre eles, a educação, estaria sedimentando a massificação desta, visto que, na medida em que se acredita que este capital permitirá a ascensão social e o progresso nacional, nada mais óbvio que os governos nacionais expandam o acesso ao ensino superior. Toda esta expansão patrocinada pela o capital não parte do princípio de se avaliar o ensino que se tem, nem as condições com os quais se apresenta, a valorização centra-se no ingresso no ensino de nível superior, e neste jogo da ideologia do capital humano tanto o setor público quanto o privado, nas modalidades presenciais ou a distância se constitui na via de acesso ao progresso nacional sob os ditames do capital.

Uma importante questão nessa produção, é que independente dos sistemas

educacionais modernos, assim como hoje os conhecemos, constitui-se a educação como um poderoso instrumento de ideologia hegemônica, em toda a história da humanidade, de “domesticação” dos indivíduos ao *status quo*. Outra questão destacada, presente nas produções registradas nos apêndices, diz respeito às transformações societárias ocorridas no pós-1970, decorrentes da crise do padrão de acumulação capitalista erigido no pós-guerra. A crise causou fortes impactos mundialmente, no que concerne a concepção de direito à educação e de sistemas educacionais como direitos sociais, materializados em políticas sociais públicas. Em razão disso, houve a transmutação da educação como direito em educação como “serviço”.

Nesse sentido, a educação superior passou a ser uma fonte extremamente, lucrativa, especialmente nos países periféricos capitalistas. Portanto, na atualidade ao se refletir sobre o ensino superior, em âmbito mundial pode-se constatar algumas características como a expansão do efetivo do número de estudantes; o aumento da participação do setor privado na criação de IES; uma larga diversificação institucional, com diversas modalidades de ensino (cursos de curta duração, EaD, universidades corporativas, dentre outros); a retração da participação estatal no nível superior de educação; uma maior interlocução internacional, e, por fim, um aumento do vínculo entre setores empresariais com a pesquisa, não realizada necessariamente no interior das IES.

Em muitas análises de senso comum, a explicação para tais tendências do ensino superior seria a globalização, a competição acirrada e as novas exigências do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo afirma-se constantemente a incapacidade do Estado, financeira e administrativa, de dar respostas a essa pressão educacional e, por isso, justifica-se a abertura e a expansão do ensino superior, o que colabora para a contrarreforma na Educação. No entanto, uma análise mais profunda leva à compreensão de que tais tendências são o resultado do movimento do capital que na busca por sua sobrevivência e sob a forma de grandes monopólios joga-se constantemente numa luta por mercados, criando necessidades e avança em todas as esferas ainda não atravessadas pela lógica mercantil, como as dos direitos sociais, no caso em discussão, a educação superior.

A reestruturação do ensino superior proposta pelo Estado brasileiro caminha na direção do desmonte dos direitos sociais, contrariando o que dispõe a Constituição Federal do Brasil de 1988. Nesse sentido, algumas organizações da

sociedade representam grupos de resistência e lutam. No caso de docentes da educação superior, uma organização que se destaca é o ANDES/SN, o sindicato nacional de docentes. Além de grupos de representações dos docentes, a categoria de assistentes sociais propõe discussões, debates e análises sobre as consequências do processo de reestruturação do ensino superior na qualidade da formação profissional, no enfraquecimento da autonomia universitária, no sucateamento das estruturas físicas e administrativas das IES públicas, na desvalorização do corpo docente, no corte de verbas para as universidades, o que tem possibilitado a disseminação de uma cultura que deixa à margem os pressupostos que norteia o ensino presencial público pautado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito do Serviço Social, os estudos sobre EaD como objeto da pós-graduação *stricto sensu* é recente, como o é a oferta de cursos na área. Das teses e dissertações consultadas na Plataforma Sucupira, localizou-se o rebatimento da reestruturação do ensino superior traz além das questões já destacadas e que estão presentes no processo de desmonte do ensino superior, importantes desafios com a proliferação dos cursos de graduação a distância no Serviço Social. Isso porque há um debate sobre uma formação aligeirada, atravessada pela lógica mercantil, com turmas grandes de alunos, professores desvalorizados e em precárias condições do exercício docente. Inclusive essa realidade contribui para o esvaziamento das possibilidades de formação de profissionais críticos, capazes de desvelar a realidade, sob a ótica e os interesses da classe trabalhadora contrariando o que prevê o projeto político-pedagógico da profissão.

O quadro apresentado no apêndice A, traz uma caracterização da produção *stricto sensu* sobre o serviço social e EaD, nele estão destacados o ano, tipo, título, autor, instituição e resumo. Os resumos apresentados no apêndice A comprovam que o ensino superior é resultado do processo de mudanças sócio-políticas num contexto internacional, e o ensino superior a distância ganha visibilidade no Brasil a partir da década de 1990 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e outros marcos legais que dão legitimidade à referida modalidade de ensino. Nesse passo, identificamos que as teses e dissertações dispostas no apêndice A, compreendem o período de 2009 a 2016, destacam na sua generalidade, exceto uma dissertação que afirma que o EaD é oferecida à sociedade de forma democrática, numa situação de igualdade e oportunidades para

todos. As demais ressaltam: o ensino EaD propõe uma formação que reforça o pragmatismo, o subjetivismo, o assistencialismo, a análise micro dos fenômenos sociais, o estímulo à responsabilidade social e ao empreendedorismo social (traços peculiares que resgatam o conservadorismo no Serviço Social), revela ainda, que o processo de ensino está distante da formação defendida pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, implicando diretamente no perfil profissional. A tendência que se coloca é que, anualmente, o número de profissionais formados na modalidade a distância aumente em relação à formação presencial e traz como desafio para a profissão a definição de estratégias direcionadas à aproximação desses profissionais no fortalecimento do Projeto Ético-Político (PEP) defendido pela categoria profissional.

No âmbito do Estado de Sergipe observa-se um crescimento dos cursos de Serviço Social na modalidade presencial e a Distância, com a oferta em várias instituições, seja universidade, seja faculdade, seja centro universitário. No sítio do E-Mec observa-se a oferta de dez cursos na modalidade presencial e 11 na modalidade a distância. São 17 instituições que ofertam o curso com o grau de bacharelado, sendo que uma instituição universitária oferta o curso nas duas modalidades, com cinco cadastros no E-mec. O crescimento desses cursos dá-se concomitante ao processo de contrarreforma da educação na primeira década do século XXI e apresenta como necessária a análise para compreender a formação profissional no estado.

É no âmbito das contradições e desafios que se torna necessário analisar os projetos políticos pedagógicos, o corpo docente, a estrutura curricular das IESs privadas no estado de Sergipe, buscando identificar nelas uma relação com o direcionamento do projeto ético-político e com os aparatos legais da profissão. Porém, sobretudo, com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social para uma formação profissional crítica, reflexiva, propositiva e de emancipação, objeto do capítulo três desta dissertação.

2 EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE EaD NO BRASIL: DESAFIOS FRENTE AO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA ABEPSS

O Capítulo terceiro desta dissertação se propõe a trazer uma discussão sobre o projeto de Formação Profissional em Serviço Social salientando a contrarreforma do Estado, destacando a construção do projeto ético-político da profissão, os avanços e conquistas no interior da categoria na construção deste projeto profissional. O capítulo traz também o percurso realizado pela categoria, por meio da ABEPSS (Associação de Pesquisa e Ensino em Serviço Social), do Conselho Federal de Serviço Social e das unidades de ensino superior na elaboração das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, elencando os principais desafios frente à expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EaD no Brasil.

2.1 O projeto de Formação Profissional em Serviço Social e a contrarreforma do Estado

O Serviço Social surge no Brasil nos anos de 1930 num contexto histórico de industrialização do país, conforme ressalta Iamamoto (2003), este cenário é marcado pelo capitalismo industrial e pela expansão urbana. Tal conjuntura é caracterizada por mudanças na forma de produção e reprodução social capitalista onde são gestadas as condições sociais históricas para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, seja um espaço possível para práticas profissionais como a do assistente social (NETTO, p. 69, 1992). A profissionalização da profissão inserida legalmente nos órgãos públicos acontece no ano de 1935, sendo no final da década legalizado o ensino da profissão. A orientação para o exercício profissional no início da profissão teve o referencial do Serviço Social europeu, teoricamente embasado nas ideias de Mary Richmond e nos fundamentos do Serviço Social de Caso, a dimensão técnica estava a serviço da doutrina social da Igreja.

Segundo NETTO (1992, p. 14) “as conexões genéticas do Serviço Social profissional entretecem com as peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica”. O autor afirma que o Serviço Social emerge

como iniciativa de representantes da classe burguesa, ligados ao poder da Igreja Católica ou do Estado com vista a garantir a manutenção do sistema capitalista.

As décadas de 1940 e 1950, que institucionalizam a profissão, foram caracterizadas pela influência externa na América Latina, dado o contexto do pós-guerra, com o superdimensionamento da técnica para o desenvolvimento da sociedade.

Nos anos 40 e 50 o Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana. Marcado pelo tecnicismo, bebe na fonte da psicanálise, bem como da sociologia de base positivista e funcionalista/sistêmica. Sua ênfase está na ideia de ajustamento e de ajuda psico-social. Neste período há o início das práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade, além do desenvolvimento das peculiares abordagens individuais e grupais. Com supervalorização da técnica, considerada autônoma e como um fim em si mesmo, e com base na defesa da neutralidade científica, a profissão se desenvolve através do “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade” (CFESS, 2011, s/p).

Nas décadas de 1960 e 1970, o Serviço Social começa a criar estratégias no interior da categoria para romper com conservadorismo vigente na profissão. Conforme Martinelli (1997), esse referencial de cunho tradicional conservador da profissão passa a ser questionado pela categoria. O debate era polarizado por duas correntes. A primeira conservadora embasada no modelo norte-americano psicanalista tecnicista (Caso, Grupo e Comunidade). A segunda propunha mudanças, questionando sutilmente as estruturas sociais, tendo sua base ligada ao setor progressista da Igreja Católica. Ambas as correntes mantinham o traço conservador do Serviço Social e disputavam a direção do exercício profissional e do processo formativo.

Conforme destaca Netto (2006, p.1),

Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político.

Na década de 1970 importantes acontecimentos marcam a mudança de sustentação teórica do Serviço Social no Brasil. O “congresso da virada” ocorrido em 1979 tem na formação profissional uma das suas prioridades, seja na sua dimensão acadêmica, com o crescimento e investimento nas pesquisas e na pós-graduação, seja nas suas dimensões político-organizativas, por meio do debate profícuo e ações

de suas entidades organizativas, conforme argumentado por Santos (2011, p.7). Busca-se a renovação da profissão, num processo marcado pela rejeição ao tradicionalismo. Netto (2004, p. 131) define Renovação como,

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

A Renovação entendida como um processo interno brasileiro que externou tendências e possibilidades para a profissão no momento pré-1964, quando a democracia do país foi interrompida através do golpe que instituiu a Ditadura Militar brasileira. Três diferentes direcionamentos destacam-se a partir do movimento de renovação para o exercício profissional do assistente social, com visões de mundo e fundamentação teóricas distintas. Estes são caracterizados por Netto (2004) como: a Perspectiva Modernizadora, a Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura.

Não é objetivo destacar as três vertentes do Serviço Social a partir do movimento de Renovação, contudo é importante evidenciar que a perspectiva Intenção de Ruptura estreita, neste momento histórico, os laços do Serviço Social com o marxismo, embora não se reduzindo a ele (BARROCO, 2004). Essa aproximação com o pensamento crítico de Marx irá ensejar um amadurecimento teórico-metodológico quanto à compreensão crítica da ética, dos projetos societários e do posicionamento que a profissão deve ter à ordem vigente. Com a Ditadura Militar esta vertente perde espaço e as vertentes, Perspectiva Modernizadora e Reatualização do Conservadorismo ganham campo na profissão, mas não questionam a realidade, todo esse movimento da ditadura se dá para impedir o avanço das ideias socialistas na América Latina.

O amadurecimento crítico e as reflexões no Serviço Social começam a consolidarem a partir da década de 1980, num contexto da efervescência dos movimentos sociais que as vanguardas profissionais engrossaram a contestação política junto aos trabalhadores, como assinalamos acima em que o ponto alto foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979. No “congresso da Virada” uma das prioridades era a formação profissional, seja na sua dimensão acadêmica,

com o crescimento e investimento nas pesquisas e na pós-graduação, seja nas suas dimensões político-organizativa, desencadeando nas entidades organizativas debates profícuos e ações, para imprimirem a formação profissional qualidade e comprometimento com a realidade social.

A ruptura ensejada pelas discussões e pelos debates no congresso na direção com a ruptura com conservadorismo não ocorreu de maneira mecânica e automática, os traços do conservadorismo se encontram presentes até os dias atuais. Afirma Iamamoto (1998), o movimento de reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. Afirma Netto (2006) o congresso da virada foi o ponto de partida, que possibilitou à categoria profissional ampliar o debate questionador das bases profissionais e construir coletivamente um novo projeto do serviço social.

Para Moreira e Caputi (2016, p. 99)

A formação profissional, construída e gestada pela categoria no Brasil, teve como força motriz, o processo de renovação do Serviço Social, o qual teve como marco o Movimento de Reconceituação da profissão em nível latino-americano. Este movimento possibilitou que a profissão caminhasse para a superação do monopólio conservador no âmbito profissional e construísse bases de legitimação, vinculadas perspectiva de intenção de ruptura. Este processo se inicia em meados da década de 1960, quando a profissão adentra num movimento de questionar sua intervenção na realidade e sua contribuição na superação do subdesenvolvimento.

De acordo com as autoras, é neste período que começa o processo de recusa e crítica ao conservadorismo na profissão que se idealiza o denominado Projeto ético político (PEP), cuja perspectiva está alinhada a um ideal de novo projeto societário a ser construído pela sociedade. Cabe destacar que historicamente quando se pensa na concepção de um projeto societário que reflita os interesses da classe trabalhadora, este será pressionado a sucumbir à ordem vigente. Portanto, as correlações de forças, bem como as contradições existentes nos vários projetos societários e que, muitas vezes, as demandas da classe trabalhadora tendem a ser silenciadas, se faz *mister* o fortalecimento de projetos coletivos que se coloquem na contramão do sistema do capital. Nesta direção, o PEP enquanto projeto profissional do Serviço Social, que se vincula à luta para construção de uma sociedade anticapitalista, é imprescindível. (MOREIRA; CAPUTI, 2016, p. 101)

Para Braz (2008), a materialidade do Projeto ético político do Serviço Social se viabiliza em três elementos constitutivos e essenciais, o primeiro diz respeito a dimensão da produção científica da categoria, corresponde a toda produção e conhecimento e sistematização das ações profissionais na academia e nos outros espaços sócio-ocupacionais; o segundo elemento, refere-se a dimensão político-organizativa, trata da militância e de todos os espaços deliberativos e de representações na categoria, seja no conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), na ABEPSS ou na Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO); o terceiro elemento é a dimensão jurídico-política, compreende o conjunto de leis, resoluções, documentos e textos políticos que balizam a atuação profissional como, por exemplo: Código de Ética Profissional (1993), Lei de Regulamentação da profissão nº 8.662/1993, Diretrizes Curriculares de 1996, Constituição Federal de 1988, Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS, dentre outros.

Em 1980 o Brasil vivenciou uma crise econômica e o processo de democratização, neste período houve a aprovação da Constituição Cidadã em 1988, a abertura política no país com a atuação dos movimentos sociais e organização dos setores da classe trabalhadora na luta por direitos sociais para o Serviço Social possibilitou dois momentos importantes, o primeiro foi o fortalecimento e organização dos assistentes sociais como categoria, e o segundo o confronto ideológico e disputa de projetos societários no âmbito da profissão, permitindo a construção de novos rumos profissionais de cunho crítico e emancipatório (BARROCO, 2004).

No campo econômico, conforme analisa Behring (2008), o Brasil adentra os anos de 1980 com um aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina, num período caracterizado pelo endividamento externo.

O estudo de Kucinski & Branford (1987) é particularmente instrutivo pela riqueza de dados sobre o processo de endividamento externo da América Latina e do Brasil. Mas seu maior mérito é o ângulo de análise, já que situa a chamada “crise da dívida” do início dos anos de 1980, e seus impactos para a configuração da “década perdida”, no contexto da longa estagnação [...] (BEHRING, 2008, p.131).

Na análise de Behring (2008), orientada nos escritos de Kucinski & Branford, localiza-se no processo do endividamento as principais decorrências da reorientação

da política econômica norte-americana em busca de hegemonia do dólar, e o início das pressões cujos resultados derruíram a possibilidade de ruptura com a heteronomia contida no desenvolvimentismo fundada na substituição de importações. Todos os autores, inclusive aqueles que assinaram o projeto contra-reformista, mesmo dentro de um raciocínio diferente de seus críticos, sinalizaram a crise da dívida como um processo decisivo para entender os impasses da “década perdida” na América Latina e no Brasil, por isso destacamos esse processo, mesmo que de forma superficial, para entendermos a nova fase pós 1980 que foi muito significativa para os direitos sociais no país.

A autora afirma que os governos democráticos não foram capazes de romper com a submissão, estabelecendo acordos que expressavam a mais absoluta capitulação, e riscos para a soberania e cita algumas exceções: no Brasil destaca o plano brasileiro da equipe econômica heterodoxa coordenada por Dilson Funaro, no governo Sarney (1985-1990) que buscou maior autonomia, embora tenha enfrentado intimidação americana, que visava quebrar o plano cruzado, visto como populismo econômico pelo FMI e agências multilaterais. Após a crise da dívida, diante da possibilidade de colapso financeiro internacional inicia-se um período em que o discurso exaltava a necessidade dos ajustes e dos planos de estabilização, em verdade de ajuste global, reordenando as relações entre o centro e a periferia do mundo do capital. Neste período é reforçada uma espécie de instabilidade crônica em países como o Brasil, é a “mania de curto prazo” dos formuladores de políticas e tomadores de decisões, um conjunturalismo das políticas econômicas brasileiras.

Portanto, do ponto de vista econômico, temos na entrada dos anos de 1990, um país derruído pela inflação, com uma “dura pedagogia da inflação” a qual se refere Oliveira (1998: 173) e que será um dos ingredientes para a possibilidade histórica da hegemonia neoliberal, seguida pelo baixo investimento privado e público e com uma situação social de grave instabilidade. Para Velasco e Cruz (1997, p. 118-119) os principais elementos político-econômicos da crise são:

transferência pesadas de recursos reais ao exterior para o serviço de dívida/reações defensivas generalizadas de grupos sociais empenhados em preservar suas participações respectivas na renda nacional; 2) relaxamento dos mecanismos autoritários de controle político/ ampliação da capacidade organizativa e do poder de barganha de setores populares/ dificuldades crescentes de imposição autocrática de respostas prontas ao problema de como distribuir as perdas que pesam sobre o conjunto da sociedade; 3)

intensificação de pressões cruzadas sobre o orçamento do governo, tanto pelo lado da receita quanto pelo gasto público/ crise fiscal/ recurso sistemático a emissões inflacionárias como meio para financiar despesas correntes e administrar conflitos; 4) impacto desigual da inflação sobre a renda dos diferentes grupos/ exacerbação do conflito distributivo/ pressões redobradas sobre o Estado etc.

As conclusões a que chegaram os autores do estudo sobre a política industrial nos anos de 1980, revelam a disputa entre várias forças sociais e seus desdobramentos efetivos que explicam a mudança da agenda político-econômica do final da década no Governo Sarney, após o fracasso do Plano Cruzado. Este estudo é importante para entender a partir de 1989 a coalizão comprometida com os avanços democráticos preconizados na Constituição de 1988, e como a agenda político-econômica passa a assumir o perfil desejado pelas agências multilaterais: reformas liberais orientadas pelo mercado.

Tal contexto reverbera sobre as políticas sociais, dentre elas a política de educação. Behring (2008) traz uma análise do contexto histórico da década de 1980 no Brasil e aponta um aspecto que merece destaque: a retomada do Estado democrático de direito. O Estado democrático de direito sob a força normativa da Constituição Federal, promulgada em 1988, proclamou-se fundamentado em direitos sociais e democráticos destinados para todos os cidadãos. Da promulgação do Estado Democrático emergiu um momento de transição e de superação dos anos de ditadura e de regime militar.

Um outro aspecto de destaque nos anos de 1980 foi a redefinição das regras políticas do jogo, no sentido da retomada do Estado democrático de direito. Esta foi a tarefa designada para um Congresso Constituinte, e não uma Assembleia Nacional livre e soberana, como era a reivindicação do movimento dos trabalhadores e sociais. Ainda assim, a Constituinte tornou-se uma grande arena de disputas e de esperança de mudanças para os trabalhadores brasileiros, após a sequência de frustrações -, Colégio eleitoral, morte de Tancredo Neves e falência do Cruzado. Este movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo da história recente do país, que ultrapassou o controle das elites (BEHRING, 2008, p. 142).

O Brasil chega ao ano de 1989 na primeira disputa presidencial direta pós ditadura militar, o que foi um divisor de águas e de renovação de esperanças, num ambiente marcado por consensos, nem sempre positivo, uma crise que chegava ao limite do suportável e que exigia a mudanças de regras e o entendimento de que esta mudança estava no âmago do Estado. Esse período também foi marcado pela

disputa entre Lula e Collor, os quais tinham projetos radicalmente diferentes, chegaram ao segundo turno do pleito, expressando as tensões entre as classes sociais e os segmentos de classe ao longo dos anos de 1980. Alinhado com os setores insatisfeitos com a Carta Constitucional Fernando Collor de Melo, assume a presidência da República, configurando um rumo ao ajuste ortodoxo.

Dessa forma, para além da crise econômica que se arrastava, configurou-se uma crise política, delineada pelo avanço do movimento sindical e popular, colocando-se como alternativa de poder combinando-se explosivamente à fragmentação de burguesia brasileira (BEHRING, 2008, p. 144).

Um período sumamente importante para o país, de possibilidades de aprofundamento da democracia política e econômica, mas também permeado de tendências regressivas e conservadoras, ainda fortemente arraigadas na sociedade brasileira, mesmo após um período intenso de acúmulo de forças da classe trabalhadora e dos movimentos populares.

Além dessa breve caracterização em linhas gerais dos anos de 1980, cabe sinalizar alguns aspectos internos do Estado brasileiro, fruto de uma arquitetura herdada da ditadura, no período pós-64 houve uma forte expansão do Estado, um processo marcado pelo aumento da sua capacidade de tributação direta e indireta, e pelo crescimento das suas atividades empresariais. Toda essa expansão foi pragmática e circunstancial, numa combinação com a iniciativa privada e em nome do crescimento econômico.

Ocorreu no pós-64 uma forte intervenção do Estado em ramos diversificados da economia, nas quais havia incapacidade ou desinteresse do setor privado, no mesmo passo em que o Estado se colocava como *partner* do capital nacional – dada sua fragilidade- e facilitava a penetração do capital estrangeiro no nível de produção. Houve, quando da intervenção do Estado como produtor, estatização, sem ideologia estatizante e sem legitimidade política, o que, é possível inferir, poderia explicar em parte a apatia atual em relação à maioria dos processos de privatização. Ou seja, este é um antecedente importante para compreender o ambiente intelectual e moral para a viabilização da contrarreforma do Estado nos anos de 1990. (BEHRING, 2008, p. 146)

Portanto, fica explícito que a orientação neoliberal encontrou terreno fértil, embora sua introdução mais intensa tenha sido retardada, consolidada como doutrina nos anos de 1990, o ambiente político, econômico e cultura foram

reforçados pelo que se conheceu como Consenso de Washington.¹⁶Nesse sentido, o desfecho do pleito eleitoral de 1989, etapa esperada de democratização, e de mais um momento de embate entre projetos societários antagônicos que foram se esboçando ao longo dos anos de 1980 representou o consentimento para mundialização da ofensiva neoliberal no Brasil.

O Governo Collor favoreceu explicitamente as “reformas” orientadas para o mercado, o que implicou um forte enxugamento do Estado como saída para a crise econômica e social brasileira (TEIXIERA, 1994). A política econômica do governo Collor pautou-se por um amoldamento destrutivo ao reordenamento mundial. Numa análise das estratégias do seu governo é possível afirmar que não houve nenhuma ação em relação ao endividamento, e sem o qual era impensável uma perspectiva de investimento e crescimento da economia brasileira. Com relação às articulações políticas e os interesses de relacionar-se com os segmentos da sociedade civil, o Governo Collor assumiu um distanciamento, o que provocou solidão política, resultado da aversão do governo à negociação com os setores da sociedade. Tal atitude gerou um ambiente de desconfiança na política e na democracia, vale destacar sua relação agressiva com o movimento sindical, em especial o funcionalismo público.

¹⁶O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada em 1989, que visava a propalar a conduta econômica neoliberal com a intenção de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. Sua elaboração ficou a cargo do economista norte-americano John Williamson. As ideias defendidas por Williamson ficaram conhecidas por terem se tornado a base do neoliberalismo nos países subdesenvolvidos, uma vez que depois do Consenso de Washington, os EUA e, posteriormente, o FMI adotaram as medidas recomendadas como obrigatórias para fornecer ajuda aos países em crises e negociar as dívidas externas.

As recomendações do **Consenso de Washington** eram:

- a) **Reforma fiscal:** promover profundas alterações no sistema tributário (arrecadação de impostos), no sentido de diminuir os tributos para as grandes empresas para que elas aumentassem seus lucros e o seu grau de competitividade;
- b) **Abertura comercial:** proporcionar o aumento das importações e das exportações através da redução das tarifas alfandegárias;
- c) **Política de Privatizações:** reduzir ao máximo a participação do Estado na economia, no sentido de transferir a todo custo as empresas estatais para a iniciativa privada;
- d) **Redução fiscal do Estado:** reduzir os gastos do Estado através do corte em massa de funcionários, terceirizando o maior número possível de serviços, e diminuição das leis trabalhistas e do valor real dos salários, a fim de cortar gastos por parte do governo e garantir arrecadação suficiente para o pagamento da dívida pública.

Caso os países se recusassem a cumprir essas normas, encontrariam dificuldade de receberem investimentos externos e ajuda internacional por partes dos EUA e do FMI. Tais medidas foram amplamente criticadas por grupos de esquerda, que defendem que a retirada do Estado da economia e a abertura exagerada da economia para o capital internacional proporcionam a precarização do trabalho e a diminuição da qualidade de vida da população. (fonte: Rodolfo F. Alves Pena em **Geografia Econômica**)

Após seu afastamento, assume o poder o vice-presidente Itamar Franco, que dá seguimento às medidas já adotadas. A partir de 1994 entra em cena o Plano Real capitaneado pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e favorece a recomposição burguesa no Brasil, isto porque o plano contribuiu para articular as forças do capital no Brasil.

O Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) entra em cena com a proposta de estabilidade econômica e com a democratização das políticas sociais. Contudo o ajuste neoliberal para a política social continua enorme, não só porque o aumento do desemprego leva ao empobrecimento e ao aumento generalizado da demanda por serviços sociais públicos, mas porque há cortes de gastos, e conseqüentemente flexibilização dos direitos. Sem contar que o plano Real diminuiu a inflação, mas a dívida não parou de crescer em ritmo acelerado em função das altas taxas de juros mantidas como forma de atrair o capital financeiro.

[...] pontuando alguns indicadores da tragédia social brasileira aprofundada no âmbito da implementação do Plano Real conduzida pela coalização das elites em torno de Cardoso. É importante visualizar a herança dos anos 1990 para as gerações futuras. Desde 1994, mas, sobretudo, do final de 1998 até os dias de hoje, houve uma tentativa incansável do governo federal, com amplo espaço na mídia, de demonstrar que o ajuste fiscal em curso não iria atingir os mais pobres, e de que houve uma forte preocupação com a área social embutida nos termos do acordo com o FMI de 1999, a partir da inserção recente de salvaguardas sociais. (BEHRING, 2008. p. 163)

No final da década de 1990 o Brasil foi marcado por um agravamento das condições sociais, aumento no índice de violência urbana, desagregação familiar, instabilidade e precariedade de renda. O que se pode constatar que a macroeconomia do Plano Real trouxe implicações para o Estado e as classes. Porém, para a burguesia favoreceu um deslocamento patrimonial dos capitais e uma inserção mais forte do capital estrangeiro, bem como uma rearticulação política liderada pelo governo. Para os pobres, os trabalhadores ocorrem um recrudescimento das condições de vida e de trabalho, com ataque aos direitos sociais.

Todo este cenário é um passaporte para a contrarreforma do Estado brasileiro a partir de 1990, tendo por base um plano diretor¹⁷ que anuncia a

¹⁷Maiores informações sobre o Plano Diretor da Reforma do Estado consultar: O Plano Diretor da Reforma do Estado foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado e, depois de ampla discussão, aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em sua reunião de 21 de

diminuição do Estado frente às políticas sociais. Segundo Bresser-Pereira (1996), a “reforma” do Estado englobaria quatro problemas que, mesmo interdependentes, podem ser distinguidos: o primeiro problema seria o econômico-político, e nele caberia a delimitação do tamanho do Estado; o outro problema econômico-político foi a redefinição do papel regulador do Estado; o terceiro problema seria o econômico-administrativo, que daria conta de recuperar a governança ou a capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; o quarto e último, diz respeito ao problema político aumento da governabilidade ou da capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar.

O argumento usado pelo autor é que ao Estado cabe um papel de coordenador suplementar, se a crise se localiza na insolvência fiscal do Estado, no excesso de regulação e na rigidez e ineficiência do serviço público, o caminho é reformar para garantir a governabilidade e a governança.

Nesta perspectiva teremos um Estado com taxas de poupança e investimentos adequados, eficiente alocação de recursos e distribuição de renda mais justa, e o lugar da política social é deslocado, onde os serviços de saúde e educação entre outros, serão contratados e executados por organizações públicas não-estatais competitivas. Toda essa perspectiva sinaliza os rumos tomados pelo Estado no nosso país a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado brasileiro, importante também ressaltar que o plano é justificado na ideia de que o Estado se distanciou de suas funções precípuas para atuar na esfera produtiva, dessa forma, se na crise dos anos de 1920-30 estava fundamentada no mau funcionamento do mercado, na crise dos anos de 1980 estaria fundada no Estado. Portanto, a “reforma” do Estado seria uma cobrança de cidadania e um tema de alcance nos anos de 1990.

No sentido, mais amplo, propõe-se uma redefinição do papel do Estado. Parte-se do pressuposto de que se ele continua sendo um relocador de recursos, que garante a ordem interna e a segurança externa, tem os objetivos sociais de maior justiça e equidade, e os objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Contudo, para assumir os dois últimos papéis, cresceu de forma distorcida. Hoje, então, a “reforma” passaria por transferir para o setor privado atividades que podem ser controladas pelo mercado, a exemplo das

empresas estatais. Outra forma é a descentralização para o “setor público não-estatal”, de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem, para os autores, ser subsidiados por ele, como: educação, saúde, cultura e pesquisa científica. (BEHRING 2008, p. 178)

A partir deste contexto acima exposto, e conforme as observações de Behring têm-se uma redefinição do papel do Estado em que as propostas o colocam com um papel reduzido em relação aos direitos sociais, contrariando o que preconiza a Constituição Federal. Neste âmbito, reforça-se a ideia de que a Constituição de 1988 engessou o aparelho do Estado por meio de algumas medidas. Até porque uma prioridade crescente no país para as privatizações de muitos setores antes público-estatais, uma maior parceria com a sociedade civil, reforça-se a ideia de que há uma administração pública rígida e ineficiente, daí a importância da transição para uma administração pública regencial, flexível e eficiente.

Em relação aos serviços exclusivos do Estado, a proposta é transformar as autarquias em agências autônomas, com administração de contrato de gestão. O conceito constitucional de seguridade é ignorado e tornado irrelevante pelo Plano, que vê as políticas públicas de Previdência, Saúde e Assistência Social de forma desarticulada, um ponto que assinala o quanto o Plano é anticonstitucional. Portanto, podemos destacar alguns traços particulares e representativos da contrarreforma do Estado, que se concretiza pela perda de soberania, com o aprofundamento da submissão do país e sua vulnerabilidade externa, reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar

Dadas essas análises e a compreensão de que no Serviço Social consolida-se um projeto profissional colidente, cabe perguntar: de que forma essas questões impactam a formação?

2.2- Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social

O documento de que trata sobre as diretrizes gerais para o curso de Serviço Social traz como pressuposto o marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 no que concerne ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca fundamentalmente a historicidade do Serviço Social,

entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Observa-se a necessidade de compreender a profissão na dinâmica social.

Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. Por esta razão, é necessário contextualizar o significado social da profissão nos anos 90, salientando as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão hoje: as demandas e as respostas às quais é instigada a construir. Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais. (DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.)

Ao contextualizar sobre as diretrizes curriculares do Serviço Social aprovada no ano de 1996, é importante apontar que as diretrizes curriculares - propostas inicialmente pela ABEPSS em 1996 e revista em 1999 -, têm no currículo mínimo aprovado pelo MEC em 1982 seu antecedente mais importante. Este currículo mínimo aprovado em 1982 tem como matriz do ensino do Serviço Social as disciplinas voltadas para a História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social e do estágio supervisionado, representando um desafio teórico e de pesquisa na direção de dar sustentação a estes conteúdos. Nesse período ocorre a introdução da política social no universo da formação acadêmica, ao vincular o exercício profissional às políticas sociais públicas na perspectiva de garantia de direitos. Neste contexto torna-se imprescindível decifrar o significado da profissão nas relações entre o Estado e a sociedade.

A década de 1980 é um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil inspirado na teoria social crítica, que norteia um projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro expresso na renovação da legislação profissional (1993), na normatização ética (1993) e nas diretrizes curriculares nacionais (Abess, 1996; MEC-Sesu, Ceess, 1999). Este patrimônio sociopolítico e profissional vem atribuindo uma face peculiar ao Serviço Social brasileiro na América Latina e Caribe, bem como no circuito mundial do Serviço Social. Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista - no diálogo com outras matrizes analíticas - e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais (IAMAMOTO, 2014, p. 615)

As diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social passaram por um amplo e sistemático debate realizado por docentes, Unidades de ensino e entidades representativas da categoria. O resultado desse amplo debate foi a Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), ocorrida em Londrina - PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82).

A revisão curricular parte da compreensão de que há uma necessidade de avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade. Nesta direção, ABESS, hoje, ABEPSS (Associação de Pesquisa e Ensino em Serviço Social), promoveu e coordenou com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), órgão acadêmico que articula a Pós-Graduação em Serviço Social, um intenso trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social no país. Este processo de mobilização contou com o apoio decisivo da Entidade Nacional representativa dos profissionais de Serviço Social, através do CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, bem como, dos estudantes, através da ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

Entre os anos de 1994 e 1996 ocorreram aproximadamente 200 oficinas locais, nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, e 25 regionais e duas nacionais, de acordo com o documento Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social de 1996. As oficinas tinham como proposta realizar um diagnóstico e uma avaliação dos impasses e tensões que obstaculizam a formação profissional numa perspectiva contemporânea e de qualidade, e com base neste diagnóstico foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, dezembro de 1995, a Proposta Básica para o Projeto de **Formação Profissional**, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular.

A continuidade deste trabalho coletivo, em 1996, através da realização das oficinas, com a assessoria de um grupo de consultores conduziu a elaboração de um segundo documento intitulado "**Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate**". Finalizando o processo de revisão curricular as proposições do conjunto das Unidades de ensino foram sistematizadas

e resultou em seis documentos regionais que subsidiaram a Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social, elaborada pela Diretoria da ABESS, a representação da ENESSO e do CFESS, o Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica. Neste mesmo ano foi sancionada a LDB, tornando oportuno o processo de normatização e definição de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social no espírito da nova Lei.

Os pressupostos que nortearam a concepção de formação profissional presentes na revisão curricular partiram da perspectiva de que o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social; que a relação do Serviço Social com a questão social é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho; de que o agravamento da questão social decorrente do processo de reestruturação produtiva no Brasil, marcado pelo neoliberalismo, determina uma mudança no campo profissional do Serviço Social. E por último, pelo pressuposto de que o processo de trabalho do Serviço Social está inserido nas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas de seu enfrentamento por parte da ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.

O documento sobre as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996 expressam um conjunto de diretrizes que estabelecem uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu **Currículo Pleno**. Aquela base está pautada por um projeto de formação profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 1980 e 1990, sob a coordenação da ABESS. De acordo com o documento são princípios fundamentais para a formação profissional: flexibilização de organização dos currículos plenos; rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social; adoção de uma teoria social crítica para compreensão da totalidade social; superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular; estabelecimento das dimensões investigativas e interventivas como princípios formativos e da relação teoria e realidade; qualidade idêntica para cursos diurnos e noturnos, caráter interdisciplinar no projeto de formação profissional; exercício do pluralismo na vida acadêmica e profissional e luta pela direção social da formação profissional; Indissociabilidade nas dimensões de ensino,

pesquisa e extensão; Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular; Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Quanto aos princípios que definem as *diretrizes curriculares* da formação profissional, que implicam **capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa** para a: 1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, nov. 1996 pág. 7)

O documento da ABEPSS sobre as diretrizes traz a nova lógica curricular em que a formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem alicerçada na dinâmica da vida social, o que determina os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional. Ou seja, uma proposta que reafirma o trabalho como atividade do ser social, conseqüentemente as mudanças ocorridas nos padrões de acumulação e regulação social irão exigir um redimensionamento das formas de pensar e agir dos profissionais diante das demandas apresentadas no seu exercício profissional.

A proposta básica contida nas diretrizes para o projeto de formação profissional apresenta um novo desenho curricular, articulados aos seguintes núcleos constitutivos da formação profissional: Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social, Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. O núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional, objetivando uma compreensão do ser social, situado historicamente no processo de constituição e desenvolvimento da

sociedade burguesa. Neste núcleo o trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social que são particularizados nos dois outros núcleos, o de formação sócio-histórico da sociedade brasileira e do trabalho profissional.

Esta nova estrutura curricular deve refletir o atual momento histórico e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. (ABEPSS, 1996, p. 9)

As diretrizes propõe numa lógica curricular inovadora e busca superar a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, permitindo uma convivência acadêmica intensa entre professores, alunos e sociedade. Além de servirem, as diretrizes, como parâmetro para cada unidade de formação acadêmica elaborar o seu projeto pedagógico, representando, dessa forma, um desafio político e uma exigência ética, pois demanda a construção de um espaço acadêmico do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções. Portanto, as diretrizes curriculares do Serviço Social expressam a historicidade de uma profissão, possibilitam a flexibilidade e descentralização do ensino de Serviço Social com vistas à melhor qualificar o profissional ao exigir que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequada as relações sociais nas quais a profissão se inscreve.

As Diretrizes Curriculares expressam o fôlego e a ousadia ética e política que essa profissão possui oxigenada nas lutas dos trabalhadores. A defesa de uma proposta de formação profissional que tem o trabalho e a *questão social* como eixos principais e a afirmação de princípios como o rigoroso trato teórico-metodológico da profissão e da sociedade que o forma e conforma; a interdisciplinaridade; a indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão; o pluralismo e a transversalidade da ética e da pesquisa na formação, mediante “[...] a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social” (ABESS, CEDEPSS, 1996, p. 160), é expressão de uma profissão que acumulou legitimidades teóricas e práticas para resistir aos ditames do capitalismo contemporâneo e, nesse mesmo movimento, contribuir para a luta dos trabalhadores, adensando a sua qualificação ético-política. (GUAZZELLI; ADRIANO 2016, p. 244)

Para lamamoto (2014, p. 614)

A proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais. Os currículos mínimos são substituídos por diretrizes curriculares mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel

em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas. Diante de tais exigências, a Comissão de Especialistas convoca um grupo de assessores que havia participado do processo de elaboração das diretrizes para a revisão final do texto¹⁸. Recusando a adequação da formação às competências definidas pelo mercado, recorre-se às competências e atribuições previstas na Lei da Regulamentação da Profissão e em preceitos do Código de Ética do Assistente Social, documentos legitimados e constitutivos da materialização jurídica do projeto profissional. Tais alterações são submetidas à apreciação de representantes das entidades nacionais - CFESS, Abess e Enesso - e, posteriormente, apresentadas e aprovadas na assembléia ordinária da Abepss¹⁹.

De acordo com Iamamoto (2014) o texto legal das diretrizes curriculares, homologadas em 04/07/2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (Mec-Sesu, 1999), é descaracterizado no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social. Por exemplo, o perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, sendo substituído por “utilização dos recursos da informática”. Outro componente suprimido do texto legal diz respeito à definição das competências, o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país (MEC-Sesu/Coness, 1999). Os tópicos de estudos foram totalmente excluídos do texto oficial em todas as especialidades, (Iamamoto 2014, p. 617)

O que se pode perceber claramente é que a contrarreforma do ensino superior ataca frontalmente as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, uma vez que ocorre uma mudança no currículo mínimo, trazendo alterações nos três núcleos de fundamentação que compõem a organização curricular, no núcleo de

¹⁸ Agregam-se à Comissão de Especialistas de Ensino para revisão das diretrizes curriculares, em reunião realizada na PUC-SP, os seguintes assessores: Marina Abreu, José Paulo Netto, Maria Rosângela Batistoni e Marieta Koike.

¹⁹ A apresentação, na assembleia da Abepss, das Diretrizes Curriculares, encaminhadas ao CNE, foi efetuada por Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marilda Villela Iamamoto e Mariângela Belfiore Wanderley, então componentes da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Isto ocorre quando a profa. dra. Ivanete Boschetti assume a direção da entidade. Assim não existiram distintas propostas de diretrizes, a da Abepss e a da Comissão de Especialistas, mas uma única proposta submetida a um processo de aperfeiçoamento do texto original de currículo mínimo para viabilizar seu encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação — CNE, submetida à apreciação e aprovação pela assembleia da entidade, sua maior instância deliberativa. Cf. MEC-Sesu, 1999.

fundamentos teórico-metodológico da vida social, no núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e no núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país, conforme preconizava o texto original das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Outro agravante é porque a partir destas mudanças o conteúdo de formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, e estas certamente são orientadas pelos ditames do mercado, mesmo que sejam preservados os referidos núcleos.

Contraditoriamente, a contrarreforma do ensino superior é contrária a construção coletiva de proposta de formação acadêmica no Serviço social ao favorecer, mesmo que indiretamente, às propostas mercadológicas da educação superior. Isso poquea proposta de formação profissional em Serviço Social é norteada pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade a partir da realidade da sociedade. Uma universidade com compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, contudo a contrarreforma preconiza uma universidade limitada e submetida aos interesses do capital.

Nesse sentido, a formação acadêmica- profissional em Serviço Social no país é perpassada por diversas mutações na atualidade em decorrência da expansão acelerada da oferta de vagas. Há uma prevalência de IES privadas em detrimento das universidades, o que fragiliza o ensino, pesquisa e extensão como base da formação, precarização das condições de trabalho docente expressa na substituição de contrato de trabalho. Além da prioridade no atual contexto, são os docentes com vínculos por tempo determinado, rebaixamento salarial, além da redução da autonomia docente na elaboração dos programas de disciplinas, em favor dos conteúdos preestabelecidos pelas empresas, maior incorporação de trabalhadores ativos economicamente no ensino superior, estimulados pela política de cotas, bolsas do ProUni, crédito escolar, etc.

Diante desse contexto, afirma-se que o projeto pedagógico crítico sintetizado nas diretrizes curriculares desde 1996 é uma das representações concreta do projeto ético-político profissional. Além disso, expressa conforme Netto (1999) “um corpo profissional fortemente organizado”, organização esta que nos direcione a pensar o processo de formação profissional de forma crítica e comprometida com a classe trabalhadora.

A luta do Serviço Social por direitos, trabalho e socialização da riqueza no Brasil e em todo mundo, em nossa perspectiva, não se restringe à ampliação dos direitos para reduzir a desigualdade. Isso é pouco, é insuficiente. Defendemos que a luta por direitos é uma luta contra a “economia política da iniquidade”. (OLIVEIRA, 2007:09). Não basta lutar cotidianamente em nossos espaços de trabalho para assegurar a prestação de serviços com qualidade aos usuários. Esse é um dever ético profissional fundamental, mas insuficiente, diante dos avassaladores efeitos da mundialização, da financeirização da economia mundial, e das persistentes formas de exploração do trabalho pelo capital (BOSCHETTI, 2009, p. 49).

Diante da afirmação de Boschetti, os desafios do Serviço Social devem necessariamente começar pela garantia de uma formação profissional de qualidade, representando dessa forma, o alicerce para os desafios do exercício profissional. Como garantir que os profissionais do Serviço Social estejam sintonizados com a luta por direitos, trabalho e socialização da riqueza, se durante seu processo de formação estão vinculados a uma formação aligeirada conforme os ditames do capital? Nessa direção, intensificar e fortalecer o processo de formação profissional nas IES, apoiar movimentos sociais, participar e promover debates, reflexões possibilitam a construção de uma formação e consequente atuação consistentes, visto que se entende que tais canais possibilitam ultrapassar os desafios presentes no cotidiano profissional, expressos nas mais variadas manifestações da questão social, entendida aqui como “[...] espaço em que a desigualdade se expressa com evidência flagrante e do qual se irradiam as problemáticas centrais de que se ocupa o Serviço Social, apresenta-se exponencial na entrada do século XXI”. (NETTO, 2007, p. 136).

Enfrentar esses desafios depreende-se, é parte do que se propõe a formação acadêmico-profissional. Assim sendo, como a oferta de cursos de Serviço Social na modalidade EaDem Sergipe se apresenta? No Quadro 2 a seguir, observa-se uma síntese das propostas pedagógicas, extraídas dos sites das instituições.

2.3- Síntese das propostas pedagógicas, extraídas dos sites das instituições.

Quadros 2 – Dados do Curso de Serviço Social das IES pesquisadas a partir da Estrutura Curricular

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE O CURSO	ESTRUTURA CURRICULAR
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - UNESA	A Estrutura Curricular destaca-se pela

<p>OBJETIVOS: Formar profissionais competentes e qualificados para o debate em torno das expressões da questão social contemporânea, por meio da transmissão, análise e questionamento acerca do conjunto de conhecimentos e ferramentas que favoreçam o desenvolvimento de competências intelectuais, organizacionais, comunicativas, sociais, comportamentais e políticas, visando assegurar, através de uma prática investigativa, a compreensão e orientação da sua intervenção na realidade social.</p> <p>PERFIL DO FORMADO: o perfil do egresso é definido como o profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais no mercado de trabalho.</p> <p>CAMPOS DE ATUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: São muitas as possibilidades de atuação do profissional de serviço social, incluindo a área de pesquisa em instituições de ensino superior. Existem vagas em hospitais, unidades básicas de saúde, centro de especialidades, centro de referência de assistência social, órgãos públicos, escolas, ONGs e entidades assistenciais.</p> <p>DURAÇÃO – 8 semestres CARGA HORÁRIA – 3.000 horas</p>	<p>constituição de disciplinas vinculadas aos seguintes núcleos:</p> <p>As disciplinas do Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológico da Vida Social Fundamentos das Ciências Sociais; Introdução a Questão Social; Introdução ao Serviço Social; Acumulação Capitalista e Questão Social; Economia Política Filosofia e Ética; Antropologia Cultural; Filosofia da ciência; Psicologia Social I e II.</p> <p>As disciplinas do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Formação sócio-econômica e política da sociedade brasileira; Política Social; Legislação Social; Fundamentos Históricos, Teórico Metodológico do Serviço Social I; Fundamentos Históricos Teórico Metodológico do Serviço Social II; Legislação Social II; Pesquisa em Serv. Social I; Pesquisa em Serviço Social II; Pesquisa em Serviço Social III; Processo de Trabalho em Serviço Social I; Processo de Trabalho em Serviço Social II; Fund. Histórico, Teórico Metodológico do Serviço Social III; Administração e Planejamento em Serviço Social; Ética profissional; Tópicos Especiais em Serviço Social.</p> <p>As disciplinas do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: Orientações para a Prática Profissional; Estágio Supervisionado do Serviço Social I; Estágio Supervisionado do Serv. Social II; Estágio Supervisionado do Serviço Social III; Seminário em Serviço Social; Seminários Integrados em Serviço Social; Trabalho de Conclusão de Curso. Outras disciplinas: Produção Textual II; Eletiva; Estatística Básica; Eletiva; Língua Portuguesa; Planejamento de carreira e sucesso profissional; Metodologia científica ESTÁGIO: 747 HORAS</p>
<p>UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ – UNOPAR OBJETIVOS: Viabilizar capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; e uma análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país, compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ações contidas na realidade.</p>	<p>A Estrutura Curricular destaca-se pela constituição de disciplinas vinculadas aos seguintes núcleos:</p> <p>Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológico da Vida Social: Homem, Cultura e Sociedade; Responsabilidade Social e Ambiental; Psicologia e Políticas Públicas; Metodologia Científica; Ética, Política e Cidadania; Sociologia; Filosofia; Psicologia Social; Sociologia Crítica; Antropologia; Economia Política; Acumulação Capitalista e Desigualdade Social; Fundamentos das Políticas Sociais e Políticas Sociais; Políticas Públicas; Democracia, Ética e Cidadania; Gestão Social e Análise de Políticas Sociais;</p>

<p>PERFIL DO FORMADO: Ao término da graduação em Serviço social, o aluno estará apto: a Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos sociais; Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; Intervir por meio da autonomia, do uso adequado de estratégias, instrumentos e técnicas na relação direta com a população usuária dos serviços sociais; Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de serviço social, demonstrar consciência e respeito à diversidade; e Atuar com ética e compromisso na sociedade</p> <p>CAMPOS DE ATUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: Poderá atuar em Instituições Públicas, Privadas, ONGs e Movimentos Sociais.</p> <p>DURAÇÃO – 8 semestres CARGA HORÁRIA – 3.020 horas</p>	<p>Ciência Política; Terceiro Setor, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Movimentos Sociais; Direito e Legislação.</p> <p>Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Formação Social, Histórica e Política do Brasil; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II; Ética Profissional em Serviço Social; Administração e Planejamento em Serviço Social; Políticas Setoriais e Políticas Setoriais Contemporâneas; Serviço Social na Área da Saúde, Previdência Social e Assistência Social; Instrumentalidade em Serviço Social; Estatística e Indicadores Sociais; Serviço Social na Educação; Serviço Social e Processo de Trabalho.</p> <p>Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: Seminário Interdisciplinar I; Seminário Interdisciplinar II; Seminário Interdisciplinar III; Seminário Interdisciplinar IV; Seminário Interdisciplinar V; Seminário Interdisciplinar VI; Seminário Interdisciplinar VII; Seminário Interdisciplinar VIII; Estágio em Serviço Social I; Estágio em Serviço Social II; Trabalho de Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso II; Comunicação na Prática do Assistente Social; Pesquisa Social e Oficina de Formação; Estágio em Serviço Social III.</p> <p>Outras disciplinas: Interpretação de Texto; Comunicação Oral e Escrita; Lógica Matemática; Empregabilidade; Educação Ambiental; Língua Brasileira de Sinais; Educação a Distância.; Gramática.</p> <p>ESTÁGIO – 300 horas</p>
<p>UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP</p> <p>OBJETIVOS: Formar assistentes sociais competentes e compromissados com o planejamento, a implementação, a coordenação e a avaliação de políticas e projetos sociais junto a indivíduos, grupos, comunidades e instituições. Como profissional indispensável ao atendimento dos grandes desafios da atualidade brasileira, a formação do assistente social implica a compreensão crítica dos problemas sociais e suas relações com movimentos e demandas populares. Além dessa compreensão, ao assistente social cabe o domínio de um conjunto de teorias, métodos e procedimentos para ação nos processos sociais.</p> <p>PERFIL DO FORMANDO: O egresso do Curso de Graduação Bacharelado em Serviço Social proposto pela UNIP é dotado de formação intelectual e cultural generalista, crítica e</p>	<p>A Estrutura Curricular destaca-se pela constituição de disciplinas vinculadas aos seguintes núcleos:</p> <p>Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológico da Vida Social: Antropologia e Cultura Brasileira; Ciências Sociais; Direito Constitucional; Direitos Humanos; Introdução ao Pensamento Sociológico; Princípios Básicos de Administração; Educação e Habitação; Desenvolvimento Sustentável; Educação Ambiental; Filosofia, Comunicação e Ética; Psicologia do Desenvolvimento: Ciclo Vital; Princípios Gerais da Economia; História do Pensamento Filosófico; Homem e Sociedade; Teoria Política; Introdução à Educação a Distância; Administração e Planejamento Social; Políticas Sociais em Saúde, Projeto Social no Terceiro Setor; Projetos de Pesquisa em Contextos Específicos; Psicologia dos Grupos e Subjetividade; Relações Étnico-</p>

<p>competente, comprometido com o enfrentamento da questão social e suas diferentes manifestações, para atuar na formulação e execução de políticas e programas sociais nos três setores (governamental, não governamental e empresarial) das mais diversas áreas, a exemplo da saúde, assistência social, educação, habitação, justiça e trabalho, entre outros.</p> <p>CAMPOS DE ATUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: O Bacharel em Serviço Social está apto para trabalhar em órgãos públicos e empresas privadas (hospitais, centros de saúde, varas da infância e da juventude), sindicatos, entidades filantrópicas, organizações não governamentais, abrigos, creches, associação de moradores, empresas, além de trabalhar como docente em instituições de ensino superior. O Assistente Social tem sido solicitado para trabalhar em equipes multiprofissionais em diferentes contextos, na medida em que o olhar desse profissional aprofunda o conhecimento do social em outras áreas.</p> <p>DURAÇÃO – não específica CARGA HORÁRIA – 3.020 horas</p>	<p>Raciais no Brasil; Participação e Controle Social; Legislação Social e Previdenciária; Movimentos Sociais Contemporâneos.</p> <p>Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Ação Social junto à Criança, Adolescente e Terceira Idade; Atuação Junto ao Idoso; Consultoria em Trabalho Social; Ética Profissional; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social; Estudos Disciplinares; Perspectivas Profissionais em Serviço Social; Serviço Social e a Questão Social; Serviço Social e Realidade Regional; Serviço Social em Equipe Multidisciplinar; Serviço Social Integrado; Serviço Social Interdisciplinar; Serviço Social: Surgimento e Institucionalização no Brasil; Teoria Geral do Serviço Social; Tópicos de Atuação Profissional - Serviço Social; Monitoramento e Avaliação em Serviço Social.</p> <p>Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: Atividades Complementares; Elaboração de Projetos de Pesquisa; Estágio Curricular; Métodos de Pesquisa; Observação Orientada (Supervisão); Supervisão da Formação Profissional; Supervisão de Intervenção Profissional; Supervisão do Estágio Acadêmico; Trabalho de Conclusão de Curso; Trabalho de Pesquisa em Serviço Social.</p> <p>Outras disciplinas: Comunicação e Expressão; I Educação Inclusiva; Estatística; Interpretação e Produção de Textos; Língua Brasileira de Sinais (Libras); Marketing Pessoal; Metodologia do Trabalho Acadêmico.</p> <p>ESTÁGIO 450 HORAS</p>
<p>UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT</p> <p>OBJETIVOS: Formar profissional com fundamentação histórico-teórico-metodológica, com capacidade técnico-operativa, competentes e compromissados com o projeto ético político da profissão. Formar o profissional necessário ao desenvolvimento sociocultural e econômico da região, mediante o uso de tecnologias avançadas na educação superior; Desenvolver o profissional de Serviço Social para exercer um papel ativo na sociedade, buscando torná-la mais justa e igualitária; Promover o processo de elaboração, implementação e avaliação de políticas e programas sociais, conforme previsto em Lei, Preparar profissionais capazes de compreender criticamente a realidade social e de se instrumentalizar tecnicamente, para responder de forma propositiva às demandas da vida social e do mercado de trabalho.</p> <p>PERFIL DO FORMANDO: O egresso deverá ser: Dotado de formação intelectual e cultural</p>	<p>A Estrutura Curricular destaca-se pela constituição de disciplinas vinculadas aos seguintes núcleos:</p> <p>Núcleo de Fundamentos teórico-metodológico da Vida Social: Psicologia Geral; Desenvolvimento Capitalista e Questão Social; Ciência Política; Fundamentos Antropológicos e Sociológicos; Economia Política; Filosofia e Cidadania; Antropologia Cultural; Trabalho e Sociabilidade; Psicologia Social; Teorias Sociológicas; Sociedade e Contemporaneidade; Introdução ao Direito; Política Social I; Política Social II; Gestão Social; Direito e Legislação Social.</p> <p>Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Fundamentos Históricos-Teóricos- Metodológicos do Serviço Social I; Formação Sócio Histórica do Brasil;; Ética Profissional e Serviço Social; Introdução ao Serviço Social;</p>

<p>generalista crítica, com capacidade investigativa da realidade social; Um profissional formulador e implementador de propostas de enfrentamento das expressões das questões sociais, através da capacitação para a gestão dos serviços sociais, que permita atuar em assessoria gerencial, jurídica, nas esferas públicas e privadas; Ter capacidade de inserção criativa e propositiva nas políticas sociais públicas, empresariais, de organização da sociedade civil e no mercado de trabalho, com o objetivo de enfrentar as demandas cotidianas formulando uma análise crítica sobre a situação social do país; Ser comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética Profissional do Assistente Social, pela capacitação no exercício da vivência da cidadania e dos direitos sociais.</p> <p>CAMPOS DE ATUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: Atuar nas áreas de políticas públicas, saúde, educação, habitação, assistência social, seguridade social, esporte e lazer, sistema sócio-jurídico, meio ambiente, segurança pública, turismo, pesquisa, planejamento e assessoria, consultoria, capacitação, treinamento, gerenciamento de recursos e projetos sociais.</p> <p>DURAÇÃO: 8 semestres CARGA HORÁRIA: 3.240 horas</p>	<p>Administração e Planejamento Social e Serviço Social; Fundamentos Históricos-Teóricos-Metodológicos do Serviço Social II; Seminários Temáticos I; Oficina de Instrumentos e Tec. em Serviço Social I; Fundamentos Históricos-Teóricos-Metodológicos do Serviço Social III; Práticas Extensionistas I; Práticas Extensionistas II; Oficina de Instrumentos e Tec. em Serviço Social II; Movimentos Sociais e Serviço Social.</p> <p>Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: Prática Investigativa I; Práticas Investigativas II; Pesquisa em Serviço Social; Estágio Supervisionado I; Processo de Trabalho e Serviço Social; Estágio Supervisionado II; Pesquisa em Serviço Social II; Seminários Temáticos II; TCC 02;</p> <p>Outras disciplinas: Metodologia Científica; Estatística</p> <p>ESTÁGIO 400 HORAS</p>
<p>UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA</p> <p>OBJETIVOS Não disponibilizado no <i>site</i></p> <p>PERFIL DO FORMANDO: Espera-se que o acadêmico seja capaz de refletir criticamente sobre os elementos históricos, ideológicos, políticos e socioculturais que particularizam a formação acadêmica e o fazer do profissional assistente social.</p> <p>CAMPOS DE ATUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: O graduado estará apto a atuar em organizações não governamentais (ONGs), repartições públicas e instituições privadas, desenvolvendo programas e políticas inclusivas de assistência social.</p> <p>DURAÇÃO: 8 semestres CARGA HORÁRIA: 3.034 horas</p>	<p>A Estrutura Curricular destaca-se pela constituição de disciplinas vinculadas aos seguintes núcleos:</p> <p>Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológico da Vida Social: Filosofia Social; Constituição do Ser Social; Desenvolvimento Capitalista e Questão Social; Ciência, Inovação e Empreendedorismo; Desenvolvimento e Sustentabilidade; Sociedade e Contemporaneidade; Economia Política e poder; Sociologia clássica; Cultura Religiosa;</p> <p>Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Comunicação para o Planejamento Profissional; Introdução ao Serviço Social; Formação Sócio-histórica do Brasil; Fundamentos do Serviço Social; Legislação aplicada ao Serviço Social; Ética Profissional em Serviço Social; Competência Profissional em Serviço Social; Movimentos Sociais e Trabalho Profissional; Processo de Trabalho no Serviço Social; Políticas Públicas e Gestão em Saúde; Política de Assistência e Previdência Social; Serviço Social e Família; Serviço social Socio-jurídico; Gestão Social e Serviço Social; Questão Urbana e Serviço Social; Serviço</p>

	<p>Social Contemporâneo; Serviço Social e Gerontologia; Tópicos Especiais em Serviço Social; Processos interventivos no Serviço Social – Abordagem particular;</p> <p>Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: Processos Investigativos do Serviço Social; Processos Interventivos no Serviço Social; Abordagem Coletiva política social optativa I; Estágio em Serviço Social I; Estágio em Serviço Social II; Trabalho de Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso I; Atividades Complementares;</p> <p>Outras disciplinas: Epidemiologia e Bioestatística; Práticas Multidisciplinares de Educação em Saúde;</p> <p>ESTÁGIO 408 horas</p>
<p>UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL</p> <p>OBJETIVOS Em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social (MEC, 2001), a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade. Identificar as demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social. Utilizar os recursos tecnológicos a serviço da qualificação do trabalho profissional na área social.</p> <p>PERFIL DO FORMANDO: O formado no curso de Serviço Social da Unisul deve apresentar as seguintes competências: Compreender os fundamentos históricos, éticos, teóricos, metodológicos específicos para a formação do assistente social; Atuar nas relações sociais mediante à compreensão sócio histórica sobre o trabalho e a questão social; Gerenciar processos de planejamento, formulação e implementação de Políticas Públicas em saúde, educação, assistência, habitação, meio ambiente, segurança pública, defesa civil; Aplicar metodologias de intervenção no campo social que potencializem os indivíduos e grupos; Coordenar, assessorar, supervisionar e avaliar atividades em organizações sociais públicas e privadas; Produzir pesquisa social que subsidie a formulação de políticas e ações no campo social; Produzir academicamente e cientificamente.</p> <p>CAMPOS DE ATUAÇÃO E MERCADO DE</p>	<p>A Estrutura Curricular destaca-se pela constituição de disciplinas vinculadas aos seguintes núcleos:</p> <p>Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social com as seguintes disciplinas: Trabalho e Questão Social; Formação Acadêmico; Formação Sociocultural; Mobilização Social e Práticas Socioeducativas; Projetos Sociais;</p> <p>Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Serviço Social Contemporâneo; Serviço Social e Constituição Histórica; Fundamentos do Serviço Social; Ética e Serviço Social; Instrumental Técnico-operativo do Serviço Social; Assessoria e Consultoria em Serviço Social; Empreendedorismo e Tecnologias; Políticas Públicas; Política de Saúde e Previdência; Política de Assistência; Política da Criança e Adolescente, da Juventude e Pessoa Com Deficiência; Política da Pessoa Idosa e das Mulheres; Política de Habitação e de Educação; Metodologias de Abordagem com Famílias; Trabalho Social com Grupos Planejamento e Avaliação; Projetos de Pesquisa Social.</p> <p>Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: Estágio Supervisionado em Serviço Social; Estágio Supervisionado em Serviço Social: Estágio Supervisionado em Serviço Social: Projeto de Intervenção; Estágio Supervisionado em Serviço Social: Execução e Avaliação do Projeto; Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social; Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social:</p>

<p>TRABALHO: Poderá atuar na gestão, planejamento, formulação e avaliação de políticas públicas; coordenação, assessoramento, supervisão e avaliação de planos, programas, projetos e serviços; gestão de pessoas nas organizações; realização de diagnóstico socioambiental, planos de desenvolvimento local sustentáveis, entre outros</p> <p>DURAÇÃO: não específica CARGA HORÁRIA: 3.000 horas</p>	<p>Outras disciplinas: Revisão e Produção; Metodologias de Mediação; Gestão de Organizações Sociais; Responsabilidade Social e Sustentabilidade; Gestão Social; Gestão de Pessoas nas Organizações; Gestão Estratégica de Pessoas; Gestão do Desenvolvimento Humano e Organizacional; Diagnóstico;</p> <p>ESTÁGIO 480 horas</p>
<p>UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP</p> <p>OBJETIVOS: Formar um profissional apto a atuar na concepção, elaboração, gestão, planejamento e avaliação de políticas sociais, das instituições públicas e/ou privadas, com planos, programas e projetos sociais, voltados para o desenvolvimento e fortalecimento de indivíduos e grupos sociais.</p> <p>PERFIL DO FORMANDO: Formar um profissional apto a atuar na concepção, elaboração, gestão, planejamento e avaliação de políticas sociais, das instituições públicas e/ou privadas, com planos, programas e projetos sociais, voltados para o desenvolvimento e fortalecimento de indivíduos e grupos sociais.</p> <p>CAMPOS DE ATUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: No curso de Graduação de Serviço Social, considerando o perfil, as competências gerais e técnicas, o profissional formado poderá atuar nas seguintes áreas profissionais: CONSULTORIA Assessorias e consultorias em Projetos Sociais, POLÍTICA SOCIAL Gestão das Políticas Públicas, tais como: Saúde, Educação, Trabalho e Geração de Renda, Habitação, Assistência Social, Justiça; Terceiro Setor, Empresas. O profissional de Serviço Social está qualificado para atuar nas diversas áreas ligadas à condução das políticas sociais públicas e privadas, tais como planejamento, organização, execução, avaliação, gestão, pesquisa e assessoria</p> <p>DURAÇÃO: não específica CARGA HORÁRIA: 3.000 horas</p>	<p>A Estrutura Curricular destaca-se pela constituição de disciplinas vinculadas aos seguintes núcleos:</p> <p>Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológico da Vida Social: Acumulação Capitalista e Desigualdade Social; Análise de Políticas Sociais; Classes e Movimentos Sociais; Trabalho e Sociabilidade</p> <p>Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Administração e Planejamento do Serviço Social; Comunicação na Prática do Assistente Social; Fundamentos Históricos Teóricos e 11. Metodológicos do Serviço Social I; Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II; Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III; Políticas Setoriais; Políticas Sociais no Brasil; Questão Social e Serviço Social; Gestão Social; Oficina de Formação: Pesquisa Social; Oficina em Instrumentalidade do Serviço Social; Pesquisa Social; Serviço Social e Processo de Trabalho; Serviço Social e Terceiro Setor; Serviço Social na área da Assistência Social; Serviço Social na área da Educação; Serviço Social na área da Saúde e Previdência Social; Tópicos Especiais em Serviço Social I; Tópicos Especiais em Serviço Social II; Ética Profissional em Serviço Social.</p> <p>Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: Seminário de Estágio; Estágio Supervisionado em Serviço Social I; Estágio Supervisionado em Serviço Social II; Estágio Supervisionado em Serviço Social III; Trabalho de Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso II;</p> <p>ESTÁGIO - 03 ETAPAS</p>
<p>CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR</p> <p>OBJETIVOS: não informado no site</p>	<p>A Estrutura Curricular destaca-se pela constituição de disciplinas vinculadas aos seguintes núcleos, contudo as disciplinas são ofertadas por MÓDULOS.</p>

<p>PERFIL DO FORMANDO: O curso segue as diretrizes curriculares para os cursos de Graduação em Serviço Social. Desse modo, o aluno poderá atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Com foco na formação generalista prepara para atuar na elaboração, planejamento, execução e gestão das políticas públicas e privadas.</p> <p>CAMPOS DE ATUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: Formação focada na perspectiva de direitos humanos e sociais e de cidadania. Forte atuação em prefeituras e ONGs.</p> <p>DURAÇÃO: 16 módulos</p> <p>CARGA HORÁRIA: 3.320 horas</p>	<p>Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológico da Vida Social: Questão Social na Contemporaneidade; Economia e sociedade; Sustentabilidade e Responsabilidade Social; Filosofia; Direito e Legislação Social; Fundamentos Antropológicos e Sociológicos; Estado, Sociedade e Movimentos Sociais; Políticas Públicas e Sociais; Formação Sociocultural e Ética I; Formação Sociocultural e ética II;</p> <p>Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Serviço Social e Formação Profissional;; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I; Go - oportunidades e resultados; Seminário Temático em Saúde, Educação e Habitação; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II; Serviço Social e Terceiro Setor; Gestão do Sistema Único da Assistência Social e do Trabalho Social com Famílias de Pesquisa Social Aplicada; Oficina de Instrumentos Técnicos Operativos; Produção Textual; Gestão em Programas e Projetos Sociais; Direito e Serviço Social; Tópicos Especiais; Gerontologia Social; Processo de Trabalho em Serviço Social; Ética Profissional; Administração e Planejamento em Serviço Social; Orientações Didático-Pedagógicas; Terceiro Setor e Conselhos Gestores; Psicologia Social; Técnicas; Trabalho de Conclusão de Curso; Estágio Supervisionado; Serviço Social e Empreendedorismo;</p> <p>Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: Estágio Supervisionado e empreendedorismo; Estágio Supervisionado e Observatório Social; Estágio Supervisionado e Políticas Públicas; Práticas Formativas em extensão. As disciplinas optativas não estão inclusas na matriz. Outras disciplinas: Libras; Go - identificação de oportunidades; Go - preparação para oportunidades; Go - projeto de vida; Motivação de Indivíduos e Grupos de Trabalho;</p> <p>ESTÁGIO 3 MÓDULOS</p>
<p>CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI - UNIASSELVI</p> <p>OBJETIVOS: O curso a distância de Serviço Social - EAD visa formar profissionais capacitados para atuar na elaboração, implementação, execução, gestão, planejamento e avaliação de políticas sociais visando o fortalecimento de indivíduos e grupos sociais e o desenvolvimento social. A graduação EAD em Serviço Social forma um</p>	<p>A Estrutura Curricular destaca-se pela constituição de disciplinas vinculadas aos seguintes núcleos:</p> <p>Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológico da Vida Social: Filosofia; Sociologia; Direitos Humanos e Cidadania; Economia Política; Antropologia Social e Cultural; Trabalho e Contemporaneidade; Ciência Política;</p>

<p>profissional com habilidades para atuar na prestação de consultoria e assessoria em instituições governamentais e não governamentais visando a defesa da cidadania, equidade e justiça social.</p> <p>PERFIL DO FORMANDO: O perfil profissional do curso de Bacharelado em Serviço Social na modalidade EAD busca atender plenamente as competências definidas de acordo com as DCNSES, conforme foi apresentado no BSC do curso. Neste contexto, deve ter como pressupostos essenciais o compromisso em atuar no contexto socioeconômico e político do país como profissional e cidadão envolvido com os interesses e desafios da sociedade contemporânea, capaz de acompanhar a evolução científica e tecnológica da sua área de atuação e que se oriente pelos padrões éticos e profissionais expressando conduta moral e de respeito ao ser humano.</p> <p>CAMPOS DE ATUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: A graduação em Serviço Social, na modalidade EAD, possibilita a atuação em organizações públicas, privadas, não governamentais e nos movimentos sociais, através de contratação direta ou através de assessoria e consultoria. O profissional, ao cursar Serviços Sociais, poderá atuar como assistente social para a gestão de planos, programas e projetos sociais</p> <p>DURAÇÃO: 8 semestres CARGA HORÁRIA: 04 anos</p>	<p>Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Introdução à Pesquisa; Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social; O Serviço Social no Capitalismo; Questão Social e Serviço Social; Seminário Interdisciplinar; Reconhecimento dos Espaços de Atuação do Assistente Social; Perspectivas Profissionais; Multiculturalismo; Planejamento e Administração em Serviço Social; Seminário Interdisciplinar: Gestão, Dimensões e Aplicabilidade Técnico-operativa; Ética Profissional em Serviço Social; Instrumentos e Processo de Trabalho do Serviço Social; Movimentos Sociais; Psicologia Social; Formação Social, Histórica e Política do Brasil; Assessoria e Consultoria nas Instituições e Projetos Sociais; Políticas Sociais em Habitação; Trabalho de Conclusão de Curso; Terceiro Setor, Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável; Políticas Sociais em Educação; Legislação e Prática Trabalhista; Ações, Dimensões e Aplicabilidade do Instrumental Técnico-operativo do Serviço Social; Estatística e Indicadores Sociais; Políticas Sociais da Assistência Social; Políticas Sociais da Saúde e Previdência Social; Sociais - Família, Criança, Adolescente, Idoso e Pessoa com Deficiência; Metodologia Científica</p> <p>Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: Seminário Interdisciplinar: Estágio em Serviço Social I; Estágio em Serviço Social II; Pesquisa em Serviços Sociais; Estágio em Serviço Social III; Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso;</p> <p>ESTÁGIO 3 SEMESTRES</p>
<p>CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL-UNINTER</p> <p>OBJETIVOS Formar profissionais de nível superior, na área profissional de Serviço Social, aptos ao ingresso imediato no mercado de trabalho e capacitados para atuar como profissionais especializados e de alta qualificação nas diversas especializações</p> <p>PERFIL DO FORMANDO: Os cursos ofertados estão em constante renovação e atualização, de forma a qualificar profissionais capacitados para as exigências cada vez maiores do mercado de trabalho, levando em consideração as particularidades regionais do Brasil nos locais de realização dos cursos, onde, certamente, atuam ou irão atuar os profissionais.</p>	<p>A Estrutura Curricular destaca-se pela constituição de disciplinas vinculadas aos seguintes núcleos:</p> <p>Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológico da Vida Social: Fundamentos de Filosofia; Fundamentos de Sociologia; Fundamentos de Antropologia; Psicologia do Desenvolvimento Humano; Economia Política Aplicada; Estado e Política Social</p> <p>Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Formação Sócio Histórica do Brasil; Movimentos Sociais e Serviço Social; Classes Sociais e Movimentos Sociais no Brasil;; Serviço Social, Direto e Cidadania; Estado e Serviço Social no Brasil; Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social - Dimensão Histórica; Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço</p>

<p>CAMPOS DE ATUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO:</p> <p>O profissional poderá atuar nas manifestações que envolvem problemas sociais, planejando, executando e implementando serviços, programas e projetos para atender às demandas do cidadão.</p> <p>DURAÇÃO: 12 módulos CARGA HORÁRIA: 3.980 horas</p>	<p>Social - Dimensão teórica/Positivismo; Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social - Dimensão teórica/Marx; Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social - Dimensão Metodológica; Desenvolvimento Capitalista e Serviço Social; Ética Profissional do Serviço Social; Questão Social e Serviço Social; Supervisão Técnica e Acadêmica em Serviço Social; Serviço Social e Processo de Trabalho; Trabalho e Sociabilidade; Instrumentalidade do Serviço Social; Instrumentais Técnico Operativos do Serviço Social; Política de Seguridade Social - Previdência Social; Política de Seguridade Social – Saúde; Política de Seguridade Social - Assistência Social; Políticas Sociais - Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência; Políticas Sociais - Criança, Adolescentes e Mulheres; Políticas Sociais - Segurança Pública; Políticas Sociais - Cidades e Habitação; Educação Rel. Étnico Raciais Ens. Hist. Cult. Afro-Bras. e Africana; Política de Seguridade Social - Transferência de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional; Planejamento em Serviço Social; Gestão de Serviço Sociais; Assessoria, Consultoria e Avaliação de Pol. Programas. Projetos Sociais; Serviço Social e o debate contemporâneo;</p> <p>Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: Prática de Estágio – Aproximações da Realidade; Estágio Supervisionado - Aproximações da Realidade; Prática de Estágio – Pré-Projeto de Intervenção; Estágio Supervisionado- Pré-Projeto de Intervenção; Prática de Estágio – Projeto de Intervenção; Estágio Supervisionado - Projeto de Intervenção; Metodologia da Pesquisa; Pesquisa em Serviço Social; Estatística Aplicada; Prática de Estágio – Execução do Projeto de Intervenção; Estágio Supervisionado - Execução do Projeto de Intervenção; Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC; Prática de Estágio - Avaliação do Projeto de Intervenção; Estágio Supervisionado – Avaliação do Projeto de Intervenção; Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC (Relatório); Prática de Estágio - Relatório Final; Estágio supervisionado – Relatório Final;</p> <p>Outras disciplinas: Formação Inicial em Educação à Distância (<i>e-learning</i>); Linguagem e Compreensão de Texto; Libras; Atividades Complementares</p> <p>Observação: cada disciplina tem carga horária de 56h Exceto o estágio supervisionado que tem 90 horas e as atividades complementares 200h, e Formação Inicial em Educação à</p>
--	---

	Distância (e-learning): 40h ESTÁGIO EM SEIS ATIVIDADES
FACULDADE DOM PEDRO II - FDP II OBJETIVOS Potencializar o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais a partir do conhecimento teórico/metodológico balizado por um posicionamento ético-político, de acordo com a legislação específica da profissão, principalmente a Lei que regulamenta a profissão (Lei Nº 8.662/93) e o Código de Ética profissional. PERFIL DO FORMANDO: O curso habilita profissionais para atuar em instituições/organização privadas, pública e do terceiro setor para atuar: <ul style="list-style-type: none"> • na formulação, implementação e avaliação de políticas sociais; • assessoria e apoio aos movimentos e grupos sociais populares no exercício, defesa e conquista de direitos civis, políticos e sociais; • assessoria e consultoria em órgãos da administração pública, empresas privadas, ONGs e outras organizações; orientação de indivíduos e grupos usuários dos seus serviços na defesa e efetivação dos seus direitos; planejamento e execução de pesquisas que contribuam para a análise e produção do conhecimento da realidade social, de forma a contribuir com a intervenção profissional CAMPOS DE ATUAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: DURAÇÃO: 8 semestres CARGA HORÁRIA: 4 anos	A Estrutura Curricular destaca-se pela constituição de disciplinas vinculadas aos seguintes núcleos: Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológico da Vida Social: Metodologia Científica; Concepção Marxista e Teoria Crítica; Antropologia; Sociologia; Gênero, Raça, Etnia e a Matriz Africana Filosofia Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Direito e Legislação Social; Estatística; FHTM ; FHTM II; Planejamento em Serviço Social; Ética Profissional em Serviço Social; Economia; FHTM III; Política Social I; Processo de Trabalho em Serviço Social; Trabalho e Sociabilidade; Instrumentalidade em Serviço Social; Política Social II; Práxis na Pesquisa em Serviço Social I; Gerontologia Social; Psicologia; Questão Social e Serviço Social;; Formação Socio-Histórica do Brasil; Introdução ao Serviço Social; Leitura e Produção Textual; Empreendedorismo; Serviço Social e Educação; Seguridade Social: Previdência Social; Direitos Humanos e a Proteção Social; Gestão Social e Terceiro Setor; Libras; Práxis na Pesquisa em Serviço Social II; Seguridade Social: Saúde; Classes e Movimentos Sociais; Desenvolvimento Regional e Questão Ambiental; Família e as Configurações Contemporâneas; Seguridade Social: Assistência Social; Educação Popular ; Serviço Social Forense; Tópicos Especiais; Serviço Social e a Proteção à Criança e Adolescente; Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: Estágio Supervisionado I; Estágio Supervisionado II; TCC I; TCC II ; Estágio Supervisionado III; Outras disciplinas: Dinâmica de Grupo; Atividades Complementares 200h ESTÁGIO SUPERVISIONADO 450 HORAS

Fonte: Organizado pela autora, com base nas informações nos sites das instituições.

Nesse universo, ressalte-se que a UNIPLAN apresenta as mesmas informações que a UNIP, por se tratar de mesmo grupo empresarial. Da mesma forma, o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto em relação à UNESA, portanto esses dados estão consolidados numa mesma instituição.

Uma análise do quadro aponta para algo contraditório: ao mesmo tempo em

que na descrição do curso, observa-se uma aproximação ao que indicam as diretrizes curriculares, a estrutura curricular aponta para a fragmentação de disciplinas e à ausência de articulação entre o que se pretende com os núcleos de fundamentos. O estudo das ementas pode ser um caminho para desvelar essa simplificação, o que na trajetória de um mestrado, em razão do limite temporal não permite. Porém há que considerar os vários estudos e pesquisas já realizados, que indicam a fragilidade da modalidade EaD em atender as demandas das diretrizes da ABEPSS. Destaque-se para fins de reflexão alguns aspectos: a carga horária de estágio, a carga horária total e o tempo de duração do curso. No caso do estágio, que já possui política específica da ABEPSS (ABEPSS, 2010), há uma diversidade de indicação, sem que se especifique, especialmente quando se trata de módulos, o seu desenvolvimento. Quanto à duração do curso e carga horária total, mesmo com o atendimento ao mínimo proposto, ressalte-se a indefinição.

Essas questões, longe de parecer simples à análise, demonstram a complexidade da lógica mercantil no serviço de educação: atender aparentemente às normas estabelecidas, mas sem evidenciar pressupostos que se aproximem de um projeto de profissão. Estudos sobre esses aspectos já se adensam na pós-graduação em Serviço Social, como se observa no próximo item que traz uma análise sobre a estrutura curricular, do corpo docente, do projeto pedagógico das IES pesquisadas.

3 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO SERVIÇO SOCIAL EM SERGIPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Este capítulo traz a consolidação da pesquisa, apresenta uma caracterização e histórico das 13 IES pesquisadas, análise do projeto pedagógico, das diretrizes curriculares e do corpo docentes das IESs que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade EaD. Utilizamos dois suportes teóricos: a produção de teses e dissertações sobre o tema no período de 2000 a 2016 e obras de autores que analisam a educação a distancia no Brasil, na área de Serviço Social e afins.

O capítulo está estruturado em cinco tópicos: o primeiro traz informações sobre a caracterização, histórico e surgimento da graduação em Serviço Social nas IES pesquisadas, apresentando também as Instituições EaD em Sergipe. O Segundo tópico aborda a Trajetória e perspectivas da expansão da graduação em Serviço Social EaD em Sergipe. O terceiro tópico traz uma análise da estrutura curricular nas IES pesquisadas: desafios do fortalecimento das diretrizes curriculares na modalidade EaD em Serviço Social. E o quartotópico, análise do Projeto Pedagógico da Graduação em Serviço Social das Instituições de Ensino Superior na Modalidade EAD em Sergipe. E o último tópico analisa o Corpo Docente das IES pesquisadas.

Neste capítulo também tem destaque a estrutura dos cursos na modalidade EaD em Sergipe enfatizando que a proposta de diretrizes curriculares da ABEPSS não se configura o foco da formação, embora a totalidade das instituições apresentem nos objetivos, perfil e mercado de trabalho muita proximidade com o debate da entidade.

3.1 Caracterização, histórico e surgimento da Graduação em Serviço Social das IES pesquisadas e Instituições EaD e Serviço Social em Sergipe

Figura 2 – Cursos de Graduação em Serviço Social EaD/Sergipe

Instituição - IES	Sigla	Curso	Grau	Modalidade	CC	CPC	IDD	ENADE	Vagas Anuais	Situação
(163) UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA	UNESA	(1126004) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	4	4	3	3	5050	Em Atividade
(298) UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	-	(97990) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	-	3	3	2	21150	Em Atividade
(322) UNIVERSIDADE PAULISTA	UNIP	(121093) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	-	3	3	2	47880	Em Atividade
(398) UNIVERSIDADE TIRADENTES	UNIT	(98847) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	-	4	3	2	1100	Em Atividade
(449) UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL <i>Adesão ao PROIES: Lei 12.688/2012</i>	ULBRA	(117054) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	3	3	3	2	4000	Em Atividade
(494) UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA <i>Adesão ao PROIES: Lei 12.688/2012</i>	UNISUL	(5001286) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	-	-	-	-	200	Em Atividade
(671) UNIVERSIDADE ANHANGÜERA	UNIDERP	(97573) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	-	3	3	2	16800	Em Atividade
! (1196) CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR	UNICESUMAR	(1292571) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	5	-	-	-	2000	Em Atividade
! (1270) CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	! ESTÁCIO RIBEIRÃO PRE	(1170114) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	-	3	3	2	5000	Em Atividade
(1446) CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL - UNIPLAN	UNIPLAN	(5001329) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	-	-	-	-	4260	Em Atividade
(1472) CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	UNIASSELVI	(111730) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	4	3	3	2	1300	Em Atividade
(1491) CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER	! (1340998) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	-	-	-	-	3000	Em Atividade
(3588) FACULDADE DOM PEDRO II	FDPII	(1332142) SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	Educação A Distância	-	-	-	-	1600	Em Atividade

Fonte: Extraído do *site*: e-mec.mec.gov.br

No site do E-mec está disponibilizado a relação das IES que ofertam a graduação em Serviço Social na modalidade EaD conforme apresentado na cf. (p. 134) contendo nome das instituições, grau, modalidade, e vagas anuais. Ressalta-se que todas as instituições são privadas e a maioria possui matriz em outra unidade federativa e constituem polos no Estado de Sergipe.

No tocante ao Corpo Docente das instituições de ensino superior pesquisadas identificou-se no site das IES:

- 1- A UNIP disponibiliza no site o corpo docente da graduação em Serviço Social na modalidade a distância, observou-se que o número de docentes é de 34. Destes docentes, nove possuem graduação em Serviço Social; com relação à titulação destes, seis possuem mestrado e três docentes têm especialização.

- 2- A UNIT tem no quadro de docentes da graduação em Serviço Social EaD 14 professores, sendo oito docentes com graduação em Serviço Social. Do total de docentes, dois têm titulação de doutorado, dez docentes possuem titulação de mestrado, e dois docentes têm especialização.
- 3- A ULBRA é constituída de um quadro de 41 docentes, sendo nove docentes com graduação em Serviço Social. Destes docentes, quatro têm título de doutorado, quatro possuem título de mestrado e um docente possui especialização. As demais IES pesquisadas não disponibilizam nos seus sites o corpo docente de seus pólos EaD em Serviço Social.

Diante dos dados acima expostos, observa-se que as instituições de ensino superior da rede privada pesquisadas não priorizam em seus quadros acadêmicos docentes prioritariamente ligados a área de Serviço Social. Há uma diversidade de formação no nível da graduação, pouca ênfase na pós-graduação *stricto sensu*. Outra questão importante diz respeito à precarização do trabalho docente, presente nas IES públicas e privadas do país, além, obviamente, da nítida situação precarizada da maioria dos professores que na modalidade EaD assumem a função de tutores, descaracterizando o papel do docente. De acordo com Pinto (2013, p.35) o determinante do processo de precarização do trabalho docente é a crise de acumulação que atinge o capitalismo mundial, e como forma de enfrentamento a esse processo, a burguesia de primeiro mundo, com a colaboração ativa das burguesias que atuam localmente nos países periféricos, redefine suas ações de modo a recuperar a rentabilidade do capital.

Essa definição se apóia em três diretrizes. A primeira reestrutura a relação direta entre o capital e o trabalho, produzindo mudanças na forma de absorção e controle da mão de obra, cujo objetivo é reduzir os custos do capital quando se estabelece a contratação do trabalho. A segunda reestrutura o modo de operar do capital em seu processo de reproduzir-se crescente e permanentemente como riqueza para o capitalista: é a opção pela financeirização do capital em detrimento da priorização do investimento produtivo. Por último, mas tão decisiva quanto as anteriores, em especial para os países periféricos como o Brasil, é a mudança estrutural do Estado no que se refere aos processos de regulação da ação do capital e de reprodução da força de trabalho (PINTO, 2013, p. 34-35).

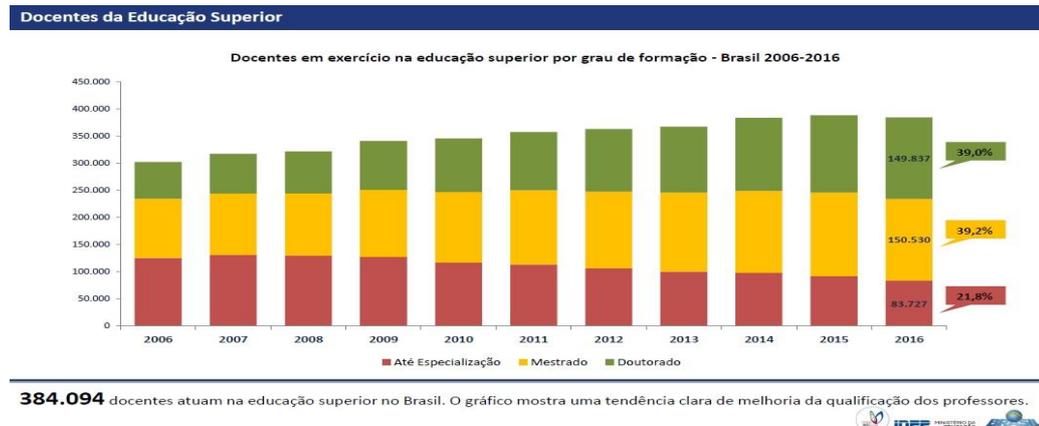
Nesse sentido, o desdobramento dessa nova configuração da educação para o trabalho docente traz impactos, um deles é atrelar a remuneração do seu

trabalho à quantificação dos afazeres que consegue assumir. É como se separasse o produto final de sua idealização, ou seja, subdivide-se a especialidade do trabalho docente e barateiam-se os custos, isto é bem evidente na organização docente das IES privadas. Até porque não se demanda mais um profissional de alta qualificação para o cotidiano do trabalho docente, pois é possível contratar a força de trabalho por diferentes formas e para diferentes funções, e que também ocorre nas universidades públicas, só que em menos expressão. Uma configuração da relação do mercado com o docente na atualidade que se revela extremamente grave, uma vez que estabelece a dissociação entre o conhecer e o fazer, reduzindo dessa forma, o trabalho docente a uma simples atividade. E uma das consequências é gerar uma sobrecarga de trabalho para o docente, conduzindo-o a um afastamento entre ensino, pesquisa e extensão para a formação profissional, o que tem como implicação expressiva o depósito de novos profissionais despreparados para lidar com as demandas cotidianas da área de conhecimento.

Apesar da realidade acima exposta, os docentes buscam se qualificar para a docência, não obstante estarem expostos a um crescente processo de desvalorização e exploração de sua força de trabalho. O Censo da Educação Superior de 2016 (INEP, 2017) apresenta um gráfico da qualificação dos docentes entre os anos de 2006 a 2016. No resultado apresentado pelo Censo há uma tendência de crescimento da qualificação dos professores, contudo é importante esclarecer que o censo não traz dado a respeito exclusivamente dos professores do ensino superior privado.

Observa-se uma gradativa redução de docentes com especialização, ao mesmo tempo em que se amplia o percentual de docentes com mestrado e doutorado, o que faz com que se chegue a 2016 com um percentual semelhante entre docentes com mestrado e com doutorado. Destaca-se, portanto, que o perfil docente da educação superior indica 78,2% de docentes com titulação *stricto sensu*, como se observa na Figura 3 a seguir.

Figura 3 – Número de Docentes na Educação Superior por Titulação



Fonte: INEP, 2017.

Importante ressaltar que a metodologia de ensino das IES pesquisadas baseia-se, essencialmente, na utilização de recursos transmitidos por mídias os quais compreendem: teleaulas via satélite, web aulas, ambiente virtual de aprendizagem, biblioteca digital, laboratório virtual, material impresso, algumas IES, como por exemplo, a UNIP, o polo de Aracaju possibilita aos alunos encontros semanais, aulas presenciais com a presença de docentes. As demais IES pesquisadas no site destacam a possibilidade desses encontros presenciais com a presença dos tutores. Uma metodologia de ensino que mantém estreita relação com uma perspectiva pedagógica tecnicista. Conforme Saviani (2011) diz respeito à reordenação do processo educativo, transformando-o em objetivo e operacional. O que se busca com esse processo educativo é um trabalho pedagógico, parcelado, fragmentado, pasteurizado, sem que haja análise da totalidade do fenômeno educativo.

- **Aspectos sobre o estado de Sergipe**

O Estado de Sergipe localiza-se no Nordeste do Brasil, possui uma área de 21.910,3 km, o equivalente a 0,26% do território nacional e 1,4% da região Nordeste. A região possui 75 municípios agrupados pelo IBGE em 13 microrregiões políticoadministrativas, que fazem parte de três mesorregiões. Limita-se ao norte com o Estado de Alagoas, separado pelo Rio São Francisco, ao sul e a oeste pelo Estado da Bahia e ao leste com o Oceano Atlântico.

O estado de Sergipe possui 2.242.937 habitantes (est.2015). Em 2007 o Governo Estadual, através da Secretaria de Estado do Planejamento, Habitação e

do Desenvolvimento Urbano, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe e entidades civis organizadas, respeitando critérios como dimensões econômico-produtivas, geo-ambientais, sociais, político-institucionais e culturais, dividiu o Estado em oito territórios, que servirão de base para o planejamento das políticas públicas. (Sergipe em dados – v.1 (1995)- .-Aracaju: SEPLAN /SUPES, 2009 – v.10 il. Anual v.1 – (1995 até 2006) Sergipe em números a partir de 2007 Sergipe em dados 1. Estatística – Sergipe). Essa nova territorialização compreende oito territórios, conforme descrição abaixo: Território Alto Sertão Sergipano²⁰; Território Leste Sergipano²¹; Território Médio Sertão Sergipano²², Território Agreste Central Sergipano²³; Território Baixo São Francisco Sergipano²⁴; Território Grande Aracaju²⁵; Território Centro-Sul Sergipano²⁶; Território Sul Sergipano²⁷;

²⁰Localizado no Noroeste do Estado de Sergipe, é formado por sete municípios: Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha. Abrange uma área de 4.900,69 km² e uma população de 137.926 habitantes (Contagem da População, 2007), representando 22,37% da área do Estado e 7,11% da população. O Território possui a menor densidade demográfica do Estado (28,15 hab./km²) e Índices de Desenvolvimento Humano - IDH Municipal que variam de 0,536 a 0,631 (PNUD, 2000). Em 2007 o Produto Interno Bruto – PIB do Território somou R\$ 1,43 bilhões, representando 8,5% do PIB estadual.

²¹Localizado no Leste do Estado de Sergipe é formado por nove municípios: Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japarutuba, Pirambu, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima e Siriri. Abrange uma área de 1.518,66 km² e uma população de 90.452 habitantes (Contagem da População, 2007), representando 6,93% da área do Estado e 4,66% da população. O Território possui uma densidade demográfica de 59,56 hab./km² e IDH Municipal variando entre 0,615 e 0,676 (PNUD, 2000). Em 2007 o Produto Interno Bruto do Território foi de R\$ 1,2 bilhões, representando 7,4% do PIB estadual.

²²Localizado no Centro-Norte do Estado de Sergipe, é formado por seis municípios: Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Dores. Abrange uma área de 1.582,45 km² e uma população de 62.644 habitantes (Contagem da População, 2007), representando 7,22% da área do Estado e 3,23% da população. O Território possui uma densidade demográfica de 39,59 hab./km² e IDH Municipal que varia de 0,594 a 0,638 (PNUD, 2000). Em 2007, o Produto Interno Bruto do Território somou R\$ 284,7 milhões, representando 1,7% do PIB estadual.

²³Localizado no Centro-Noroeste do Estado de Sergipe, é formado por quatorze municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo. Abrange uma área de 3.123,21 km² e uma população de 222.197 habitantes (Contagem da População, 2007), representando 14,25% da área do Estado e 11,46% da população. O Território possui uma alta densidade demográfica (71,14 hab./km²) e um IDH Municipal que varia de 0,567 a 0,678 (PNUD, 2000). Em 2007 o Produto Interno Bruto do Território foi de R\$ 1,3 bilhões, representando 7,5% do PIB estadual.

²⁴Localizado no Nordeste do Estado de Sergipe, é formado por quatorze municípios: Amparo do São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha. Abrange uma área de 1.946,09 km² e uma população de 123.482 habitantes (Contagem da População, 2007), representando 8,88% da área do Estado e 6,37% da população. O Território possui uma densidade demográfica de 63,45 hab./km² e um IDH Municipal que vai de 0,550 a 0,684 (PNUD, 2000). Em 2007, o Produto Interno Bruto do Território somou R\$ 717,7 milhões, representando 4,2% do PIB estadual

²⁵Localizado no Centro-Leste do Estado de Sergipe, é formado por nove municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo,

A economia sergipana é baseada no extrativismo, na agricultura, pecuária e agroindústria. A produção industrial está centrada, principalmente, nas lavouras de cana-de-açúcar, coco e laranja. Na pecuária, o destaque está na criação de bovinos. Há, também, a criação de suínos e aves. O clima de Sergipe é influenciado pelo clima tropical, com abundância de chuvas na costa e estiagens prolongadas no semiárido. A média anual da temperatura é de 24° C.

No que diz respeito aos aspectos sociais e educacionais, o estado de Sergipe, conforme a pesquisa Sergipe em dados (2010)

A contagem populacional realizada pelo IBGE em 2007 registrou um total de 1.939.426 habitantes no Estado de Sergipe, o que representa 3,8% da população nordestina e 1% da população brasileira. É importante ressaltar que 51,6% da população feminina, residente no Estado, está concentrada na área urbana, enquanto 51,3% da população masculina habitam no meio rural. Sergipe, por ser um Estado de pequenas dimensões, apresentou uma densidade demográfica de 89,9 hab/km, uma média elevada, quando comparada com a Região Nordeste (32,8 hab/km) e com a do Brasil (21,6 hab/km). Observa-se também que, em 2007, a faixa etária de 20 a 39 anos representou 34,0% da população residente no Estado, seguido do extrato de 10 a 19 anos com 20,0%. As demais não ultrapassaram os 18,0%.

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), Sergipe apresenta uma taxa de alfabetização 81,92% entre pessoas de 5 anos ou mais de idade (2008). Essa taxa se apresenta como a maior registrada na região Nordeste (79,70%), porém inferior a do país (88,52%). O número de pessoas não alfabetizadas, por sua vez, representa 18,08% da população do Estado. Segundo o Censo da Educação Superior do MEC (2002-2008), no exercício de 2008 o número de curso de graduação presencial em Sergipe cresceu 36,2%. Isso significa que o Estado passou de 207 cursos de graduação em

Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão. Abrange uma área de 2.187,35 km² e uma população de 847.941 habitantes (Contagem da População, 2007), representando 9,98% da área do Estado e 43,72% da população. O Território possui uma densidade demográfica de 387,65 hab./km² e um IDH Municipal que vai de 0,638 a 0,794 (PNUD, 2000). Em 2007 o Produto Interno Bruto do Território somou R\$ 9,2 bilhões, representando 54,8% do PIB estadual.

²⁶Localizado no Centro-Sul do Estado de Sergipe, é formado por cinco municípios: Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto. Abrange uma área de 3.520,90 km² e uma população de 213.492 habitantes (Contagem da População, 2007), representando 16% da área do Estado e 11,01% da população. O Território possui uma densidade demográfica de 60,63 hab./km² e um IDH Municipal que vai de 0,556 a 0,614 (PNUD, 2000). Em 2007 o Produto Interno Bruto do Território somou R\$ 1,07 bilhões, representando 6,4% do PIB estadual.

²⁷Localizado no Sul do Estado de Sergipe, é formado por onze municípios: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba. Abrange uma área de 3.130,99 km² e uma população de 241.292 habitantes (Contagem da População, 2007), representando 14,29% da área do Estado e 12,44% da população. O Território possui uma densidade demográfica de 77,06 hab./km² e um IDH Municipal que varia entre 0,545 e 0,672 (PNUD, 2000). Em 2007, o Produto Interno Bruto do Território somou R\$ 1,6 bilhões, representando 9,5% do PIB estadual. (Sergipe em dados – v.1 (1995)- .-A racaju: SEPLAN /SUPES, 2009 – v.10 il. Anual v.1 – (1995 até 2006)

2007 para 282 em 2008. Já em relação ao número de cursos de educação tecnológica, Sergipe alcançou o patamar de 27,8%, taxa menor que a do Nordeste (28,3%) e bem maior que a registrada no Brasil (17,6%). Comparando Sergipe com o Nordeste e com o Brasil sobre a evolução do número de vagas e também do número de inscritos, o Estado registra um crescimento significativo de (23,9% e 28,8%) respectivamente, o Nordeste (8,9% e 3,5%) e o Brasil (5,7% e 6,6%) respectivamente. No entanto, Sergipe alcançou o patamar de apenas 4,6% com relação à evolução do número de matrículas. E finalmente, o número de concluintes de nível superior no Estado, registrou um declínio expressivo em 2008 de 10,9% quando em 2007, houve uma elevação de 34,7%. Sergipe em dados – v.1 (1995)- .- Aracaju: SEPLAN /SUPES, 2009 – v.10 il. Anual v.1 – (1995 até 2006)

- **Sobre as Instituições de Ensino Superior pesquisadas**

Universidade Estácio de Sá – UNESA

De acordo com o histórico disponível no sítio da instituição, a Universidade Estácio de Sá é uma das maiores em número de alunos matriculados. Criada no ano de 1970 como Faculdade de Direito Estácio de Sá na zona norte do Rio de Janeiro, em 1972 transforma-se em Faculdades Integradas Estácio de Sá, incorporando novos cursos de ensino superior. No ano de 1988 conquista o *status* de Universidade e começa a crescer no município do Rio de Janeiro. A partir de 1998 expande suas unidades em outras regiões do país, com a criação do primeiro Conselho de Integração Social, órgão criado para estreitar as relações do grupo com a sociedade civil, e implantação da primeira faculdade privada de medicina do Nordeste.

Em 2009 começa a oferecer cursos na modalidade EAD, com foco no desenvolvimento da comunidade e do aluno, alia o conceito de sustentabilidade em todas as suas atividades e no projeto pedagógico dos cursos ofertados. De acordo com os dados coletados no site da instituição Estácio de Sá, a universidade alia a academia e a gestão com foco na qualidade do ensino e na perenidade do negócio e consolida uma cultura organizacional de excelência por meio da capacitação e do reconhecimento do quadro funcional. Conta com 4.564 colaboradores administrativos e com um corpo docente de 7.719 professores. Oferece 86 diferentes cursos presenciais e a distância de Graduação e Graduação Tecnológica nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas (dados de dezembro de 2013). Oferece também 110 cursos de Pós-Graduação *lato sensu*,

cinco cursos de Mestrado e três cursos de Doutorado, avaliados pelo MEC/CAPES com elevados conceitos de qualidade, além de cursos livres e cursos voltados para a educação corporativa.

Em Sergipe, a Universidade Estácio de Sá tem pólos EaD que oferecem apenas cursos na modalidade a distância, que podem ser 100% online ou telepresencial. Há unidades que oferecem cursos na modalidade Presencial, Flex e pode oferecer também na modalidade de ensino a distância. Os polos em Sergipe são o Polo Aracaju, Polo Salgado Filho, Polo na Cidade de Estância e Polo na Cidade de Barra dos Coqueiros. No país, a instituição está presente em todas as unidades federativas.

Universidade Pitágoras – UNOPAR

As informações disponíveis na sua página virtual revelam que a Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR- foi criada em 1972, com campi nas cidades de Londrina, Arapongas e Bandeirantes. A UNOPAR foi criada com o objetivo de contribuir na consolidação da cidade de Londrina como importante centro universitário do interior do Paraná. A partir de 1976, segundo o histórico da instituição vários investimentos foram conforme informações coletadas no site da universidade. O crescimento da instituição deu-se a partir da incorporação de várias instituições (faculdades) no Estado do Paraná, chegando à denominação de Faculdades Integradas Norte do Paraná – UNOPAR em 1992 e credenciada como universidade em 1997. Esse credenciamento permitiu a implantação de vários cursos, nas modalidades presencial e EaD, nos níveis de graduação e pós-graduação.

A Universidade do Norte do Paraná tornou-se pioneira na modalidade de educação a distância para todo o país. Com a instituição do Decreto nº 5.622/05, que definiu as diretrizes e as normas em vigor para o EAD no Brasil, em 2005 a UNOPAR entrou com o processo junto ao MEC para a oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, recebendo a autorização do MEC em 2006, por meio da Portaria Ministerial nº 556, de 20 de fevereiro.

Nesse sentido, a Universidade Norte do Paraná²⁸ expandiu suas unidades para várias regiões do país atingindo 450 municípios com polos de apoio presencial através de convênio com empresas. No Estado de Sergipe a UNOPAR possui polos nas cidades de Aracaju, Capela, Estância, Itabaiana, Itabaianinha, Itaporanga D'JUDA, Lagarto, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Nossa Senhora das Dores, Poço Redondo, São Cristovão, Simões Dias.

O Curso de Serviço Social da UNOPAR, conforme indica documento de Guia de Percurso do Curso que o objetivo do curso é

[...] formar profissionais com sólidos conhecimentos teórico-práticos, capacidade de examinar, analisar e interpretar a sociedade capitalista – base estrutural da produção da “questão social” e suas expressões – , assumindo as responsabilidades pertinentes à profissão, com uma visão crítica e analítica e o compromisso com a justiça, a ética e a cidadania, capazes de colaborar ativamente para o desenvolvimento e a transformação da realidade social que estiver inserido (Guia de Percurso do Curso de Bacharelado em Serviço Social Ingressantes a Partir de 2017/1).

O Guia de Percurso do Curso de Serviço Social encontra-se também as seguintes informações a respeito do perfil do aluno formado pela UNOPAR. Conforme o guia de percurso, aluno que obtém o grau de bacharel em Serviço social estará preparado para atuar em Instituições Públicas, Privadas, ONGs e Movimentos Sociais. Atuando nas expressões da questão social por meio das políticas sociais

²⁸Na divulgação de seus cursos, a UNOPAR assim apresenta a modalidade EaD: A metodologia Semipresencial é pioneira no País, criada pela Unopar, aprovada pelo MEC e referência para outras instituições educacionais. Na metodologia EAD 100% Online todas as aulas e atividades são realizadas online, por meio de um conteúdo exclusivo, disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA UNOPAR, de forma fácil e interativa, com o suporte de tutores online. E você deve comparecer ao Polo escolhido uma vez por mês para realizar a prova. PARA QUEM: recomendada para aqueles que não possuem disponibilidade de tempo ou de deslocamento para irem ao Polo uma vez por semana. Outra condição importante para se escolher esta metodologia é possuir muita disciplina e estar confortável em estudar sozinho, buscando suporte de tutores online apenas quando necessário. BENEFÍCIOS: esta metodologia oferece flexibilidade total para você montar a sua rotina de estudos online, por não possuir tempo para ir à faculdade, mas tem determinação e organização para estudar sozinho quando e onde puder. Ambas as metodologias são reconhecidas pelo MEC e o diploma de um curso de graduação EAD é igual ao da graduação presencial. Além disso, oferecem **material didático impresso totalmente gratuito** e suas aulas e conteúdos são preparados por equipe multidisciplinar, que os organiza pedagogicamente, tornando-os interativos e muito didáticos. No sistema Semipresencial, as teleaulas são transmitidas via satélite, ao vivo dos estúdios da UNOPAR em Londrina (PR). Os alunos podem fazer perguntas por chat e ter acesso aos questionamentos de outros alunos, possibilitando uma maior integração e colaboração. Seja qual for a metodologia escolhida pelo aluno – 100% Online ou Semipresencial –, ele poderá participar de fóruns de discussão em que são debatidos coletivamente e colaborativamente temas do curso e atividades de portfólio. Também são realizadas interações com os tutores eletrônicos para esclarecimento de dúvidas e incentivo à reflexão e à pesquisa. Pela Internet, os alunos podem acessar a biblioteca digital para a consulta de livros, textos, filmes e outros materiais digitais na elaboração de trabalhos e estudos. (Página do Site da UNOPAR, 2018)

públicas, empresariais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. O Guia de percurso afirma que o aluno será um profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética Profissional do Assistente Social. Sobre o perfil do Egresso, o guia de percurso sinaliza que mediante o estabelecido pelas Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Serviço Social, a formação profissional propõe:

capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; e uma análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país, compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ações contidas na realidade. (GUIA DE PERCURSO DO CURSO EM SERVIÇO SOCIAL INGRESSANTES A PARTIR DE 2017/1)

O Curso de Serviço Social na UNOPAR está estruturado em 8 (oito) semestres, apoia-se no Sistema Presencial Conectado²⁹. Os profissionais envolvidos no curso de bacharel em Serviço Social da UNOPAR são os professores especialistas, o tutor a distância e o tutor presencial. Os professores especialistas têm formação na área do curso e em áreas afins, com titulação que privilegia

²⁹O Sistema de Ensino Presencial Conectado da **UNOPAR**, um sistema bimodal, oferece atividades síncronas e assíncronas, ou seja, com momentos presenciais em tele aulas transmitidas ao vivo, via satélite, além de aulas-atividades para o trabalho em grupo e seminários, e atividades não presenciais, ainda, participar das atividades de pesquisa e extensão, realizadas em conjunto com os docentes das disciplinas, contemplando, dessa maneira, a plenitude do ensino superior. O curso, embora na modalidade EAD, tem momentos presenciais, como já destacamos anteriormente, por meio das teleaulas e das aulas-atividades, possibilitando ao aluno, interatividade ao vivo com o professor, tutores e os colegas. É fundamental que você participe, esclarecendo suas dúvidas e colaborando com suas opiniões sobre os conteúdos das disciplinas e suas experiências de vida, enriquecendo o processo formativo de forma colaborativa. É importante, neste momento, esclarecer que a modalidade EAD oferecida pela **UNOPAR** cumpre a legislação vigente, que propõe a integralização da carga horária obrigatória por meio do uso da tecnologia para a realização de mediações didático-pedagógicas e a realização de atividades presenciais obrigatórias. Da mesma forma que na modalidade presencial, ocorrem na EAD os registros acadêmicos dos históricos escolares e, ao final do curso, a devida diplomação de sua formação. Semanalmente, há momentos presenciais, nos quais ocorrem as teleaulas e aulas-atividades. Para tanto, você deve assisti-las no pólo de apoio no qual você está matriculado. A frequência é obrigatória, e você deve ter no mínimo 50% de presença em cada uma das disciplinas. Esses encontros presenciais são momentos de aprendizagem compostos por aulas ao vivo com os professores das disciplinas, transmitidas via satélite, nos quais, em tempo real, você poderá comunicar-se com os professores por meio de chat e voz. (GUIA DE PERCURSO DO CURSO EM SERVIÇO SOCIAL INGRESSANTES A PARTIR DE 2017/1)

mestres e doutores. As funções dos professores especialistas são de ministrar as teleaulas, selecionar, planejar e desenvolver o conteúdo das aulas redige o material de apoio, planejam e orientam as atividades de estágio e o trabalho de conclusão de curso. Em relação ao tutor, tem a responsabilidade de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem do aluno como mediador e responsável pela aproximação e articulação entre os alunos, tutores presenciais e professores especialistas, quanto sua titulação é necessária apenas formação na área do curso, portanto não é requisito ter título de mestre ou doutor. Ao tutor presencial cabe a função de acompanhar presencialmente, no pólo de apoio presencial, o processo de ensino e aprendizagem do aluno.

O Estágio Curricular obrigatório tem como objetivo de assegurar ao aluno o exercício da experiência profissional por meio da vivência nos espaços sócio-ocupacionais, consolidando os conhecimentos acadêmicos, ou seja, vivenciar a articulação da teoria e da prática. O aluno da UNOPAR também pode realizar o estágio extracurricular.

O trabalho de conclusão de curso – TCC, segundo o Guia de Percurso, é um momento acadêmico que tem como finalidade envolver o aluno na iniciação científica, com uma reflexão temática que possa unir os saberes do aluno às contribuições da ciência e às vivências realizadas durante o curso. O objetivo desse trabalho é fazer uma ligação do pensamento acadêmico com a realidade estudada. No curso de graduação em Serviço Social, o TCC é condição para que o aluno receba o diploma de conclusão de curso emitido pela UNOPAR.

Universidade Paulista - UNIP

A Universidade Paulista – UNIP conforme dados coletados no site da instituição, é uma das maiores e mais conceituadas instituições de ensino superior do País, e possui uma posição consolidada na Educação a Distância - EaD. Iniciou suas atividades em 9 de novembro de 1988, nasceu a partir do Instituto Unificado Paulista (IUP), do Instituto de Engenharia Paulista (IEEP) e do Instituto de Odontologia Paulista (IOP), este último autorizado a funcionar em 1972³⁰.

³⁰De acordo com o artigo 3º do seu Estatuto e com o artigo 2º do seu Regimento Geral, a Universidade Paulista – UNIP, para a concretização de seus objetivos, tem por finalidade: promover o Ensino, a pesquisa e a Extensão pelo cultivo do saber, nos domínios da Filosofia, das Ciências, das

A UNIP EAD funciona desde 2004, credenciada pelo MEC por meio da Portaria MEC 3.633/2004. Conta com mais de 600 polos de apoio presencial para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação. Conta com duas opções de metodologia EAD, o **SEI (On-line)**, com horários mais flexíveis onde o aluno pode acessar as aulas a qualquer momento e local, por meio de computadores, *tablets* ou celulares e o **SEPI (Semipresencial)**, formato que tem como objetivo promover a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a articulação entre teoria e prática. Os discentes dos cursos de graduação da EaD acessam material didático impresso gratuito, ambiente acadêmico com ferramentas que potencializam a aprendizagem e dá suporte a tutoria disponível 24 horas por dia. E o diploma é o mesmo dos cursos presenciais.

O Curso de Serviço Social da UNIP, Conforme disposto no site é Reconhecida pela - Portaria MEC nº 190/12; 54/16; 745 e 857/17 Renov. Rec. - Port. MEC nº 824/14. Tem por finalidade formar assistentes sociais competentes e comprometidos com o planejamento, a implementação, a coordenação e a avaliação de políticas e projetos sociais junto a indivíduos, grupos, comunidades e instituições. Como profissional indispensável ao atendimento dos grandes desafios da atualidade brasileira, a formação do assistente social implica a compreensão crítica dos problemas sociais e suas relações com movimentos e demandas populares. Além dessa compreensão, ao assistente social cabe o domínio de um conjunto de teorias, métodos e procedimentos para ação nos processos sociais.

Em relação ao corpo docente da UNIP encontra-se disponível no site da universidade os docentes do Curso Bacharel em Serviço Social nas unidades de Alphaville, Assis, Brasília, Campinas, Manaus, Pinheiros, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Tatuapé. O site não disponibiliza o corpo de docentes do pólo de Aracaju, no entanto o corpo de docentes do Curso de Serviço Social EaD – Referência: Censo Escolar do INEP abaixo compreende o curso na modalidade EaD.

Universidade Tiradentes – UNIT

Primeira instituição de ensino superior particular de Sergipe, a UNIT nasceu no ano de 1962 com a criação do Colégio Tiradentes, em 1972 é constituída a Faculdade Tiradentes, e em 1994 torna-se Universidade. A Universidade se destaca por uma moderna estrutura física, com o corpo de docentes composto de 80% por doutores ou mestres. Dados estatísticos do site da instituição revelam que há em Sergipe mais de 38 mil alunos, distribuídos em mais de 60 graduações – presenciais e a distância; 20 cursos de especialização; 10 MBAs, programas de pós-graduação *scriptosensu* (cinco mestrados e cinco doutorados), sendo três deles com nota 5 e dois com nota 4, atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Visando ampliar as diretrizes do ensino de qualidade da IES no Brasil, criou o Grupo Tiradentes como entidade corporativa de gestão institucional que agrega a Universidade Tiradentes, em Sergipe; o Centro Universitário Tiradentes, em Maceió-AL; a Faculdade Integrada de Pernambuco, no Recife; e a Faculdade Tiradentes, em Jaboatão dos Guararapes-PE. O Grupo Tiradentes alcança a marca de 50 mil estudantes universitários e, com isso, tornou-se um dos maiores grupos educacionais do Nordeste brasileiro.

A instituição foi pioneira no processo de implantação da educação superior em Sergipe na modalidade EAD. Na criação da modalidade EAD contou com o trabalho do Professor Dr. Ronaldo Linhares (Coordenador) e da Professora Especialista Gilvanda Maria Dias da Silva (Professora da instituição à época). Nesse sentido, algumas iniciativas corroboraram para implementar na UNIT uma nova cultura educacional, como por exemplo, a realização no dia 20 de junho de 2000 a I oficina sobre Educação a Distância destinada para os técnicos e professores da própria instituição, através do NEAD. Esse núcleo foi criado em março de 2000, um setor de responsável pela coordenação administrativa e didático-pedagógica dos cursos e atividades na modalidade EAD. Legalmente o NEAD deu-se em 2002, com a Resolução nº 03/00 do Conselho Superior de Administração (CONSAD), com o funcionamento de disciplinas online, inseridas nos cursos de graduação no primeiro semestre desse ano.

Em 2004 a UNIT foi credenciada por meio da Portaria nº 650 de março de 2004 do MEC, para ofertar o ensino na modalidade à distância em cursos de graduação e pós-graduação Lato Sensu, passando o Núcleo do EaD a se responsabilizar pela elaboração de projetos e cursos, com o apoio da coordenação

administrativa e didático-pedagógica. A Universidade Tiradentes- UNIT tem aproximadamente 21.000 alunos matriculados em 42 cursos distintos de graduação presencial e cerca de 10.000 alunos matriculados nos 11 cursos de graduação na modalidade EAD, ofertados nos 31 polos de apoio presencial. Na Pós-Graduação Lato Sensu são mais de 1000 alunos matriculados e nos programas de Pós-graduação Stricto Sensu, cerca de 400 alunos matriculados.

O Curso de Bacharel em Serviço Social/Aracaju foi criado em 1989 com duração de 4 anos e oferta de 300 vagas. Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC Nº 133, de 01/03/2018. DOU nº 42 de 01/03/2018. Atualmente, a UNIT extinguiu a modalidade presencial da Graduação em Serviço Social em Aracaju. Já o curso de Graduação em Serviço Social na modalidade EAD³¹ foi criado em 2006, duração de 4 anos com oferta de vagas de 1100 com reconhecimento - portaria MEC Nº 227/2013. O Curso é coordenado por Maria Ione Vasconcelos de Menezes. A Graduação EaD em Serviço Social tem polos em Sergipe nas cidades de: Aracaju, Boquim, Estância, Itabaiana, Lagarto, Monte Alegre, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Poço Verde, Propriá, Simão Dias, Tobias Barreto e Umbaúba.

Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)

A ULBRA é mantida pela Associação Educacional Luterana do Brasil (AELBRA), presente no Estado do Rio Grande do Sul, Norte e Centro-Oeste há mais de 40 anos. No estado de Sergipe a ULBRA possui polos nas cidades Aracaju, Canindé do São Francisco e em Tobias Barreto.

Oferta em suas unidades cursos de graduação e pós-graduação, nas modalidades presenciais e a distância, além de programação de extensão e pesquisa. Em 2003, começa o ensino superior na modalidade EaD, ofertando cursos de graduação em ambiente virtual de aprendizagem próprio.

No site da universidade encontra-se

³¹A Graduação em Serviço Social EaD tem como objetivo formar profissionais com fundamentação histórico-teórico-metodológica, com capacidade técnico-operativa, competentes e comprometidos com o projeto ético político da profissão, de forma a intervir nas mais variadas manifestações da questão social e, assim, contribuir para a redução das desigualdades sociais através da garantia de acesso aos direitos sociais e à cidadania. (Fonte portal.unit.br/cursos/cursos-ead/servicosocial/2018).

Educação a distância: Tendo por objetivo atender as necessidades de alunos que, por alguma razão, não podem frequentar um curso presencial, seja por motivos profissionais, de saúde ou mesmo geográficos, a ULBRA desenvolveu seu Projeto Pedagógico da Educação a Distância. Com uma proposta inovadora, o EAD da ULBRA possibilita que o aluno gerencie o seu próprio tempo de estudo, através do meio que melhor lhe convier: notebooks, tablets, computadores, smartphones ou material impresso. Todo o material didático necessário é disponibilizado na NetAula, um ambiente virtual desenvolvido pela universidade.

Cursos de graduação EAD ofertados pela ULBRA: Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Física, Geografia, Gestão Ambiental, Gestão Financeira, Gestão da Produção Industrial, Gestão Pública, Gestão de Recursos Humanos, História, Letras – Português, Matemática, Negócios Imobiliários, Pedagogia, Processos Gerenciais, Serviço Social, Sistemas para Internet, Teologia.

O curso de graduação em Serviço Social na ULBRA pretende formar profissionais capazes de responder às demandas sociais, por meio de práticas competentes com capacidade para produzir conhecimento e propor alternativas para a realidade social, junto às organizações públicas, privadas e de terceiro setor. O profissional pode atuar, também, como profissional liberal em diferentes áreas de assessoria e consultoria. Duração de 8 semestres, a metodologia de ensino reúne atividades e avaliações à distância e presenciais, além dos recursos disponíveis na biblioteca virtual, por meio da ferramenta NetAula, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) próprio da Ulbra, alunos e docentes interagem entre si e constroem juntos os caminhos da capacitação profissional. A infraestrutura do curso viabilizada pela universidade se dá por meio do pólo credenciado que oferece apoio administrativo e logístico ao aluno.

Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

A Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) é uma instituição educacional multicampi orientada para a produção, desenvolvimento e difusão do conhecimento, por intermédio da pesquisa, do ensino e da extensão, em todos os níveis e áreas de conhecimento, nas modalidades presencial e a distância. Criada em 1964, como Faculdade de Ciências Econômicas, e em 1967 a Faculdade é vinculada ao Instituto Municipal de Ensino Superior (IMES), dando lugar à Fundação

Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC). Em de 1989 a FESSC se constituiu como Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), por Lei Municipal aprovada pela Câmara de Vereadores, sancionada pelo Prefeito Municipal e reconhecida como Universidade, pelo Parecer nº 28/89 do Conselho Federal de Educação, homologado pelo Ministro da Educação, por intermédio da Portaria nº028, reconhecendo-a, respectivamente, como Instituição de Utilidade Pública Municipal e Federal.

A partir de 1992 começa a expandir no território de Santa Catarina por meio da abertura de unidade educacionais. Em 2002, a Universidade é credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) para ofertar cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade de Educação a Distância (EAD). Um ano depois, consegue o credenciamento para oferta de graduação a distância e autorização para atuar em cursos sequenciais.

O Curso de Bacharel em Serviço Social da Unisul apresenta metodologias de ensino diferenciadas e estágios curriculares, nos quais os universitários têm a oportunidade de estar em contato com a realidade social, conforme as informações no site da instituição, o curso é ofertado na modalidade presencial e a distância. O Serviço Social foi sempre requerido como uma profissão fundamentalmente interventiva, presente na prestação de serviços sociais, previstos pelas políticas sociais públicas e privadas. O assistente social atua na promoção da cidadania, analisa e compreende a dinâmica social e suas implicações no âmbito individual, grupal e comunitário. Atua no campo da gestão e avaliação de políticas sociais públicas e privadas, visando o desenvolvimento integral do ser humano e a promoção de melhores condições de vida. De acordo com site da UNISUL o discente formado no curso de Serviço Social da Unisul deve apresentar algumas competências singulares³².

³²Compreender os fundamentos históricos, éticos, teóricos, metodológicos específicos para a formação do assistente social; Atuar nas relações sociais mediante a compreensão sócio-histórica sobre o trabalho e a questão social; Gerenciar processos de planejamento, formulação e implementação de Políticas Públicas em saúde, educação, assistência, habitação, meio ambiente, segurança pública, defesa civil; Aplicar metodologias de intervenção no campo social que potencializem os indivíduos e grupos; Coordenar, assessorar, supervisionar e avaliar atividades em organizações sociais públicas e privadas; Produzir pesquisa social que subsidie a formulação de políticas e ações no campo social; Produzir academicamente e cientificamente; Atuar em situações de prevenção, de riscos e desastres; Atuar perante e no sistema de garantias de direitos fundamentais trans-individuais - em relação a crianças, adolescentes, pessoa idosa e portadores de necessidades especiais, além de outros direitos afins em processo de consolidação; Analisar os Direitos Humanos

Em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social (MEC, 2001), a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários, internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade. Identificar as demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social. Utilizar os recursos tecnológicos a serviço da qualificação do trabalho profissional na área social.

Universidade Anhanguera (UNIDERP)

A UNIDERP, criada em 1974, está localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, tem como missão integrar científica, cultural, técnica e filosoficamente sua área de abrangência, sendo agente geradora do desenvolvimento nacional sustentável e de inserção e emancipação social por meio da formação de profissionais competentes e comprometidos com o contexto socioeconômico e cultural brasileiro e regional. No ano de 2005 começa a ofertar cursos de pós-graduação lato sensu a distância, e neste mesmo ano decidiu ampliar a oferta para os cursos de graduação na modalidade EaD, credenciada pela portaria nº 4.069, de 29/11/2005. Em Sergipe conforme informações no site da instituição há um polo funcionando na cidade de Aracaju.

O Curso de Serviço Social surgiu no ano de 2006, por meio da Resolução 044/ CONSU/2006 e Resolução Nº 188/CONEPE/2006 e reconhecido pela portaria SERES 189/12 D.O.U e 01 de outubro de 2012. A renovação de reconhecimento do curso foi publicada na portaria nº 822 de 30 de abril de 2014, o regime de matrícula é seriado, é ofertado no turno da noite, com 90 vagas com integralização em 8 semestres.

como fundamento para defesa e promoção da cidadania de todos os cidadãos e a cidadania como exercício contínuo e em construção, em prol de si e da harmonia social; Deve saber fazer frente à exigência de novas relações de trabalho impostas pelo processo de globalização, mercado de trabalho e pela sociedade do conhecimento; Analisar a relação dos seres humanos com o trabalho e a construção da sua identidade em diferentes momentos da trajetória profissional; Produzir trabalho de conclusão de curso considerando a sistematização da experiência acadêmica construída no estágio em serviço social e as exigências de uma produção científica; Investigar, criar e atuar nos espaços sócio-ocupacionais a partir dos conceitos éticos e teórico-práticos em Serviço Social.

O curso de Serviço Social tem como objetivo formar profissionais aptos a atuarem em áreas de gestão das Políticas Públicas, tais como Saúde, Educação, Trabalho e Geração de Renda, Habitação, Assistência Social, Justiça; ONG's e do Terceiro Setor, empresas, assessorias e consultorias em Projetos Sociais. Em consonância com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, o perfil do egresso de seus graduandos, visa orientar não só para uma formação voltada para o reconhecimento acadêmico, como também contemplando indicadores que têm constituído referências para as provas de aferição de competências, tendo em vista o exercício profissional.

Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR

A Fundação Cesumar foi criada no ano de 1999 com o objetivo de administrar uma emissora de rádio (RUC FM) e um canal de televisão (TV UniCesumar – Canal 21 Net e 28 UHF), inicialmente criada apenas com caráter educativo e sem finalidade comercial, era destinada ao estágio e aperfeiçoamento dos estudantes dos cursos de Comunicação Social – Jornalismo e Publicidade e Propaganda - da UniCesumar.

O curso de Serviço Social³³ conforme as informações na instituição seguem as diretrizes curriculares para os cursos de Graduação em Serviço Social, deste modo, o aluno poderá atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Reconhecido pelo MEC | Portaria nº 1.039, de 03 de outubro de 2017 | Nota

³³O Curso de Bacharelado em Serviço Social da UNICESUMAR é referência de qualidade de ensino, com foco na formação generalista prepara você para atuar na elaboração, planejamento, execução e gestão das políticas públicas e privadas. O Curso de Serviço Social Unicesumar está inserido no contexto de uma instituição sólida que, de acordo com os indicadores do MEC, tem se destacado entre os 4% das melhores IES do país. Corpo docente altamente qualificado entre Doutores, Mestres e Especialistas, com vasta experiência profissional no campo das Políticas Públicas. Oficinas e Fóruns permanentes para alunos, supervisores acadêmicos e de campo de estágio supervisionado. Eventos científicos para debate com temas de demandas contemporâneas. Formação focada na perspectiva de direitos humanos e sociais e de cidadania. Forte atuação em prefeituras e ONGs. Participação de alunos em projetos de extensão universitária de Oficinas de Cidadania, Mediação familiar, Análise de Indicadores Sociais entre outros. (Dados extraídos do site em 30 de abril de 2018- unicesumar.edu.br/ead/cursos-graduacao/servico-social/)

5, carga horária de 3.320 horas, atividades complementares 100h, turno, noturno e Duração de 4 anos (48 meses)

A organização do curso de Serviço Social da EAD UNICESUMAR é por módulos permitindo que os ingressos sejam, basicamente, trimestrais, totalizando quatro novas turmas durante o ano letivo, além de agrupar conteúdos inter-relacionados, de forma a garantir a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Os módulos são compostos por disciplinas curriculares, cada qual com cem horas/aula distribuídas em dez semanas. Nessas semanas acontecem os momentos de autoestudo, os interativos e os presenciais obrigatórios. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um trabalho acadêmico obrigatório, de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado ao curso. O estágio supervisionado obrigatório faz parte da grade curricular, sendo indispensável para a aprovação e conclusão do curso.

Em Sergipe existem dois polos, em Itabaianinha em funcionamento, e outro em Tobias Barreto que não começou a oferta de cursos.

Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto

O Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto pertence ao Grupo Estácio de Sá, contribui para o desenvolvimento de capacidades e competências técnicas e promove valores éticos, de justiça e responsabilidade social. Possui uma infraestrutura que proporciona aos estudantes o acesso a práticas educativas atualizadas, que promovem o conhecimento e incentivam o empreendedorismo e o interesse no desenvolvimento social, econômico e cultural de Ribeirão Preto e região³⁴.

O Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto conta com 20 cursos de graduação: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Direito, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Produção, Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, Medicina e Fisioterapia, além dos tecnológicos de Design de Interiores, Gestão em Recursos Humanos, Logística e Redes de

³⁴(Dados extraídos em 20 de abril de 2018, portal.estacio.br/unidades/centro-universitario-estacio-de-ribeirao-preto/campi/sp/ribeirao-preto/ribeirania/).

Computadores. No segmento da pós-graduação lato sensu, na modalidade presencial, oferece cursos nas áreas de: Auditoria e Sistema de Saúde, Direito Público: Const., Administrativo e Tributário, Docência e Gestão do Ensino Superior, Gestão de Projetos, Gestão Financeira e Controladoria, Logística Empresarial, Perícia Contábil, Gestão Empresarial, Engenharia de Software, Engenharia de Segurança do Trabalho. Oferta cursos na presencial, a distância, Flex e Telepresencial.

Em Sergipe possui pólos: Aracaju, Barra dos Coqueiros e Estância. O site da Instituição não informa sobre o ano que surgiu, sobre a metodologia, infraestrutura do curso.

Centro Universitário Planalto do Distrito Federal- UNIPLAN

O Centro Universitário Planalto do Distrito Federal, é entidade sem fins lucrativos, criada em 1985. Faz parte da Associação Objetivo de Ensino Superior-ASSOBES, com sede na cidade de Goiânia/ GO. Conforme dados institucionais:

Objetivando estimular setores produtivos e promover o conhecimento em programas de cursos nas diversas áreas do conhecimento, a SOES elaborou o projeto de credenciamento para regularizar o funcionamento do Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília – CESUBRA, criado em Assembléia Geral Extraordinária realizada pela mantenedora em 07/11/1996. Para sua instalação, concorreram vários fatores, como o progresso e o desenvolvimento sempre constantes na cidade de Brasília e a necessidade social da região circunvizinha, ainda carentes de programas de formação superior, fato que tem levado a população estudantil a procurar grandes centros, distantes de sua residência e que, além dos transtornos que acarretam, ainda implicam em gastos extras, muitas vezes incompatíveis com o poder aquisitivo da comunidade. (Dados do site www.uniplan.df.edu.br/instituto/historico.asp em 10 de abril de 2018)

As diretrizes que norteiam o Projeto Institucional do UNIPLAN estabelecem como compromisso a busca de um padrão de excelência no ensino da Graduação, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado. A decorrência desta concepção geral é a de procurar formar um profissional que contribua para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos no nível de Graduação do Centro

Universitário devem conferir-lhe terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e as necessidades prioritárias da região e do País. Este conjunto de competências deve promover no aluno a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

O Curso de Serviço Social da UNIPLAN é Reconhecido pela Portaria ° 357 de 24/05/2018 e tem por finalidade formar assistentes competentes e comprometidos com o planejamento, a implementação, a coordenação e a avaliação de políticas e projetos sociais. O Curso tem duração de 3 anos e meio.

Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI

A Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI) foi fundada em 1999, na cidade de Indaial/SC. Fundada pelo professor José Tafner, a ASSELVI foi construída sobre princípios norteadores sólidos, inspirados em Leonardo Da Vinci. Em 2000, a ASSELVI tornou-se Faculdades Integradas do Vale do Itajaí (FACIVI).

No dia 2 de setembro de 2004, com a publicação da Portaria 2686, do Ministério da Educação (MEC): com quatro anos e meio de atividades, a instituição foi reconhecida como universidade, e tornou-se o Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI). Em 2004, a UNIASSELVI protocolou junto ao MEC pedido para oferecer cursos de graduação na modalidade a distância. O pedido foi atendido através da Portaria Ministerial 4.017, do dia 22 de novembro de 2005. Está presente em todas as regiões, oferta cursos de graduação e pós-graduação com metodologia diferenciada para cursos a distância (EAD). Oferece mais de 100 opções de cursos de graduação e pós-graduação a distância, com metodologia semipresencial. Conta com núcleo de apoio aos discentes, O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NUAP) da UNIASSELVI se constitui como um órgão consultivo e deliberativo, que, transversalmente a um processo cooperativo e colaborativo entre os polos e o Núcleo de Educação a Distância (NEAD).

Conforme dados no site da UNIASSELVI, o curso é reconhecido pelo MEC - Portaria nº 292, de 07 de julho de 2016, tem como objetivo³⁵. Em Sergipe possui pólos nas cidades de Aracaju, Estância, Lagarto.

Centro Universitário Internacional – UNINTER

Em 1996 foi criado o Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX) pelo professor Wilson Picler com o objetivo de ofertar cursos de pós-graduação presencial para professores do ensino básico da cidade de Curitiba. Em 2000 é criada a Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER) com a finalidade de ofertar cursos de graduação. No ano de 2002 inicia-se a oferta de cursos tecnológicos com a criação da Faculdade Tecnologia de Curitiba (FATEC)

Em 2012 há a fusão da FACINTER E FATEC e surge o Centro Universitário Internacional- UNINTER, onde ocorre a ampliação de cursos em outros estados do país. Conta com 460 pólos em todo Brasil e atende a 180 mil alunos com cursos na modalidade presencial e a distância.

A Graduação em Serviço Social a Distância pretende formar profissionais para atuarem como Assistente Social, desenvolvendo capacidades e habilidades para participação criativa e propositiva no conjunto da sociedade, em todas as esferas. Reconhecida pela portaria nº688, de 25 de maio de 2012. São ofertadas 1.000 (mil) vagas anuais. O Curso de Graduação em Serviço Social EAD tem a duração de 3.980 horas.

Faculdade Dom Pedro II

³⁵O curso a distância de Serviço Social - EAD visa formar profissionais capacitados para atuar na elaboração, implementação, execução, gestão, planejamento e avaliação de políticas sociais visando o fortalecimento de indivíduos e grupos sociais e o desenvolvimento social. A graduação EAD em Serviço Social forma um profissional com habilidades para atuar na prestação de consultoria e assessoria em instituições governamentais e não governamentais visando a defesa da cidadania, equidade e justiça social. Entre os diferenciais do curso está a flexibilidade oferecida pela modalidade a distância. No curso EAD, o aluno poderá contar com estudos online e encontros presenciais uma vez por semana. Além disso, a graduação possui professores e tutores capacitados e matriz curricular atualizada. A graduação em Serviço Social, na modalidade EAD, possibilita a atuação em organizações públicas, privadas, não governamentais e nos movimentos sociais, através de contratação direta ou através de assessoria e consultoria. O profissional, ao cursar Serviços Sociais, poderá atuar como assistente social para a gestão de planos, programas e projetos sociais

A Faculdade Dom Pedro II é uma instituição de ensino superior privada parte do grupo UNIDOM. Atualmente a Dom Pedro II (UNIDOM) possui 45 campi em 34 cidades. Oferecendo cursos de graduação nas áreas humanas, exatas e biológicas, a Dom Pedro II (UNIDOM) recebe em torno de 3,6 mil novos estudantes por ano, segundo dados do MEC. Faz parte do grupo UNIDOM, as faculdades: Dom Pedro II, a Dom Pedro II de Tecnologia, a Faculdade Dom Luiz em Ribeira do Pombal, a Unidade de Pronto Atendimento – UPA24h e o Hospital Alayde Costa. Conforme informações no site da faculdade, o grupo UNIDOM realiza atividades sócio-educativas e formam um grupo sólido e altamente especializado. Em 11 anos de atividades, possui 7 campi, composto pelas: Faculdade Dom Pedro II-Salvador, Faculdade Dom Pedro II de Tecnologia- Salvador, Faculdade Dom Pedro II-Jequié, Faculdade Dom Pedro II-Barreiras, Faculdade Dom Pedro II-Luis Eduardo Magalhães, Faculdade Dom Luiz-Ribeira do Pombal e Faculdade Dom Pedro II-Sergipe. Possui um complexo no interior do estado da Bahia, com hospital próprio, unidades de saúde, três unidades dos Balcões de Justiça e Cidadania e o reconhecimento do Ministério da Educação – MEC que aprovou os cursos com a maior nota entre as instituições privadas da Bahia. Atualmente, a Faculdade Dom Pedro II está alcançando estudantes em todo o Brasil, através de um centro de ensino online moderno, acessível e interativo. Os cursos na modalidade EaD foram credenciados pela Portaria Nº 415 do Ministério da Educação em 28 de Abril de 2015. Possui pólos EAD: Bahia, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo.

O curso de Serviço Social a Distância da Faculdade Dom Pedro II tem a finalidade de potencializar o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais a partir do conhecimento teórico/metodológico balizado por um posicionamento ético-político, de acordo com a legislação específica da profissão, principalmente a Lei que regulamenta a profissão (Lei Nº 8.662/93) e o Código de Ética profissional. O curso tem duração de 8 semestres, carga horária de 4259 horas. Coordenação: Edileusa Ribeiro do Prado.

No que diz respeito ao processo de formação profissional está fundamentado na apreensão das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que norteiam o fazer profissional, tendo em vista o reconhecimento das demandas sociais e a formulação de respostas profissionais competentes para a efetivação de mudanças na realidade social. O processo de

formação profissional contempla componentes curriculares que dialogam com as áreas do conhecimento das ciências sociais e humanas, além de componentes específicos da profissão. A perspectiva pedagógica pauta-se na compreensão do estudante como sujeito participante, individual e coletivamente, do seu processo de aprendizagem.

3.2- Trajetória e perspectivas da expansão da graduação em Serviço Social EaD em Sergipe

A trajetória de expansão do ensino superior no estado de Sergipe apresenta as características da educação superior brasileira. Conforme argumentações anteriores estão pautadas no declínio da educação como política pública, mediante a tecnificação, a mercadorização do conhecimento em decorrência da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), sob a hegemonia das finanças que incide nas transformações societárias em curso. Neste sentido, a apreensão do significado da expansão do ensino superior no Brasil e em Sergipe exige uma análise enquanto expressão de um processo mais amplo, que apresenta características particulares, considerado a região do país, mas que genericamente é parte constituinte das mudanças no padrão de acumulação capitalista e do modelo de regulação social decorrente.

O fenômeno, enquanto tal, nada tem de enigmático: as transformações societárias, reconfigurando as necessidades sociais dadas e criando novas (Heller, 1978), ao metamorfosear a produção e a reprodução da sociedade, atingem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os níveis (parâmetros de conhecimento, modalidades de formação e de práticas, sistemas institucional-organizacionais etc). O problema teórico-analítico de fundo posto pelo fenômeno reside em explicar e compreender como, na particularidade prático-social de cada profissão, se traduz o impacto das transformações societárias. (NETTO, 1996, p. 89)

Mészáros (2009) afirma que a crise de acumulação do capital caracteriza-se como uma crise endêmica e crônica, com a perspectiva de uma crise estrutural profunda. Uma das formas do capitalismo monopolista confrontar a crise é adotando um padrão de acumulação flexível, que traz em seu bojo um correspondente modo de regulação social. Ou seja, trata-se da tentativa do capital de recuperar o período da produção e repor seu projeto de dominação da sociedade. A política da educação

também está inserida no sistema do capital, este cria as condições históricas para a generalização da lógica de mercantilização universal que submete aos domínios o conjunto das relações sociais que tem no projeto neoliberal, a resposta da política ideológica do processo de reordenamento capitalista.

Neste sentido, ao analisar o processo de expansão da graduação em Serviço Social na modalidade EaD em Sergipe busca-se compreender o processo de consolidação da graduação de forma a identificar os desafios e as perspectivas para uma formação de qualidade. Para tanto esta análise não pode desconsiderar as transformações societárias em curso desde a década de 1970. Esse é um período caracterizado pela crise do modelo de expansão e pela demanda de reestruturação produtiva como tentativa de resposta a crise, e estende-se e exacerba-se até os tempos atuais, que colocam a reforma da educação num contexto de um arranjo internacional sob a coordenação dos organismos como o Banco Mundial (BM), a Organização do Comércio (OMC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Comissão Europeia (CE), e na América Latina e Caribe, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)³⁶, visando uma “nova ordem educacional mundial” (LAVAL; WEBER 2003), mudanças essas que estão presente na pauta dos Estados nacionais.

O Banco Mundial junto a outros organismos multilaterais assumem a função de recomendar as diretrizes do desenvolvimento liberal, alicerçados pelo Consenso de Washington, do Tratado de Marrakech e do Tratado de Maastricht.³⁷ Estes

³⁶ A Cepal em documento intitulado Transformación Productiva con Equidad. La tarea prioritária del desarrollo de la América Latina e Caribe en los años noventa, traz uma recomendação para região no sentido de fortalecer a democracia, ajustar as economias, estabilizá-las, incorporá-las às mudanças tecnológicas que estão ocorrendo nos países centrais.

³⁷ O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada em 1989, que visava a propalar a conduta econômica neoliberal com a intenção de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. Sua elaboração ficou a cargo do economista norte-americano John Williamson. As recomendações do **Consenso de Washington** eram: a) **Reforma fiscal**: promover profundas alterações no sistema tributário (arrecadação de impostos), no sentido de diminuir os tributos para as grandes empresas para que elas aumentassem seus lucros e o seu grau de competitividade; b) **Abertura comercial**: proporcionar o aumento das importações e das exportações através da redução das tarifas alfandegárias; c) **Política de Privatizações**: reduzir ao máximo a participação do Estado na economia, no sentido de transferir a todo custo as empresas estatais para a iniciativa privada; d) **Redução fiscal do Estado**: reduzir os gastos do Estado através do corte em massa de funcionários, terceirizando o maior número possível de serviços, e diminuição das leis trabalhistas e do valor real dos salários, a fim de cortar gastos por parte do governo e garantir arrecadação suficiente para o pagamento da dívida pública. Tais medidas foram amplamente criticadas por grupos de esquerda, que defendem que a retirada do Estado da economia e a abertura exagerada da economia para o capital internacional proporcionam a precarização do trabalho e a diminuição da qualidade de vida da população. (mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm) O Tratado de Marrakech

organismos multilaterais sob o lastro do Banco Mundial colocam a educação na função primordial de promoção do desenvolvimento, adequando as instituições de ensino às demandas do mercado. Nesse sentido, o Banco Mundial propõe uma ruptura com o modelo de Universidade centrado na produção científica, do conhecimento, por entender ser este modelo financeiramente oneroso e com reduzido retorno social.

Portanto, a mundialização do capital tem inflexões sobre a política de educação, uma vez que há uma tendência de estabelecer uma “nova ordem educacional mundial” impulsionada pelos organismos internacionais. Tendência essa reforçada na Declaração de Sorbonne, documento final da Conferência Mundial de Educação Superior, realizada pela UNESCO, em Paris, no ano de 1988 ao recomendar qual papel deve desempenhar a “Educação Superior no Século XXI”. Importante destacar que as orientações que surgem com a “nova ordem educacional mundial” desregulamenta a política de educação em nosso país, sustentada na flexibilização e nos resultados, o que potencializou o ensino superior privado, e a partir de 2004 o surgimento com mais força dos cursos superiores na modalidade EAD.

Na Figura 4 a seguir, observa-se uma acentuada diferença entre o número de vagas do setor privado para o setor público, enquanto nas IES públicas federais têm-se 453.859 vagas, nas IES privadas há 9.911.651 vagas. Outro dado estatístico relevante do Censo do Ensino Superior/2016 que mostra a prioridade e a expansão do ensino superior no país no setor privado em detrimento da educação pública são os números de vagas dos cursos de graduação na modalidade a distância, enquanto nas IES federais é de 23.113 vagas, nas IES privadas são 4.432.103 vagas.

Figura 4 – Vagas oferecidas para ingresso nas graduações no Brasil/2016

Vagas oferecidas para ingresso em cursos de graduação em 2016												
Número de vagas em cursos de graduação, por modalidade de ensino e tipo de vaga, segundo a categoria administrativa – Brasil 2016												
Categoria Administrativa	Vagas de Cursos de Graduação											
	Total Geral				Presencial				A distância			
	Total Geral de Vagas	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes	Total	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes	Total	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
Total Geral	10.662.601	7.873.702	19.302	2.769.497	6.180.251	3.937.129	18.891	2.224.231	4.482.250	3.936.573	411	545.266
Pública	750.850	572.122	12.065	160.663	700.703	529.239	11.704	159.760	50.147	42.883	361	6.903
Federal	453.859	333.900	5.723	114.236	430.746	315.722	5.368	109.656	23.113	18.178	355	4.580
Estadual	205.173	170.485	5.693	28.995	188.304	155.450	5.687	27.167	16.869	15.035	6	1.828
Municipal	91.818	67.737	649	23.432	81.653	58.067	649	22.937	10.165	9.670	0	495
Privada	9.911.651	7.301.580	7.237	2.602.834	5.479.548	3.407.890	7.187	2.064.471	4.432.103	3.893.690	50	538.363

(OMC) Acordo de Marrakesh que cria a Organização Mundial de Comércio e Acto Final, de 15 de Abril de 1994. O tratado de Maastricht foi assinado em 1992 e deu origem ao que hoje é a União Européia.

Fonte: INEP, 2017.

O modelo de expansão da educação superior no Brasil, como já sinalizado em capítulo anterior, ocorre em meio à contrarreforma do Estado brasileiro, um período em que há a expansão das políticas liberais no último quarto do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, particularmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002) onde o Estado passa por mudanças estruturais, aderindo as diretrizes do Consenso de Washington, como expressão da adesão tem-se a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), e do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. É no governo de Fernando Henrique Cardoso que se dá a aprovação da lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Seguindo as diretrizes do BM, a política de educação superior, nos governos de FHC (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010), facilitou a expansão do ensino privado, elevação das matrículas na graduação com a redução/otimização dos investimentos públicos para Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), consolidação da Educação à Distância (EaD) e a implementação de avaliações nacionais com controle de resultados (com a instituição do Exame Nacional de Cursos e, seu substituto, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). (GUIMARÃES MONTE; SANTIAGO, 2011, p. 24)

No que diz respeito aos Governos Lula (2003-2010), a expansão do ensino superior evidencia a continuidade das políticas de ajuste neoliberais do governo FHC, conforme receituário do Banco Mundial, priorizando a iniciativa privada e tendo como principal mecanismo a consolidação dos cursos de graduação na modalidade de Ensino a Distância (EaD), Decreto 5.622, de 19 de dezembro 2005, acompanhado de uma expansão das IES e do número de matrículas no ensino público. É no Governo Lula (2003-2010) que o Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ganha força e forte reação nos meios acadêmicos públicos federais, pois intensificava a precarização das condições de trabalho e compromete a qualidade do ensino.

Nos governos de Lula da Silva, ressalta Lima (2008), a política de expansão apresenta diferenciações e continuidades. Basicamente, a diferenciação se deu na forma da expansão, por meio de três ações. Em 2004, temos a aprovação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI5), por meio da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro, regulamentada pelo Decreto nº 5.245, de 15 de outubro de

2004, posteriormente convertida na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e regulamentada pelo Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005.

O Programa objetiva ampliar o quantitativo de matrículas no setor privado por meio da concessão de bolsas de estudo (Integral e Parcial), e oferece renúncia fiscal em quatro tributações (IRPJ6, PIS7, CSLL8 e INSS) 9. O desenvolvimento do PROUNI, no período 2005-2010, possibilitou a expansão de 112.275 bolsas, em 2005, para 240.441 bolsas, em 2010, totalizando 1.127.886 bolsas (Integral – 57,3%) nos 6 anos¹⁰. Também no governo Lula da Silva foi regulamentada, pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, a oferta de cursos de graduação na modalidade de EaD. Isso impulsionou a expansão geral das matrículas em cursos de graduação: de 5,3 mil, em 2001, para 838,1 mil, em 2009 (GUIMARÃES MONTE; SANTIAGO, 2011, p. 25).

Nota-se que se trata de um processo de vagas, tanto no setor público quanto (em maioria) no setor privado. Essa expansão pode ser observada pelos dados oficiais, apresentado pelo INEP (2017), conforme figura 5 a seguir, que apresenta um crescimento nas matrículas nas modalidades presenciais e EaD, sendo, nesta modalidade, um crescimento significativo no período compreendido entre os anos de 2006 e 2016. No caso de Serviço Social, embora não esteja apresentado na figura, é importante salientar, conforme explicitam Pereira et al (2014), tratar-se de expansão acentuada de vagas.

Figura 5 – Evolução das Matrículas em Graduação/2006-2016



Em 2016, a modalidade a distância representava pouco mais de 4% das matrículas de graduação. Nos últimos 10 anos, a educação a distância vem aumentando sua participação na educação superior. Em 2016, são mais de 1,4 milhão de alunos estudando nos cursos EaD, o que já representa uma participação de 18,6% dos alunos de graduação no país.

Fonte: INEP, 2017

Como acentua o INEP (2017), o Brasil chega ao ano de 2016 com uma oferta de matrículas na modalidade EaD com quase 20% do total de matrículas na educação superior. Em dez anos, essa modalidade apresentou um aumento de mais de cerca de 300% de matrículas. A. Silva (2016, p.154) destaca que:

É perceptível o aumento das IES privadas em relação à quantidade de públicas, processo desenvolvido por intermédio da diferenciação institucional das IES, pois não houve grande crescimento de universidades (estas que são pautadas pelo tripé ensino, pesquisa e extensão). A lógica, portanto, é dimensionar a expansão de instituições voltadas somente para o ensino de graduação, limitando as possibilidades de ampliação das vivências acadêmicas e políticas. Nesse cenário, o EaD tornou-se um dos mecanismos mais utilizados na expansão, interiorização e regionalização da educação.

O autor apresenta uma tabela sobre o processo de expansão das matrículas no EaD no ensino superior privado entre 2002-2012, conforme natureza jurídica. A Tabela 1 abaixo, construída por A. Silva (2016) com base no Inep (2013) e Cruz (2015) evidencia a dinâmica de expansão do EaD no Brasil, e os dados de 2002 mostram que o próprio Estado atuou como agente expansionista do ensino a distância, diversificando as modalidades de ensino, conforme as recomendações do Banco Mundial. Particularmente, a partir de 2006, os números passam a se inverter, o potencial mercantil volta-se para a exploração do EaD como nicho de mercado. (A. SILVA 2016, p, 156). Os dados de 2012 evidenciam que 83,69% das matrículas estão no ensino privado e 16,31% no ensino público (INEP, 2013; CRUZ, 2015).

Tabela 1 – Total de Matrículas no Ensino Superior entre 2002-2012.

Ano	Privado	Público	Total
2002	6.392	34.322	40.714
2006	165.145	42.061	207.206
2010	748.577	182.602	930.176
2012	932.226	181.624	1.113.850

Fonte: A. SILVA, 2016.

O autor chama a atenção, neste processo expansionista do EaD no Brasil no período de 2002 a 2012, para a ampliação como instrumento de “pseudodemocratização” do acesso ao ensino superior, isto porque aumentou o número de vagas com o interesse de atingir as metas governamentais do que ampliar uma formação crítica. Para o autor,

Desse modo, a virtualização do processo de ensino e aprendizagem promove um quadro de configurações às dinâmicas formativas, dimensionando uma “nova” lógica aos processos pedagógicos, os quais tendem a aprofundar o caráter residual, pragmático e tecnicista na educação. Além disso, atua como indutor das configurações do papel do trabalho docente, haja vista a afirmação da figura de tutores em detrimento da figura do professor (A. SILVA, 2016, p. 156-157)

Quando nos deparamos com questões como as que estão sendo postas em dados estatísticos conforme apresenta A. Silva (2016), pode-se afirmar que as questões e os desafios da formação e produção do conhecimento crítico serão enfrentadas no quadro contraditório em que defrontam as estratégias de flexibilização da educação superior. Inclusive essa realidade coloca para as unidades de formação, docentes, categoria profissional e alunos à necessidade de repensar e de buscar novas estratégias de resistência a mercantilização e precarização das condições de ensino do Serviço Social.

A graduação em Serviço Social na modalidade presencial no Estado de Sergipe é ofertada pelas IES da Tabela 2a seguir, conforme pesquisa no site do E-mec:

T
Tabela 2 – Instituições, ano de curso e vagas: modalidade presencial Serviço Social/SE.

Instituição de Ensino Superior	Ano do Curso	Vagas Autorizadas
Universidade Federal de Sergipe	1967	140 anual
Universidade Tiradentes – Aracaju	1989	300/anual Em extinção
Universidade Tiradentes – Estância	2007	150/anual Em extinção
Universidade Tiradentes – Itabaiana	2007	250/anual Em extinção
Universidade Tiradentes – Propriá	2007	340/anual Em extinção
Faculdade São Luís de França	Não iniciado	100/anual
Faculdade Amadeus	Não iniciado	200/ anual
Faculdade Sergipana	2013	100/ anual
Faculdade Dom Pedro II	2006	100/anual
Faculdade UNINASSAL Aracaju	2014	240/anual
Faculdade UNIRB Aracaju	2014	200/ anual
Faculdade Jardins	2017	100/anual
TOTAL DE VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS PELO MEC		2.220 vagas anuais

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do site emec.mec.gov.br

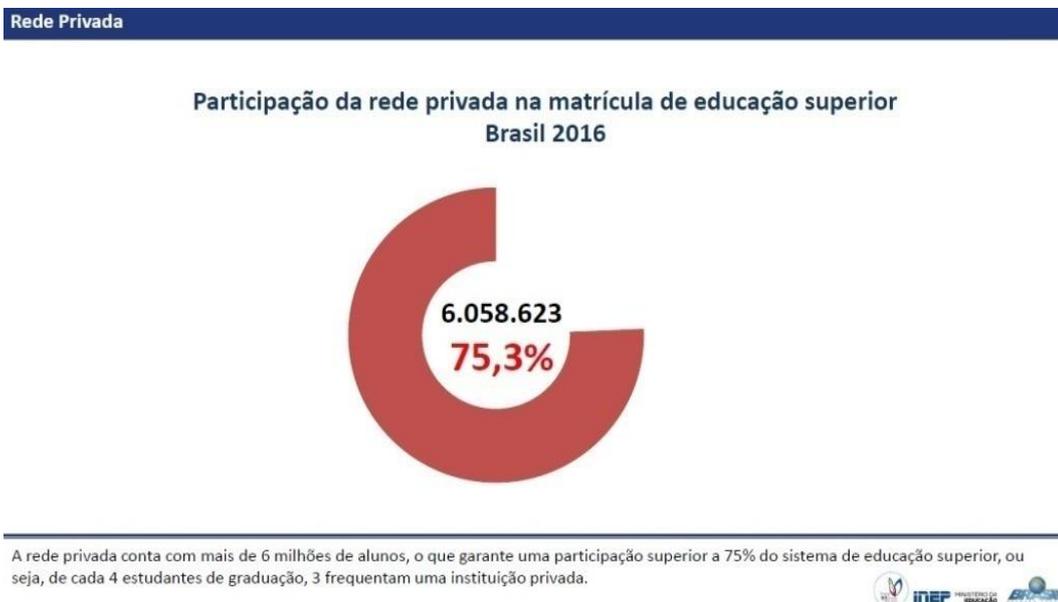
Uma tendência que vem acontecendo no país com relação às universidades privadas que ofertam a graduação em Serviço Social é que os cursos presenciais estão em extinção, e os cursos em funcionamento com mais expressão são os da modalidade a distância. Particularmente este fenômeno em Sergipe vem ocorrendo com a Universidade Tiradentes, que com a extinção de 1.040 vagas reduz em quase metade a oferta de vagas para a modalidade presencial. Esta IES, por outro lado, oferta 1.100 vagas na modalidade EaD nos Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Em Sergipe, são 25 polos indicados para oferta de curso, com 920 vagas distribuídas em 17 polos, conforme

levantamento no site E-Mec. Uma pesquisa da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES) aponta:

[...] que caso a tendência de crescimento nas matrículas no ensino superior continue a mesma, em 2023 o número de ingressantes por meio da educação à distância (EAD) nas universidades particulares será maior que o daqueles que entram para cursos presenciais. De acordo com o estudo, a projeção é que em 2023 haja 2.276.774 matrículas novas de ensino superior na educação à distância, o correspondente a 51% do total, enquanto que os cursos presenciais das instituições particulares registrarão 1.993.319 ingressantes. Os últimos dados do Censo da Educação Superior 2016, divulgados no ano passado pelo Ministério da Educação (MEC), mostram que nas instituições privadas o número de alunos que entraram em cursos presenciais naquele ano era 1.637.461, enquanto que 818.691 ingressaram na educação à distância (ESAB).

O Censo de Educação Superior 2016 (INEP, 2017) mostra que o número de ingressos continua crescente nas instituições privadas. Em 2016, quase 6 milhões de alunos se tornaram novos estudantes do ensino superior, sendo que 75,3% inscritos na rede particular. A rede teve um crescimento de 2,9% em número de novos alunos, enquanto as públicas tiveram uma queda de 0,9%.

Figura 6 – Matrículas na Educação Superior em rede privada/2016



Fonte: INEP, 2017.

Em Sergipe identificamos no site do E-mec a relação com 13 IES que ofertam a graduação em Serviço Social na modalidade a distância, conforme Figura 1 (cf. p. 25). Diante da análise da expansão das IES pesquisadas, pode-se afirmar que a política educacional para o ensino superior no Brasil e em Sergipe, construída

nos moldes das diretrizes dos organismos internacionais, contribui para consolidar e aprofundar a expansão da rede privada subsidiada pelos recursos públicos, por meio dos FIES submetendo à educação aos interesses do capital. Assim, cada vez mais acentuando a crise no ensino público, com a privatização do ensino público, através da venda de serviços educacionais por meio de fundações e das parcerias público e privado.

Ao trazer esses impactos da política educacional para a formação em Serviço Social é imprescindível destacar que a democratização do ensino superior atrelada à expansão dos cursos de graduação, sem garantia de qualidade, embasada no ensino a distância, traz para o Serviço Social grande desafio: o dever da categoria, acompanhar os dados estatísticos, e é o que se propõem também esta pesquisa, mas prioritariamente não abrir mão de lutar por uma concepção de formação profissional alicerçada num tempo espaço construído historicamente.

3.3- Uma análise da estrutura curricular nas IES pesquisadas: desafios do fortalecimento das Diretrizes Curriculares na modalidade EaD em Serviço Social

A análise da estrutura curricular das IES pesquisadas neste estudo parte da premissa que o ponto central da formação profissional deve levar o aluno a compreender a realidade social, nas suas várias dimensões e determinações, históricas, econômicas, culturais e políticas. Além disso, a formação de novos assistentes sociais deve está fundamentada pelos princípios explicativos de diferentes concepções e matrizes teórico-metodológicas e articuladoras das ciências sociais e do Serviço social, que desde a década de 1980, vem afinando suas análises, a partir da teoria social crítica, principalmente nas visões do materialismo histórico e dialético.

Nesse sentido, a observação aqui realizada está respaldada nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social³⁸, documento que é produto de um amplo e

³⁸As atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996) da antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social) expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora. O processo de consolidação das diretrizes de 1996 é tributário dos debates oriundos do III Congresso

sistemático debate realizado pelas unidades de ensino, tendo como perspectiva fundante da formação profissional um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social. E, é através de um processo de historização do movimento da realidade que pressupõe adoção de uma teoria social crítica, que é possível compreender a questão social, como eixo básico da formação profissional dando ênfase a dois supostos básicos, de ordem teórica e histórica. Sob a luz desse enfoque, o Serviço Social tem historicamente na questão social sua base sócio-histórica e, por isso, a estrutura curricular dos cursos não podem perder de vista este elemento central constitutivo da relação entre a profissão e a realidade social. Em verdade, é indissociável a relação da ótica da produção com reprodução das relações sociais. Dessa forma, torna-se imprescindível apreender o significado social do Serviço Social e, sobretudo, considerar que a profissão é polarizada por interesses de classes e condicionada pelas relações entre Estado e sociedade civil. Nessa perspectiva, apreender o significado social da profissão tendo por fundamento a divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, supõe, segundo lamamoto (1984, p. 45),

[...] historizar a noção de profissão, situando-a como um dos elementos que participam da reprodução das classes sociais e do relacionamento contraditório entre elas. Isto supõe considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas dimensões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais, expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre a prática profissional; e a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem um sentido, uma

Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, e da construção das bases para o Currículo Mínimo de 1982, nos quais se podem pensar os marcos do projeto de profissão, no que tange à formação profissional. Na Convenção Geral da ABESS em 1993 indica-se a necessidade de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982, como resultado do avanço teórico crítico construído pela categoria nesse período “Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências contemporâneas” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 58).

Entre 1994 e 1996 ocorreram diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares. Segundo o documento da ABESS/CEDEPSS de 1996 foram: 200 oficinas locais, em 67 unidades de formação acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e 02 nacionais.

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02-03). (Fonte: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>)

direção ao exercício profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais.

É preciso também sublinhar que a formação profissional não se reduz a oferta de disciplinas que propiciem uma titulação ao assistente social para responder a uma condição para sua inserção no mercado de trabalho. Conforme Iamamoto (2007), se este é um elemento presente no processo de formação, ele o extrapola. Formação profissional significa preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado. Também a questão não se reduz a recusa sistemática à modalidade à distância, estes elementos também estão presentes na formação na modalidade presencial e em universidades públicas.

A autora acrescenta que

A pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às “demandas flexíveis do mercado” estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às “normas do mercado”, parte da estratégia do grande capital na contenção das contradições sociais e políticas condensadas na questão social. Os desdobramentos envolvem um processo de despolitização da categoria, decorrentes, ainda, isolamento do processo de ensino envolvido no EaD e falta de experiência estudantis coletivas na vida universitária. Mas a questão central não é exclusivamente a modalidade de ensino à distância, que pode se mostrar como técnica eficaz em diferentes situações se tratada com qualidade acadêmica e direção intelectual e política. Assim não se trata simplesmente de uma recusa ingênua da tecnologia do ensino a distância, mas de compreendê-lo no conjunto das diretrizes norteadoras da reforma do ensino superior, capitaneada pela sua privatização e pela lógica da lucratividade que redireciona os rumos da universidade brasileira. O estímulo ao EAD é um incentivo para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais- este sim o seu objetivo maior- a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isto que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2015, p. 441).

Esse panorama do ensino superior compromete a direção social do projeto profissional e estimula a reação conservadora e regressiva no universo acadêmico e profissional do Serviço Social brasileiro, com repercussões políticas no processo de organização da categoria. Tal afirmativa traz à tona a questão levantada por esta pesquisa: quais as consequências do ensino do Serviço Social na modalidade EaD, em Sergipe, para uma formação profissional crítica e de qualidade, como preconizam as Diretrizes Curriculares e o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro? O que tem se revelado nas análises desta pesquisa é que há um ponto

comum da expansão dos cursos à distância é a liderança da iniciativa privada, uma vez que tem nessa modalidade de ensino uma oportunidade de ampliar seus lucros e que sua localização em capitais, e em cidade médias como é o caso de Aracaju. Certas cidades do estado de Sergipe tendem a polarizar economicamente a região, principalmente no âmbito dos serviços educacionais.

Sobre esta questão, concorda-se com a reflexão de Iamamoto (2015, p. 442) de que

Essa distribuição espacial é possivelmente indicativa do processo de regionalização da classe trabalhadora e do agravamento da questão social, que acompanha o desenvolvimento e a interiorização das atividades econômicas, criando novos pólos de pobreza. Elas requerem iniciativas de controle das possíveis ameaças e insurgências dos trabalhadores mediante a assistencialização da questão social. A hipótese a ser verificada é se a expansão do ensino acompanha a expansão da classe trabalhadora nessas regiões e o agravamento real ou potencial da questão social.

Portanto, decifrar as raízes desse processo expansionista do ensino superior na área de Serviço Social supõe entender quem são os sujeitos que o impulsionaram como já foi abordado na pesquisa. Mas também implica em estudos mais detalhados por parte daqueles que investigam, produz conhecimento no meio acadêmico, e daqueles situados no mercado de trabalho como parte integrante da categoria que trabalha com o Serviço Social. Uma análise, portanto, que seja capaz de decifrar que a intensa e recente expansão dos cursos de graduação no circuito do ensino privado tem sérias implicações para a formação acadêmica e para o exercício profissional, principalmente se estes novos cursos não acompanharem o processo coletivo de elaboração e implementação das Diretrizes Curriculares³⁹ para os cursos de Serviço Social da ABEPSS.

A pesquisa analisou a estrutura curricular das IES que disponibilizam no site das instituições pesquisadas. Das pesquisadas, a UNIP, a UNISUL, a UNIDERP, a UNIPLAN apresentam a relação das disciplinas cursadas durante o curso de

³⁹Iamamoto comenta: É oportuno lembrar que as Diretrizes Curriculares legalmente vigentes não exprimem integralmente o projeto de formação profissional da ABEPSS. A proposta das diretrizes curriculares, encaminhada ao então Ministério da Educação e do Desporto, foi fruto de uma construção coletiva das unidades de ensino, com ampla representatividade, sob a liderança da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Esta proposta, referendada pela então Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, assessora da Secretaria de Ensino Superior - SESu-, do MEC para assuntos relativos ao Serviço Social, foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, onde sofreu uma forte descaracterização. (IAMAMOTO, 2015, p. 445)

graduação sem especificar a metodologia, módulos ou semestres. O UNICEMAR e UNINTER disponibilizam a grade curricular em módulos. A UNESA, a UNIT, a UNOPAR, o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, a ULBRA, o UNIASSELVI e a Faculdade Dom Pedro II organizam matriz curricular da graduação em Serviço Social na modalidade EaD por semestres, como tradicionalmente as IES que ofertam a graduação em Serviço Social na modalidade presencial organizam sua grade curricular. Essa característica de aproximação do currículo EaD com o presencial pode ser fruto da adaptação do curso presencial que essas instituições e/ou filiadas a elas também oferecem.

Ao construir a matriz curricular, embora os sites divulguem o compromisso das IES com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, é possível identificar a ausência em algumas matrizes curriculares das IES pesquisadas, a exclusão da disciplina, como por exemplo, a de Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social. As diretrizes curriculares para o curso de graduação em Serviço Social estabelecem que os alunos tenham acesso a um conjunto de conhecimentos produzidos nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, articulados aos saberes do Serviço Social, propiciando uma formação sustentada em três Núcleos de Fundamentação: Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira e Fundamentos do Trabalho Profissional.

Os três Núcleos de Fundamentação propicia ao aluno um conjunto de saberes fundamentais, conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos necessários à compreensão do ser social enquanto totalidade histórica, situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa. O segundo núcleo focaliza estudos sobre a constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, no contexto da internacionalização, considerando o processo urbano-industrial e a diversidade regional e local, e também a constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais; seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto e, sobretudo, as relações entre Estado e Sociedade. O Núcleo Fundamentos do Trabalho Profissional compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo. Nele estão demarcadas a sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica; os componentes éticos norteadores do exercício profissional, a pesquisa, o

planejamento e a administração em Serviço Social.

Nesse sentido, as matrizes curriculares da graduação em Serviço Social, independente da modalidade de ensino, presencial ou à distância, devem favorecer uma capacitação crítico-analítica, reflexiva e investigativa que possibilite a construção de seus objetos de ação em suas particularidades sócios institucionais para a definição criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional⁴⁰.

No quadro sobre a estrutura curricular das instituições de ensino superior que ofertam a graduação em Serviço Social na modalidade EaD registra-se um elenco de disciplinas que por não permitir um acesso às suas ementas não possibilitam uma análise mais aprofundada. Contudo, alguns elementos coletados conduzem ao entendimento que os currículos são flexíveis, a questão do estágio supervisionado representa um grande desafio para estas unidades de ensino e para o corpo docente. Há que se compreender que

A formação profissional generalista e particularizada em nível de Serviço Social (tão necessária e cara aos intelectuais) torna-se uma capacitação fragmentada, por temáticas, nada afeita e útil a uma abordagem de totalidade, portanto incapaz de apanhar as múltiplas e complexas determinações que explicam o exercício profissional do assistente social e a “questão social”. A capacitação, nesses termos, quando existe, serve para instrumentalizar primeiramente as demandas institucionais, hoje centradas nos núcleos familiares (em nome da “emancipação” das famílias e de seus membros) e nos programas assistenciais (nas diversas formatações). Além desse esvaziamento que identifica formação com capacitação por áreas fragmentadas, a própria noção generalista da formação profissional é absolutamente deturpada (J. SILVA, 2016, p.131)

Considerando a análise do autor, depreende-se que uma formação deficitária produz um contexto no qual o assistente social será incapaz de fazer uma leitura da realidade que lhe é colocada e da qual faz parte, contrária ao que se espera de um profissional competente e prepositivo. Uma formação incompleta e que se contrapõe à necessidade de pensar criticamente o tipo de inserção desejada pelo profissional e pela categoria profissional dos assistentes sociais.

O Serviço Social construiu ao longo de sua trajetória recente um projeto de formação profissional alicerçado em um direcionamento crítico que vincula as bases da profissão à superação da ordem burguesa, do qual não se poderia prescindir na

⁴⁰Associação Brasileira De Ensino Em Serviço Social - ABESS. Formação Profissional: trajetória e desafios. São Paulo: Cortez, 1997. nº 7.

graduação, seja presencial ou à distância. A ausência de condições que permitam identificar esse projeto na proposta de formação em algumas IES pode ser um indicativo de a modalidade EaD na graduação em Serviço Social, mas é notável que apresenta limites para a formação de profissionais com competência crítica para atender às demandas sociais, uma vez que não atende as diretrizes curriculares preconizadas pela ABEPSS. Nesse sentido, conforme ressalta Chagas (2016, p. 54),

É importante destacar que a precarização no processo formativo atinge também as Instituições Públicas de Ensino. Como já explicitado, estas instituições passam por um forte sucateamento com reflexos na formação profissional, conforme trabalhos de Spotorno (2011), Cislighi (2011) e outros, que tratam diretamente do tema da precarização da Universidade Pública presencial e a formação em Serviço Social. Cabe situar, entretanto, que tal precarização apresenta desafios à formação profissional, no âmbito de uma modalidade de ensino que é capaz de oferecer formação de qualidade.

Assim, a questão não se resume a um possível antagonismo entre IES públicas e privadas, presenciais e a distância. Expressa um desafio que traz em seu bojo uma precarização geral da educação superior, contudo ao tratar nesta pesquisa uma análise de uma modalidade de ensino em especial, tende a apresentar limites para propor uma formação em Serviço Social de qualidade.

3.4- Análise do Projeto Pedagógico da Graduação em Serviço Social das Instituições de Ensino Superior na Modalidade EAD em Sergipe

Na pesquisada realizada nos sites das IES que fazem parte do universo da pesquisa identificamos que o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social não se encontra disponível para consulta em todas as IES. A informação nos sites consta que o acesso apenas é permitido aos alunos matriculados. Na tentativa de coletar tão importante dados, foi encaminhado as instituições de ensino superior, que ofertam a graduação em Serviço Social na modalidade EaD em Sergipe, um ofício solicitando o acesso aos seguintes documentos: o projeto pedagógico do curso (PPC); a estrutura curricular, com o programa das disciplinas; local de oferta, informações sobre o número de alunos matriculados, por polo, desde o início do curso. Infelizmente, apenas a UNINTER viabilizou o acesso ao Projeto Pedagógico, as demais IES não disponibilizam as

informações, conforme ofício de solicitação. Portanto, das 13 IES pesquisadas houve disponibilidade de uma IES, outrasduas universidades encontramos o PPC na *internet*: Universidade Tiradentes e Universidade Estácio de Sá.

A análise do projeto pedagógicos das instituições de ensino superior UNINTER e UNIT, as quais disponibilizaram a consulta, é consubstanciada no entendimento de que o processo de construção da formação profissional em Serviço Social no Brasil está orientado pela perspectiva emancipatória da classe trabalhadora e de toda humanidade. Tal concepção está vinculada ao direcionamento do projeto ético-político profissional⁴¹ e baseia-se na perspectiva de que a construção de um projeto pedagógico crítico para os cursos de Serviço Social deve constituir um conjunto de diretrizes e estratégias que informam a prática pedagógica alinhadas com as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social da ABEPSS⁴².

O projeto pedagógico crítico, sintetizado nas diretrizes curriculares desde 1996, um dos instrumentos do novo projeto ético-político profissional, representa um processo coletivo em construção permanente sob a coordenação da ABEPSS, que parte do currículo mínimo de 1982 para avançar na reafirmação da nova direção social e do novo perfil profissional e superação de desvios e lacunas histórico-políticas, conceituais e éticas de sua construção (ABREU, 2016, p. 237).

Conforme salienta a autora, trata-se de um processo que avançou no contexto contraditório e na contracorrente da política de educação superior, no país, desde os anos 1970, sob a égide da “racionalidade técnica” atribuída às funções do Estado, pela “modernização conservadora” da ditadura militar e defendida pela atual

⁴¹Aborda-se a construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social como tendência hegemônica no “processo de renovação do Serviço Social” (Netto, 2001), nos marcos do denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina- movimento de crítica e superação do Serviço Social tradicional deflagrado nesse continente em 1965, tendo como marco histórico a realização, em Porto Alegre, de um Seminário intitulado “Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina” que reuniu intelectuais da área do Serviço Social de diversos países do continente, entre os quais: Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia e México. No Brasil, esse processo apresenta dois momentos distintos, sendo o primeiro até o final dos anos de 1970, marcado pela influência do projeto desenvolvimentista na perspectiva da “modernização conservadora” sob os ditames da Ditadura Militar, tende para a revisão metodológica sem romper com o conservadorismo, para atender a demanda da “racionalidade técnica” no desempenho em “micro e macroatuação” (CBCISS, 1967); e o segundo a partir dos anos 1980 aponta na “direção dos interesses coletivos das classes subalternas” (Carvalho et al., 1984), hoje, afirmada pela ABEPSS, CFESS/CRESS, ENESSO na perspectiva da emancipação humana, ainda com polêmicas referidas à função histórica do Serviço Social em relação a essa perspectiva. (ABREU, 2016, p. 236)

⁴²O novo currículo mínimo elaborado coletivamente sob a coordenação da então ABESS e aprovado em 1979 foi implementado a partir de 1983, após aprovação pelo Conselho Federal de Educação através da Resolução n. 6, de 23 de setembro de 1982, que fixa mínimos de conteúdos e duração do curso de Serviço Social. (ABREU, 2016, p. 237)

política de educação neoliberal. Ou seja, toda uma estratégia para a formação do novo profissional “moderno” polivalente, empreendedor e colaborador, adaptado à necessidade da nova fase capitalismo. Abreu (2016), ainda assevera que as diretrizes curriculares/1996, como um dos instrumentos do novo projeto ético-político profissional encontram-se profundamente ameaçadas, nas condições de desenvolvimento da formação profissional no âmbito da atual política da educação superior.

Nesse passo, a mediação da ABEPSS na construção do projeto pedagógico da formação profissional em Serviço Social orientada pela perspectiva emancipatória da classe trabalhadora e de toda humanidade, constitui-se como dos principais sujeitos na construção da formação profissional desde os anos de 1980. Essa é uma abertura parpossibilidade de ampliação do seu campo de influência na formação, na produção do conhecimento e na articulação mais ampla com os pesquisadores, com as Unidades de Ensino, e com as entidades da categoria e estudantis, e com outras entidades da organização da classe trabalhadora. Entende-se que

As diretrizes curriculares de 1996 representam um avanço substantivo no processo de construção do projeto pedagógico da formação profissional em Serviço Social, principalmente no que se refere à afirmação das “dimensões interventivas e investigativas como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria-realidade” (ABEPSS, 1977, p.63), e à instauração de uma nova lógica curricular, com base na articulação de “um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em núcleos de fundamentos, constitutivos da formação profissional” [...]: “núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social: núcleo de fundamento da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; núcleo de fundamentos do trabalho profissional” (idem, ibidem, loc. Cit. (ABREU, 2016, p. 253; 253).

Cabe acentuar que esta proposta curricular, por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996) foi enquadrada no formato de diretrizes para atender a lógica da flexibilização econômica na base da reforma da educação. No enquadramento da ABEPSS às exigências da LDB a preocupação foi manter a essencialidade da proposta curricular quanto à direção social, aos princípios fundamentais, à lógica curricular e aos conteúdos organizados nos três grandes núcleos de fundamentação, na intencionalidade de garantir uma formação com competência teórica, técnica e ética no âmbito da prestação direta de serviços e da ação educativa, formativa e organizativa junto aos sujeitos atendidos. Porém, no processo de aprovação pelo

Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2001, as Diretrizes foram descaracterizadas em seu conteúdo, com reducionismos teórico-metodológicos e desvios éticos-políticos.

Diante desta questão, há um fator que ganha contornos preocupantes e que tem sido discutido nesta pesquisa, o incentivo e as estratégias privatistas mercantilistas da formação por competência, isto é, pragmática, flexível e instrumental que vem se consolidando no país desde os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994/2002) e intensificada nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/ 2011) e Dilma Rousseff (2012/201) via PROUNI, REUNI, FIES, entre outras estratégias que sucateiam a qualidade do ensino.

Ao analisar o projeto pedagógico do curso de graduação em Serviço Social do Centro Universitário Internacional (UNINTER) identificou-se que a construção da Proposta pedagógica buscou atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Serviço Social parecer n.º: CNE/CES 492/2001 Colegiado: Ces. Aprovado Em: 03/04/2001, conforme o documento, Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharel em Serviço Social Modalidade a Distância.

Ressalta-se do documento:

O bacharel em Serviço Social formado pela Uninter será um profissional dotado de formação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo; intelectual e cultural; crítico e competente, em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. É um profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Em sua atividade, analisa e compreende a dinâmica social e as dificuldades individuais, grupais e comunitárias; mobiliza potenciais políticos e de defesa e garantia dos direitos de cidadania. Em sua atuação, visa o desenvolvimento integral do ser humano e a promoção do bem estar social, primando pelos princípios éticos e de segurança (PPC p. 64).

O documento ainda destaca,

Considerando as finalidades, a concepção, os objetivos e o perfil profissional indicado na organização curricular, o Curso de Bacharel em Serviço Social na modalidade a distância está organizado em três Ciclos: Ciclo 01: Transformações da Sociedade Contemporânea, Ciclo 02: Contexto das Transformações Societárias e Ciclo 03: Atuação Profissional – Espaços sócio – ocupacionais e Serviço Social. O Ciclo 01 está constituído por disciplinas que abordam conteúdos essenciais que aproximam os alunos ao curso e das

concepções fundantes teórico e metodológicas do Serviço Social que sustentam a profissão na sociedade contemporânea. O Ciclo 02 traz disciplinas que aprofundam o estudo das transformações sociais contextualizando-as e reportando-se a evolução do Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho. Por fim, o Ciclo 03 contempla disciplinas que fundamentam e aprofundam os conhecimentos pertinentes a formação e prática profissional ampliando horizontes da agenda do assistente social na efetivação do trabalho, atendendo assim as exigências das diretrizes curriculares do curso

Nesse sentido, ao analisar do ponto de vista da elaboração teórica do projeto pedagógico do curso de graduação em Serviço Social da UNINTER, observou-se que foi construído conforme as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Serviço Social. No documento não há uma abordagem direta das diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social da ABEPSS, desenhadas coletivamente pela categoria profissional no período entre 1994 e 1997, partes fundamentais das informações encaminhadas pela Comissão de Especialistas (ABEPSS) foram suprimidas, de forma sucinta, destaca-se as supressões no que se refere ao perfil do formando, às competências e habilidades e aos conteúdos das matérias e disciplinas. Portanto, a simplificação nas diretrizes curriculares revela um projeto de formação conflitante com a proposta de formação construído pela categoria do Serviço Social.

Ao coletar dados sobre o Estágio Supervisionado é que se identificou uma referência as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, conforme, registro abaixo:

O processo de estágio supervisionado em Serviço Social tem como referências a Lei nº 11788 de 25/setembro/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão), o Código de Ética do Profissional (Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993), as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), a Resolução CFESS nº 533 de setembro de 2008 e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010 (PPC, p. 154).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) não considera como atividade indispensável e integradora do currículo o estágio supervisionado, permitindo dessa forma que os projetos dos cursos de Serviço Social fossem mais simplificados e extremamente diversificados, provocando uma flexibilização do processo formativo. Considerando o contexto de agravamento da precarização do estágio curricular, potencializada pela expansão do EaD, no qual os requisitos indispensáveis ao processo de supervisão não são cumpridos, é promulgada a resolução nº 533/2008/CFESS, regulamentando a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

A concepção de supervisão direta é elucidada no art. 4º § 1º, da seguinte maneira:

[...] a conjugação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo aluno no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo e a orientação e avaliação a serem efetivadas pelo supervisor vinculado à instituição de ensino, resulta na Supervisão Direta

O Artigo 4º enfatiza, ainda, que a relação entre a unidade acadêmica e a instituição pública ou privada deve ser estabelecida no sentido de garantir ao aluno os requisitos básicos para a realização do estágio por meio de um projeto de trabalho apresentado pelo supervisor de campo à unidade de ensino, incluindo a proposta de supervisão no momento de abertura do campo de estágio, cabendo ainda, aos supervisores acadêmicos e de campo, e ao aluno construir o plano de estágio, em que constem papéis, funções, atribuições e dinâmicas do processo de supervisão. Em contrapartida, é necessário que a instituição campo de estágio assegure espaço físico adequado, disponibilidade do supervisor de campo para o acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, nos termos da resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”.

No tocante ao estágio supervisionado para os cursos de Serviço Social outro importante instrumento no fortalecimento e na defesa das condições pedagógicas do estágio é a Política Nacional de Estágio⁴³ – PNE, (ABEPSS, 2009). Para a PNE, o

A Política Nacional de Estágio (PNE) é um instrumento político pedagógico que tem por objetivo orientar os estágios supervisionados em Serviço Social na luta por uma educação de qualidade. Coloca o estágio como um dos momentos privilegiados da formação profissional na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A partir da concepção de estágio das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, em abril de 2010, a entidade torna pública a versão final deste documento.

A PNE apresenta de forma minuciosa a concepção de estágio, já presente nas Diretrizes Curriculares. Ela traz os princípios norteadores do estágio supervisionado, reforça a supervisão direta de estágio (Resolução 533 do CFESS), define parâmetros para o número de alunos por supervisor acadêmico, elucida questões sobre o estágio obrigatório e não obrigatório, define as atribuições de cada sujeito envolvido no processo de estágio, incentiva a construção dos Fóruns de Supervisão e aponta estratégias para a construção das Políticas de Estágio nas Unidades de Formação Acadêmicas.

A PNE apresenta uma leitura da realidade do seu tempo, norteia-se por um debate sobre a concepção de universidade que temos e qual modelo defendemos numa sociedade marcada pela luta de classes. A construção da PNE foi orientada por princípios democráticos e descentralizados de debates coletivos. A partir de um documento base, construído por representantes de cada regional da ABEPSS, foram realizadas 06 oficinas regionais, que tiveram a presença de 175 unidades de formação acadêmica e 4.445 participantes. Reforçar a PNE na sua unidade de ensino, assim como as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a Resolução 533 do CFESS, o Código de Ética de 1993 e a Lei 8662/93, é seguir na defesa de uma educação de qualidade, que permita aos futuros assistentes sociais construir análises calcadas na realidade social e construir respostas profissionais nos espaços sócio institucionais, garantindo assim a direção social do projeto ético político do Serviço Social.

estágio é concebido como um processo didático- pedagógico que se consubstancia pela “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABESS- CEDEPSS, 1997, p.62), referendando um dos princípios das DC para o curso de Serviço Social. Caracteriza-se o estágio também numa atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção de estudantes nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham assistentes sociais, capacitando para o exercício profissional, com especial atenção nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Ao considerar as questões citadas, na presente dissertação, no que concerne ao projeto pedagógico do Curso de Serviço Social da UNINTER é imprescindível evidenciar que a categoria profissional é desafiada frente à expansão da graduação em Serviço Social na modalidade EaD, a formular estratégias de enfrentamento e respostas concretas de defesa do ensino de qualidade frente a lógica curricular flexível, centrada no aluno como produtor do conhecimento, que transformam o processo educacional em mera mercadoria. Observa-se que o documento analisado não apresenta aspectos regionais, o PPC é direcionado para todos os polos da UNINTER do país.

O Projeto Pedagógico de Serviço Social da Universidade Tiradentes, conforme a introdução do PPC é o resultado da construção das diretrizes organizacionais, estruturais e pedagógicas, com a participação do corpo docente. O projeto pedagógico do curso está articulado com as bases legais e a concepção de formação profissional que favoreça o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional da Assistente Social, como a capacidade de observação, criticidade e questionamento, sintonizada com a dinâmica da sociedade nas suas demandas locais, regionais e nacionais, assim como com os avanços científicos e tecnológicos. Destaca-se do documento que

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Tiradentes – Unit está em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Serviço Social, Projeto Pedagógico Institucional da Unit – PPI e seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, fundamentado nas necessidades socioeconômicas, políticas, educacionais, demanda do mercado de trabalho no Estado de Sergipe e as condições institucionais da IES para expansão da oferta de cursos. O PPC está organizado de modo a contemplar os critérios indispensáveis à formação de um assistente social dotado das competências essenciais para o exercício profissional frente ao contexto sócio-

econômico-cultural e político da região e do país (Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes, 2018, p. 6)

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UNIT apresenta uma contextualização da instituição e justificativa do curso, aborda aspectos econômicos, sociais, políticos e educacionais do estado de Sergipe. E traz a proposta pedagógica sinalizando, ano de criação, ato regulatório, reconhecimento por parte do MEC. Objetivo geral, Específicos, Perfil Profissiográfico, Campo de Atuação.

De acordo com o documento, organização curricular e metodológica do curso, estabelece o currículo:

uma instância dinâmica e flexível, alimentada pela avaliação constante do processo de aprendizagem e do curso. Buscou-se, superar a ação formativa escolarizada e limitada que prende o currículo em uma ideia de “grade curricular”, concebendo-o como um conjunto de ações que cooperam para a formação humana em suas múltiplas dimensões. Desta forma, apresenta uma estrutura que faculta ao profissional a ser formado a articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além da articulação direta com a pós-graduação, especialmente no que se refere às atividades acadêmico-científico-culturais (PPP UNIT, 2018, p. 40).

Destaca a proposta pedagógica do curso de Serviço Social da Unit:

No curso de Serviço Social da UNIT são adotados os princípios da não-especialização, da interdisciplinaridade e da flexibilidade na formação profissional por meio de componentes curriculares, cujas unidades programáticas contemplam a formação geral, a formação específica (básica e própria da profissão) e a formação complementar. Estas, por sua vez coadunam-se aos Eixos Estruturantes (Fenômenos e Processos Básicos, Práticas Investigativas, Formação Específica e Práticas profissionais) do Projeto pedagógico Institucional – PPI, que objetivam sistematizar a complementaridade dos conteúdos, saberes, ações e competências verticalmente, em grupos de unidades programáticas e/ou disciplinas que guardam certa proximidade quanto às finalidades específicas da formação. Nessa perspectiva, as competências estabelecidas ao longo de todo o curso, norteiam as disciplinas ou campos do saber, consonante com a missão da Unit, o objetivo do curso e o perfil profissiográfico do egresso (PPP UNIT, 2018, p. 51).

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UNIT revela a importância para o Eixo de Formação Complementar, e traz uma atenção para temas transversais (PPPUNIT, 2018, p. 53). Os temas transversais ampliam a ação educativa, adequando-se aos novos processos exigidos pelos paradigmas atuais e as novas exigências da sociedade pós-industrial, do conhecimento, dos serviços e da informação, visando promover a formação de cidadãos conscientes do seu papel

no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil. Na proposta pedagógica do curso de Serviço Social da Unit, há uma ênfase na Integração Ensino/ Pesquisa/ Extensão/Núcleos de Pesquisa e Geradores de Extensão, conforme proposta visa à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e é concebida como princípio institucional e pedagógico indispensáveis para a formação profissional.

O desenvolvimento das atividades acadêmicas associadas tem por objetivo possibilitar ao estudante os meios adequados para ampliar os conhecimentos indispensáveis à sua formação, além de despertar e fomentar suas habilidades e aptidões para a produção de cultura. Quanto ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, na Unit, as atividades de estágio estão ligadas ao Eixo Estruturante de Práticas Profissionais (PPI) que compreende as unidades orientadas para o exercício e inserção dos estudantes em atividades inerentes a sua profissão, bem como promover a interação multiprofissional, culminando na apreensão de habilidades e competências do seu campo de atuação.

Ao analisar a estrutura da proposta pedagógica do Curso de Serviço Social da Unit em relação às diretrizes gerais para os cursos de Serviço Social da ABEPSS/Novembro de 1996, observa-se que conforme os princípios que fundamentam a formação profissional nas diretrizes gerais da ABEPSS, a proposta pedagógica em análise orientou-se no sentido da flexibilidade para construir o currículo pleno. Na proposta pedagógica da UNIT, o documento expõe com clareza o processo de estágio, contudo não detalha como se dá na modalidade EAD. Nesse passo, a proposta pedagógica contempla os eixos fundamentais da formação profissional, porém, a questão que se levanta é como os eixos fundamentais da formação profissional presente na proposta pedagógica não fica comprometida frente à lógica dos cursos de graduação de Serviço Social EaD na atualidade na medida em que lhe é imposta sua mera adequação às exigências do mercado.

Oliveira, (2009, p. 106), salienta que

Não se pode conceber a formação profissional do assistente social como o simples aprendizado de conteúdos herméticos, restringindo-se à instrumentalização técnica, transmitidos num determinado espaço de tempo, mas sim a capacitação teórico-metodológica, alicerçada numa vertente crítica, que permita compreender a realidade social no seu movimento estrutural e em sua conjuntura.

A partir dessa compreensão é imprescindível sublinhar que o processo pedagógico para uma formação qualificada e com parâmetros críticos exige uma relação pedagógica direta, em que acontece em todas as fases/semestres da

graduação permita ao aluno um contato direto com o corpo docente, na modalidade EaD. Este contato é seriamente limitante e prejudicado considerando que o processo de aprendizagem é pautado pelas tecnologias de informação. Um exemplo são os estágios, a supervisão direta não acontece, pois ocorre de forma virtual, mediada pelo tutor, muitos destes tutores não têm uma qualificação adequada para serem supervisores acadêmicos, como mestrado. Um dado muito relevante sobre as IES pesquisadas é que nas páginas das instituições de ensino superior, não foi encontrado a relação dos docentes, detalhando sua titulação, seu perfil, conforme o quadro com a relação dos docentes exposto neste capítulo, várias IES não disponibilizam a relação. A Política Nacional de Estágio da ABEPSS (ABEPSS, 2010, p. 11), afirma

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais.

Nesse passo, ao considerar o crescimento acelerado das ofertas de vagas nas IES privadas, e um modelo de uma proposta pedagógica desconectada das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social da ABEPSS, conclui-se que há perda significativa para o perfil de profissional delineado pelo projeto de formação da ABEPSS. Ou seja, aquele perfil nascido de uma formação profissional competente na dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-interventiva. Sendo assim, o perfil de profissional formado na modalidade EaD tem como desafio produzir profissionais que sejam capazes não somente de compreenderem a realidade, mas com um arcabouço teórico crítico capaz de questioná-la e delinear estratégias de ações profissionais que afirmem os direitos sociais de cidadania.

Outro fator preocupante em relação é a supervisão de campo, é que parte dos pólos EaD se encontra distribuída em municípios de pequeno e médio porte, apresentando uma dificuldade de encontrar campo de estágio, visto que em cidades menores há um número menor de assistentes sociais. Tal realidade contribui para dificultar a realização do estágio, e quando estes acontecem acabam sendo

realizados em condições adversas e contrárias aos parâmetros da Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010) e da Resolução CFESS 533/2008 (CFESS, 2008).

Segundo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2009), a produção de pesquisa deve ser transversal ao processo de formação profissional, este é elemento preocupante em relação aos discentes formados na modalidade EaD. Embora as IES pesquisadas, ofertantes de cursos de Serviço Social se enquadrem como universitárias, neste sentido, a realização do tripé ensino, pesquisa e extensão ficaria limitado, isto porque o docente pesquisador necessita de condições de trabalho efetivas, o que envolve carga horária e dedicação do docente efetiva, e com um pequeno número de alunos no processo de Iniciação Científica, uma realidade contrária a natureza e dinâmica da modalidade EaD. Sendo assim, afirma Pereira (2013, p. 65) “o perfil do formando na modalidade EaD será marcado pela realização de estágios precários, pela ausência da transversalidade da pesquisa ao longo da formação, bem como da ausência de rica vivência junto à comunidade acadêmica e a um corpo docente com perfis e trajetórias teóricas distintas. Trata-se, logo. De um perfil empobrecido de formação profissional.

Destaca-se que durante a pesquisa nos sites de algumas instituições como já sinalizado, não se localizou o projeto pedagógico disponível, apenas as informações destacadas no Quadro 2 (cf. p. 110). Nesse sentido, foi necessário recorrer à solicitação oficial junto às IES e apenas uma instituição disponibilizou, a UNINTER. Em razão do prazo para conclusão do mestrado, recorreu-se à pesquisa na *internet* com êxito nos casos das seguintes IES: UNIT, FDP II, UNIP, UNESA, UNOPAR e UNIDERP.

Ressalte-se que somente os projetos pedagógicos da UNIT e da UNINTER trazem elementos sobre a regionalização e sobre o Estado de Sergipe nas propostas pedagógicas. Trata-se de grupos educacionais distintos, mas que atentam para um dado significativo da formação profissional.

As demais instituições, vinculadas a grupos empresariais que se consolidam no mercado educacional⁴⁴, não particularizam a realidade regional ou sergipana, o que

⁴⁴ Maior expressão da mercadorização do ensino superior no Brasil, o Grupo Kroton Educacional S.A. é a maior empresa de educação do mundo e agrega as seguintes IES que ofertam Serviço Social na modalidade EaD em Sergipe: UNOPAR, UNIP, UNIDERP. A tentativa de fusão com o Grupo Estácio, o segundo maior número de estudantes, foi rejeitada pelo Conselho Administrativo do Ministério da Justiça (CADE) em junho de 2017. Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1896900-cade-reprova-compra-da-rede-de-ensino-superior-estacio-pela-kroton.shtml>

consequentemente não indica o potencial do curso de Serviço Social para o desenvolvimento da região. Essa situação revela que por parte destas IES uma tendência de massificação e mercantilização do ensino, o que ameaça e compromete a qualidade de formação profissional em Serviço Social.

3.5- Corpo Docente do Serviço Social no EaD em Sergipe

A análise do corpo docente constitui-se, para além do atendimento ao objetivo da dissertação, uma possibilidade de refletir sobre um aspecto nem sempre presente quando se trata do estudo sobre a modalidade EaD. Pretende-se, assim, focar esse aspecto, a fim de compreender, a partir de um determinado perfil de docentes, a relação com as diretrizes curriculares da área.

Dentre as instituições analisadas, apenas quatro disponibilizam no seu quadro o corpo docente: UNIP, UNIT, ULBRA e FDP II.

A UNIP apresenta em seu site uma lista com docentes do curso de Serviço Social. É interessante perceber que se trata de um corpo docente composto por profissionais de diversas áreas de formação e com titulação também diversificada, com apenas três docentes sem titulação *stricto sensu*. Do total de 34 docentes indicados na página da instituição, nove têm graduação em Serviço Social. Os demais 25 docentes, todos com titulação *stricto sensu*, há uma diversificação de áreas de formação (alguns com dupla graduação): Psicologia, Pedagogia, Direito, Comunicação Social, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, Medicina Veterinária, Economia, Química, Administração, Estudos Sociais, Engenharia Química, Ciências Biológicas, Engenharia Civil, Matemática, Arquitetura e Urbanismo. Dentre profissionais de Serviço Social, observa-se a concentração de mestres, como apresenta o Quadro 3 a seguir. Importa destacar que profissionais de Serviço Social possuem experiência na área, em vários campos de atuação, e dois terços com contratação em Tempo Integral (TI). No caso de pesquisa, não foram localizadas informações disponíveis.

Quadro 3 – Corpo Docente Serviço Social da UNIP: Titulação, Experiência, Regime de Trabalho e Campo de Pesquisa

GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA	REGIME DE TRABALHO	CAMPOS DE PESQUISA
Serviço Social	Mestrado em Políticas Sociais Especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.	Experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando nos seguintes temas: assistência social, saúde, criança e adolescentes, fundamentos históricos e serviço social escolar.	TI Celetista 20H	Sem informação
Serviço Social	Mestrado em Direito Mestrado em Administração Especialização em Administração de Recursos Humanos.	Experiência na área de Serviço Social como docente do ensino superior de 25 anos e profissional na área de gestão pública, com ênfase em Serviço Social.	TI 10h	Sem informação
Serviço Social	Mestrado em Políticas Sociais. Especialização em Recursos Humanos. Especialização em Administração Hospitalar e Gestão.	Experiência em implantação e coordenação de voluntariado	TI	Sem informação
Arquitetura	Mestrado em Educação. Especialização em Administração de Recursos Humanos.	Área ambiental	TP Celetista 20h	Sem informação
Serviço Social	Especialização em Gestão da Comunicação Empresarial	Área de Assistência Social	TP	Sem informação
Serviço social	Mestre em Ciências	Área de Saúde Coletiva	TI	Sem informação
Serviço Social	Especialista Dependência Química	Experiência na área de Serviço Social	TI	Sem informação
Serviço Social	Mestre em Educação	Sem informação	TI	Sem informação

Fonte: Organizado pela autora, com base nas informações no *site* da instituição e currículos docentes.

Observa-se que embora a IES seja universidade, não se localiza junto ao corpo docente específico da área de Serviço Social, pesquisas na área, algo que nas diretrizes curriculares é apontado como inerente à formação profissional. Outro ponto a destacar é o regime de trabalho: embora a instituição indique que há tempo integral nas contratações, há situações em que a carga horária de docentes é incompatível com essa denominação.

Na UNIT, conforme se observa no Quadro 4 a seguir, o corpo docente é composto por 14 profissionais, dos quais 13 com titulação *stricto sensu*. São oito docentes com formação em Serviço Social (sete com mestrado e um com doutorado) e as demais áreas abrangem: Psicologia, Ciências Sociais, Pedagogia, Filosofia, Engenharia Química e Economia. Entre docentes da área de Serviço Social, cinco desenvolvem ou estão vinculados a pesquisas. Um destaque a ser feito refere-se ao regime de trabalho: docentes da área possuem, pelo menos, tempo parcial, o que pode ser entendido como dedicação ao curso.

Quadro 4 – Corpo Docente Serviço Social da UNIT: Titulação, Experiência, Regime de Trabalho e Campo de Pesquisa.

GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA	REGIME DE TRABALHO	CAMPOS DE PESQUISA
Serviço Social	Mestrado em Ciências Ambientais Especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais	Experiência na área de Formação Profissional e Meio Ambiente	20h	Serviço Social, Questão Socioambiental e Políticas Sociais. Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais.
Serviço Social	Mestrado em Sociologia Especialização em Serviço Social.	Experiência na área de Serviço Social	Celetista formal 30h	
Serviço Social	Mestrado em Serviço Social. Especialização em Política Social. Especialização em Terapia Familiar e de Casal	Tem experiência na área de Serviço Social	Celetista 40h	Serviço Social, Mercado de Trabalho, Questão Social.
Serviço Social	Mestrado em Serviço Social.	Professor Assistente I	20h	Grupo de Estudos sobre

	Especialização em Gestão em Organizações Sociais.			a Mulher e Família
Serviço Social	Doutorado em Ciências Mestrado em Serviço Social. Especialização em Serviço Social e Política Social.	Experiência na área de Serviço Social	Celetista formal 40h	Ciências Sociais Aplicadas / Área: Serviço Social. Linguística, Letras e Artes / Área: Artes / Subárea: Artes Plásticas.
Serviço Social	Mestrado em Administração em Recursos Humanos. Especialização em Serviço Social.	Professor de pós-graduação	30h	Formação e Prática Profissional do Serviço Social
Serviço Social	Mestrado em Administração; Especialização em Psicologia Educacional.	Experiência na área de Serviço Social	Celetista 32h	
Serviço Social	Mestrado em Sociologia Especialização em Associativismo e Cooperativismo	Projetos sociais	Não informado	Sexualidades e Gênero; Mulher; Identidades; Serviço Social.

Fonte: Organizado pela autora, com base nas informações no site da instituição e currículos docentes.

A ULBRA apresenta um quadro docente composto por 40 profissionais vinculados ao curso de Serviço Social, sendo dez com formação na área, e alguns com duas formações, inclusive um do Serviço Social. Docentes de outras áreas possuem, na maioria, formação em áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes como classifica a CAPES e o CNPq, a saber: Pedagogia, Ciências Sociais, Comunicação Social, Teologia, Economia, Letras, Filosofia, Direito, Administração, Psicologia. Dentre docentes de outras áreas há 11 formações em Letras e oito formações em Teologia (considerando que há docentes com duas formações).

Quadro 5– Corpo Docente Serviço Social da ULBRA: Titulação, Experiência, Regime de Trabalho e Campo de Pesquisa.

GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA	REGIME DE TRABALHO	CAMPOS DE PESQUISA
-----------	-----------	-------------	--------------------	--------------------

Serviço Social	Doutorado em Teologia Mestrado em Teologia	Experiência na área de Serviço Social	40h	Pesquisa em SS
Serviço Social	Mestrado em Serviço Social.	Experiência na área de Serviço Social	19h	Relações Étnico/Raciais e de Gênero.
Serviço Social	Mestrado em Serviço Social	Experiência em Ensino, Pesquisa, Extensão Universitária e Consultoria nas áreas de Política de Assistência Social, Família e Redes Sociais.	40h	Atua na área de mediação
Ciências Sociais	Doutorado em Serviço Social. Mestrado em Ciências Sociais.	Experiência na área das Ciências Humanas e Sociais	40h	Cidades: Políticas Públicas, Redes e Sustentabilidade; Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente NECA
Serviço Social	Mestrado em Serviço Social Especialização em Saúde Comunitária.	Experiência em Dinâmica dos Grupos pela SBDG - Consultora em Gestão Social	dedicação exclusiva.	educação e intervenção social: perfis e alternativas de formação de educadores sociais
Serviço Social	Mestrado em Saúde Coletiva. Especialização em Saúde Coletiva.	Experiência na área de Serviço Social, Pessoas com Deficiência e Saúde Coletiva.	Professor celetista 40h	Sem informação no currículo
Serviço Social	Mestrado em Serviço Social	Experiência na Fundação de Atendimento Sócio Educativo	dedicação exclusiva.	Sem informação no currículo
Serviço Social	Mestrado em Serviço Social. Especialização em Metodologia do Serviço Social.	Experiência na área de Serviço Social	celetista 40h	Sem informação no currículo
Serviço Social	Doutorado em Gerontologia biomédica. Mestrado em Educação.	Experiência na área de Serviço Social	dedicação exclusiva.	teologia prática e ação social. projetos sociais e educação.
Serviço Social	Especialização em Responsabilidade Social e Sustentabilidade. Especialização em Adiministração e Planejamento de Projetos Sociais.	Experiência na área de Serviço Social	30h	captação de recursos, gestão programas e projetos gestão pública.
Serviço Social	Doutorado em Serviço Social.	Experiência na área de Serviço	Celetista 40h	Práxis teológica no contexto

	Mestrado em Serviço Social. Especialização em Gerontologia Social.	Social		pluralista sócio-religioso. aconselhamento e psicologia pastoral.
--	--	--------	--	---

Fonte: Organizado pela autora, com base nas informações no *site* da instituição e currículos docentes.

Do quadro docente geral, há 38 com titulação *stricto sensu*. Entre aqueles com especialização há uma pessoa do Serviço Social. Docentes de Serviço Social possuem regime de trabalho que expressa dedicação ao curso e desenvolvem pesquisa, conforme especifica o Quadro 5.

Com relação à FDP II, o curso tem nos seus quadros sete docentes, sendo dois com formação em Serviço Social e os demais nas áreas de Administração, Letras, Pedagogia, Filosofia e Turismo. O corpo docente é formado por três mestres e quatro especialistas, sendo no Serviço Social uma mestra e uma especialista com regime de trabalho de tempo parcial. As duas docentes do Serviço Social desenvolvem pesquisa, conforme se apresenta no Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – Corpo Docente Serviço Social da FDP II: Titulação, Experiência, Regime de Trabalho e Campo de Pesquisa.

GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA	REGIME DE TRABALHO	CAMPOS DE PESQUISA
Serviço Social	Especialização em Administração e Desenvolvimento de RH MBA em gestão de cooperativas de saúde pela fundação	Experiência como Assistente Social e Gestão administrativa em diversos segmentos, como Serviço Social, Saúde Mental e Hospitalar, Gestão de Pessoas e Processos, home care, Gestão de Atendimento.	Celetista Formal, Enquadramento Funcional: Professor Titular, Carga Horária: 18	Ciências Sociais Aplicadas / Área: Serviço Social / Subárea: Docência.
Serviço Social	Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo Especialização em Gênero e Desenvolvimento	Trabalhou na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher como Assistente Social. Bolsista do Núcleo de Estudos Interdisciplinares	Celetista Formal, Enquadramento Funcional: Docente, Carga Horária: 20	Ciências Sociais Aplicadas Área: Serviço Social.

	Regional	sobre a Mulher (NEIM) - Salvador/BA, no Projeto Observatório da Lei Maria da Penha.		
--	----------	---	--	--

Fonte: Organizado pela autora, com base nas informações no *site* da instituição e currículos docentes.

A ausência de informações de nove instituições, embora dificulte a análise, não impede de perceber algo que comumente é apresentado nas críticas à modalidade EaD no Serviço Social: a falta de aderência às diretrizes curriculares, ainda que haja um projeto pedagógico que explicita perfil e objetivos (cf. Quadro 2), pode ser expressa no distanciamento da formação docente, além das condições de trabalho, que nem sempre permitem o desenvolvimento de pesquisas, um dos eixos importantes nas diretrizes curriculares da área.

Outra análise que merece destaque quando falamos do quadro docente das instituições é a tendência seguida pelas IES apenas de corresponder às exigências do Instrumento de Avaliação de Projeto Político Pedagógico dos Cursos de nível superior para autorização e reconhecimento do curso pelo MEC. O SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), criado em 2004, é uma ferramenta dos avaliadores na verificação das três dimensões do instrumento: Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura constante no Processo Pedagógico do Curso- PPC. Em relação ao SINAES, as entidades do Serviço Social brasileiro (Conjunto CFESS-CRESS, Abepss e Enesso) criticam o Enade/Sinaes, porque esse modelo de avaliação serve para ranquear os cursos, sem uma preocupação com a qualidade dos mesmos, potencializa a educação como mercadoria nas universidades privadas, transfere a responsabilidade pelo processo de formação para os alunos, além de avaliar somente os resultados, desconsiderando os processos de formação como uma totalidade. Nesse sentido, o SINAES cumpre o papel de “certificar produtos educacionais, numa clara perspectiva mercadológica, sem a garantia da qualidade da política pública de educação superior no Brasil, conforme cita o documento da ABEPSS sobre Avaliação do Ensino Superior no Brasil. (2013/2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de pesquisa que resultou nesta dissertação teve por objeto a Modalidade EaD em Sergipe, particularmente a sua influência na formação em Serviço Social. Por meio de uma pesquisa documental foi analisado o processo de consolidação da graduação em Serviço Social nessa modalidade, ao tempo em que se identificou o perfil do corpo docente e a presença das diretrizes curriculares do Serviço Social da ABEPSS nos projetos pedagógicos das IES pesquisadas. Importante ressaltar que a presente dissertação reafirma a concepção de que o direito ao ensino superior requer o acesso ao conhecimento acadêmico de qualidade, com foco na tríade ensino-pesquisa-extensão, dimensões constitutivas da instituição universitária, que no caso do Serviço Social deve estar sintonizada com a uma leitura crítica da realidade, independente da modalidade dessa formação.

Observou-se que a expansão do ensino superior na modalidade EaD é o resultado das mudanças ocorridas no capitalismo, e no Brasil da contrarreforma do Estado com forte rebatimento na política de educação, que seguiu a cartilha dos órgãos internacionais para os países periféricos. Nesse sentido, o entendimento da expansão do EaD no ensino superior perpassa pela compreensão do papel do Estado, das universidades, como lócus do conhecimento, da força das Tecnologias de Informação e comunicação após a década de 1990, e seus rebatimentos na política educacional do país.

Para o cumprimento dos objetivos propostos alguns elementos foram indispensáveis para compreender a modalidade EaD em Serviço Social como, por exemplo: a) Serviço Social apresenta particularidades que determinam a importância e preponderância do ensino presencial em todas as fases do processo formativo, especialmente em decorrência da indicação de realização da pesquisa e investigação; b) a realização do estágio supervisionado com a presença de supervisores acadêmicos e de campo, com supervisão direta (CFESS, 2008), pode ser comprometida na modalidade EaD, se esse acompanhamento não se efetivar em conformidade com a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010); c) faz-se necessário estruturar o projeto político pedagógico e compor o corpo docente na modalidade EaD em conformidade com o que propõem as Diretrizes Curriculares, sob o risco de a formação profissional não atender ao que pressupõem as diretrizes.

Depreende-se dessa forma, que a hipótese central da dissertação foi confirmada, de que a modalidade EaD na graduação em Serviço Social pode apresentar limites para a formação de profissionais com competência crítica para atender às demandas sociais, uma vez que não atende de forma plena as diretrizes curriculares preconizadas pela ABEPSS e, de acordo com as críticas divulgadas por meio da produção do Conjunto CFESS-CRESS, a própria compreensão da natureza interventiva, ética e política da profissão.

No transcurso da pesquisa percebeu-se que embora exista uma defesa de que o ensino superior EaD é uma forma de democratizar o acesso ao ensino superior, como orientam alguns organismos internacionais como o BM e UNESCO, tal modalidade fortalece uma formação na qual se pode questionar a qualidade, ainda que possibilite o acesso à diplomação. O aumento significativo de instituições privadas e de vagas na modalidade EaD, principalmente a partir da segunda metade da década de 2000, favoreceu uma nova forma a mercantilização da educação na sociedade brasileira.

No caso da consolidação da expansão do Serviço Social na modalidade EaD em Sergipe, pode-se extrair alguns aspectos. O primeiro está ligado à expansão do EaD na área a partir de 2006. No caso de Sergipe, é nesse mesmo ano que a UNIT é autorizada à oferta dessa modalidade. O impulso ao aumento de vagas pode ser percebido nos Censos da Educação Superior, que aponta tal crescimento, amparado em programas federais que ao mesmo tempo em que amplia vagas nas instituições públicas (REUNI), estimula por meio do financiamento (FIES e PROUNI) a oferta nas instituições privadas. Conforme Pereira (2009) verifica-se um amplo processo de expansão e de mercantilização do ensino superior, intensificado desde o governo de Cardoso e mantido no governo Lula, pautado no pressuposto de que a educação é um “bem público”, sendo, portanto, um direito de instituições públicas e privadas oferecerem seus serviços educacionais à população.

O segundo aspecto a considerar é que com esse processo de adequação do sistema educacional à lógica do capital, a inovação tecnológica ganha *status* de democratização de acesso ao ensino, assegurando assim uma “inserção social”, ou seja, o ensino *on-line* (ou outras formas na modalidade) que move a EaD no âmbito da graduação, favorece a expansão desordenada da educação superior de baixo custo, com acompanhamento virtual e com encontros presenciais realizados, geralmente, uma vez por semana quando tem previsto. Um dos aspectos críticos

dessa relação pode ser percebido pela ausência da vivência junto à comunidade acadêmica e do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Outro aspecto importante refere-se ao corpo docente. A produção na área de Serviço Social, seja na pós-graduação *stricto sensu*, seja na produção das entidades da categoria, sinaliza uma deficiência tanto na contratação por meio de tutoria, como a qualificação e titulação, pela existência de professores com baixos e insuficientes graus de titulação e experiência acadêmica ou profissional para o exercício docente. Essa característica é percebida no quadro de docentes com formação nas áreas, pois há um baixo índice de assistentes sociais com titulações de mestrado e doutorado. E com isso, muitos dos mestres e doutores que compõem o quadro de docentes são de outras áreas para atender a exigência mínima do Instrumento de avaliação para autorização e reconhecimentos de cursos oferecidos pelo MEC.

O resultado desse cenário para a formação profissional daqueles que optam pelo ensino superior na modalidade EaD é a presença do tutor em detrimento da presença do professor em sala de aula da formação, como se dá na modalidade presencial. Esse fato foi comprovado nas plataformas das IES pesquisadas, o guia de percurso dos cursos em Serviço Social disponibiliza no site, ou seja, via internet a interação do aluno e do tutor, esvaziando o processo de discussão no ambiente universitário.

Nas 13 IES pesquisadas, observou-se que apenas quatro disponibiliza o quadro docente para consulta: UNIP, UNIT, ULBRA e FDP II. Em estudos pelo país ressalta-se que há um número expressivo de docentes sem titulação de mestrado ou doutorado, e na sua maioria, os docentes possuem o título de especialista. As quatro IES em Sergipe o corpo docente disponibilizado para consulta possuem 95 docentes, dentre os quais 14 com especialização. No caso de docentes com formação na área de Serviço Social, do total de 29 docentes, cinco possuem especialização. Esse dado aproxima-se do que indica o Censo da Educação Superior, ou seja, a redução de especialista do quadro docente das IES. Essa constatação merece um estudo detalhado, uma vez que se vincula às condições de trabalho.

O desdobramento desta nova configuração da educação para o trabalho docente conduz a um exercício, que estimula uma divisão por tarefas, não se qualifica a atividade de docência sob o tripé ensino, pesquisa e extensão, como

interligados e componentes de uma formação integradora. Uma realidade presente nas IES públicas e privadas. No entanto, debater a precarização do exercício da docência é reconhecê-la como trabalho e produto do atual estágio de organização da divisão social e técnica do trabalho, construído na correlação de forças entre capitalistas e trabalhadores. Sendo assim, o que acontece no âmbito das IES pesquisadas na relação docente/aluno é o distanciamento acadêmico, conseqüentemente há uma distorção na definição do papel da universidade como ambiente que produz conhecimento, revelando uma opção do aprendizado, entendido como repasse de pacotes fechados de conhecimento, o aluno como cliente e o conhecimento como mera mercadoria.

Outro elemento diz respeito aos projetos pedagógicos das IES pesquisadas, conclui-se que são construídos para atender a lógica do mercado. Quando analisamos na dissertação a necessidade de interação dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS para uma formação de qualidade, a presente dissertação se propõe a contribuir minimamente com a produção acadêmica a respeito do tema.

Uma análise cuidadosa desse processo na formação acadêmica dos alunos inseridos em graduação de Serviço Social EaD é imprescindível nestes tempos de mercantilização da educação, por outro lado essa análise não pode ser discriminatória e nem realizada com o fim de encontrar culpados. Antes de tudo, a análise deve conduzir para compreender a lógica subjacente a expansão de EaD e trazer luz sobre as conseqüências da mercantilização do ensino superior brasileiro por meio da precarização da formação e sua conseqüente desvalorização profissional, principalmente no entendimento construído pela categoria sobre o Serviço Social

É fundamental ressaltar ainda que a precarização do processo formativo não atinge somente os graduados/as na modalidade EaD, mas também aqueles/as que cursam a formação na modalidade presencial. Contudo, face as particularidades do Serviço Social a formação na modalidade EaD pode apresentar limites para uma formação preconizada pelas entidades da categoria, uma vez que o EaD favorece a massificação do ensino, a ausência de vivência acadêmica, de contato direto e presencial com o corpo docente. E por fim, há uma tendência expressiva da inexistência da relação ensino, pesquisa e extensão, uma vez que não há uma preocupação nos projetos pedagógicos com o que recomendam as DC's da

ABEPSS. Nesse sentido, ante às perspectivas, considera-se a modalidade EaD uma realidade, o que exigirá das entidades da área de Serviço Social no Brasil rever as estratégias para seu enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A Formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In. **Serviço Social no Brasil: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo**, org. Maria Ludimila de Oliveira e Silva. São Paulo: Cortez, 2016.

ABEPSS, Política Nacional De Estágio Da Associação Brasileira De Ensino E Pesquisa Em Serviço Social –ABEPSS.

_____. AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: aprofundar a crítica e avançar nas estratégias de resistência¹ ABEPSS – Gestão “Lutar quando é fácil ceder” 2103/2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. p. 31-32.

ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da educação**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BAUER, Carlos, LIMA JARDILINO, José Rubens. Apontamentos sobre uma história recente: Gênese e Desenvolvimento da Universidade Brasileira. **Revista Historia de La Educación Latinoamericana**, N.7, Tunja, Universidade Pedagógica y Tecnológica de Columbia, RUDECOLOMBIA, pp. 9-36), 2005.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político do serviço social. In: CRESS 7a Região. (Org.). **Assistente social: ética e direitos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Daugraf, 2008, (Coletânea de leis e resoluções, v. 1).

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e a perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2 ed., 2008.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 173 p.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. IN Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 46-54 2007. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Redes**; Tradução: Roneide Venâncio Majet. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) são Paulo: Paz e Terra. 1999.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade operacional**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, v.4. n. 3, supl. 1, p. 1-8, 138 1999. Disponível em: Acesso em: 28 jan. 2014.

_____. A universidade operacional. **Folha online**. (09/05/1999). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_3.htm>. Acesso em: 02 out. 2017.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. **Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 43 - 58, jan./jul. 2016

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

CONSELHO Federal de Serviço Social. RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008 - **Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social**. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> Acesso em 19 de junho de 2013. _____. Código de Ética do/a Assistente Social. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em 19 de junho de 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

DE MARI, Cezar Luiz. Educação Superior e a sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90. **Conjectura**, V. 14, n. 1, Caxias do Sul, 2009.

DIAS, Adelaide Alves. **Educação – Direitos Humanos**. I. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 513p. ISBN: 978-85-7745-147-X. UBPB/BC. 1

FÁVERO, M. L. A.. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar Curitiba**, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. As reformas neoliberais: ensino de graduação a distância e exame de proficiência. **Revista em Pauta**. Nº 20, 2007.

_____. Implicações da Reforma do Ensino Superior para a Formação do Assistente Social: desafios para a ABEPSS. **Revista Temporalis**, ano I, nº1 – Brasília, janeiro a julho de 2000, p.81-97.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. de. Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista da UFG- Tema Ensino Superior/ Órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás – Ano VII, No. 2, dezembro de 2005**

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, São Paulo, Atlas 1994

GREGÓRIO, José Renato Bez de. Contrarreforma da educação superior no Governo Lula da Silva. **Ver a Educação**, v. 12, n. 1, p. 29-64, Belém, 2011.

GUAZZELLI, Amanda, ADRIANO Ana Livia. Formação profissional em Serviço Social: fundamentos e desafios ético-políticos. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

GUIMARÃES, André Rodrigues. MONTE, Emerson Duarte. SANTIAGO, Salomão Nunes. Expansão e financiamento da educação superior pública brasileira: perspectivas para o novo PNE (2011-2020). **Universidade e Sociedade DF**, ano XXI, nº 48, julho de 2011

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade:** Trabalho e formação profissional, São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Reforma do ensino superior e Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília-DF, Brasília-DF, v.1, n. 1, p. 99-112, 2000.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão.** CFESS: Brasília, 2002.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche.** Capital financeiro, trabalho e questão social, 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001>

Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo do Ensino Superior 2011.** Brasília: Ministério da Educação, 2013.

KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS. **Reprodução social, trabalho e serviço social.** Capacitação em Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

_____. Formação profissional em serviço social: exigências atuais. In:CFESS/ABEPSS. **Capacitação em serviço social.** Direitos sociais e competência profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 2009.

KENSKI, Vani M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 3. ed. Campinas, SP. Papirus, 2003.

LIMA, Kátia: Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (Org.) **Serviço social e educação.** 2, ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013

_____. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 15(1): 31-50, jan.-jun./2009 **Contra-reforma na educação superior brasileira:** impactos na formação profissional em Serviço Social

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálysis** [online]. 2007, vol.10, n.esp, pp.37-45.

LIMA, Katia Regina de Souza; CASSAB, Maria Aparecida Tardin. O ensino de graduação no serviço social– principais impasses e importantes potencialidades. **Revista Temporalis**, ano III, Suplemento – Brasília, novembro de 2002, p.77- 88.

LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica 2003.

MACIEL, Renildes Santos.

MARI, Cezar Luiz de. **Educação superior e sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90.** Texto apresentado no IV Congresso Internacional sobre Historia y Prospectiva de las Universidades de Europa e América, nos dias 24 e 27 de outubro de 2006, em Barquisimeto, Venezuela. In Conjectura Cezar Luiz de Mari, vol.14, n.1, junho /maio de 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

Sindicato Das Mantenedoras De Ensino Superior (SEMESP) **Mapa do Ensino Superior no Brasil.** São Paulo: SEMESP, 2016.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Reflexões sobre o serviço social e o projeto ético-político profissional.** UEPG, 2006.

MASETTO. M. T. **Mediação pedagógica e o uso da tecnologia.** In: MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T. BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006. p.133-1

Ministério da Educação Secretaria de Educação Superior (Brasil), Comissão assessora para educação à distância, Relatório, Portaria MEC nº. 335, de 6 de fevereiro de 2002. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/EAD.pdf>>

_____. **Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano.** 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em 08/10/2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. 1994.

MOREIRA Tales WillyanFornazier; CAPUTI, Leslieane. **As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores Éticos e Políticos para a Formação Profissional em Serviço Social.** Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XVII, n.50. São Paulo, Cortez,1996.

_____. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64/ 8. ed.- São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Introdução ao método na teoria social. CFESS/ ABEPSS **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. – BRASÍLIA: CFESS/ ABEPSS, 2009.

_____. **A construção do projeto ético-político do serviço social.** Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Desigualdade, pobreza e Serviço Social.** Rio de Janeiro: UERJ. Revista em Pauta. 2007. n. 19, p. 134-170

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social: Elementos para Reflexão**. *Temporalis / Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS- ano XI, n. 17(jan-jul. 2009)*

PENA, Rodolfo F. Alves. "Economia de Mercado"; *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/economia-mercado.htm>)

PEREIRA, Larissa Dahmer. Estudos: Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis v.12 n.2 jul/dez 2009.

PEREIRA, Larissa Dahmer; FERREIRA, Andreza Telles dos Santos; SOUZA, Andréa Cristina Viana de. Análise comparativa entre expansão dos cursos de serviço social EaD e presenciais. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 27, p. 181-202, jan./jun. 2014.

PINTO, Marina Barbosa. Precarização do trabalho docente: competitividade e fim do trabalho coletivo. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (Org.) **Serviço social e educação**. 2, ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013

POULANTZANS, Nicos- O Estado, o poder, o socialismo.- São Paulo: Paz e Terra, 2000 (Biblioteca de Ciências sociais; v. n. 19) Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ)

QUARTIERO, Elisa Maria. In. **Novas tecnologias, novas demandas educacionais: a visão dos trabalhadores**. PERSPECTIVA Florianópolis, v.14, n. 26! p. 187 - 201, jul./dez. 1996

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo, Cortez ano 2005.

SANTOS, Vera Maria dos. **A Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX**. São Cristóvão, 2004. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SILVA, Franklin Leopoldo. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública / **Estudos Avançados** 15 (42), 2001.

SILVA, Antonio Israel Carlos da. **Crítica à formação profissional em Serviço Social no ensino a distância**. Em Pauta, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de. 2016 - n. 37, v. 14, p. 150 – 173. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação ?/ José Fernando Siqueira da Silva – 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013**

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1991.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço

Social. In: **Capacitação em Serviço Social**. Direitos Sociais e Competências Profissionais CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 2009.

TEIXEIRA, Aloísio. **O ajuste impossível** – Um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994.

TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana. 2. ed. Maceió: Edufal, 2005.

_____. **Pluralismo metodológico**: Falso caminho.

ZUIN, Antonio. **Educação à distância ou educação distante?** O programa Universidade Aberta, o tutor e o professor virtual. Educação & Sociedade, Campinas, n.96, v 27, número especial, Cedes, out. 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PRODUÇÃO *STRICTO SENSU* SOBRE SERVIÇO SOCIAL E EAD/PROGRAMAS DE SERVIÇO SOCIAL

ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2009	Mestrado em Serviço Social	Serviço social e ensino a distância (EAD): análise da expansão	Ana Cristina Borges Pimenta	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
RESUMO	A presente pesquisa, dividida em quatro capítulos, mais as considerações finais, configura-se como um estudo de natureza qualitativa (exploratória e explicativa) que procurou analisar e tecer algumas considerações sobre a dinâmica da expansão dos cursos de graduação a distância de Serviço Social, logo após a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1997 até 2007, à luz da reforma universitária. O trabalho discute as transformações ocorridas no ensino superior brasileiro desde o aparecimento das primeiras escolas de educação superior, ainda no Brasil Colônia até os primeiros do século XXI, levando em consideração que a política do Estado para esse setor tem sido de diminuição de atuação. Parte dos princípios de que o Estado na atualidade, frente às políticas de cunho neoliberal e de uma sociedade globalizada, assume ações focalistas e amplia a abertura da educação superior para a exploração do mercado, com base mercadológica, com tendências a favorecer e expandir a privatização deste setor. Nesta perspectiva, a formação profissional do assistente social não fica imune a mercantilização do ensino superior concebida com a expansão desenfreada das IES privadas não-universitárias e atualmente com a constituição e funcionamento dos cursos a distância. Tal cenário, considerando as especificidades da profissão, constata uma tendência à precarização no âmbito do Serviço Social baseada em formação profissional mercantilizada, comprometendo a qualidade do ensino de Serviço Social e criando um processo de desvalorização da profissão.			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2010	Mestrado em Serviço Social	O ensino a distância no Estado de Santa Catarina e suas implicações ao projeto ético-político profissional do Serviço Social	Selma Graciele Gomes	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
RESUMO	O presente estudo teve como objetivo analisar o ensino a distância, em nível de graduação, evidenciando irregularidades apresentadas por esta modalidade de ensino e as conseqüentes implicações trazidas ao projeto ético-político profissional do Serviço Social, bem como apresentar as ações das entidades representativas da categoria frente a esta realidade. Para a compreensão do significado dado a discussão em pauta se localiza o ensino superior dentro da sociedade de classes, pautando seus nexos históricos e os determinantes que caracterizam a fase de mundialização do capital. A atual sociabilidade do capital engendra as novas configurações societárias que determinam os moldes sócio-econômicos vigentes conduzidos pelos organismos internacionais. O ensino superior tal como está posto é resultado do processo de mudanças sócio-políticas num contexto internacional. No Brasil esta mudança passa a ser entendida a partir da contra-reforma universitária que tem como marco cronológico a década de 1990. Neste contexto, o ensino a distância ganha visibilidade no Brasil a partir da década de 1990 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e outros marcos legais que dão legitimidade à referida modalidade de ensino. A partir desta década ocorre um acelerado crescimento de cursos de Ensino a Distância (EAD), inclusive no Serviço Social, trazendo à profissão uma série de desafios. A problemática de pesquisa do referido estudo é caracterizada a partir da seguinte			

	<p>questão: Quais são as implicações, advindas da formação em nível de graduação na modalidade de EAD no Estado de Santa Catarina, trazidas à formação profissional ancorada no projeto ético-político profissional do Serviço Social? A referida investigação foi desenvolvida através de pesquisa exploratória de caráter qualitativo pautada no método dialético em Marx. Os dados foram coletados por meio de fontes documentais. Na análise dos dados documentais se identificou as irregularidades pedagógicas e técnico-administrativas. A partir da exposição destas irregularidades se identificou suas implicações aos princípios e valores ético-políticos, à matriz teórico-metodológica, aos princípios político-pedagógicos, aos marcos jurídico-políticos e às ações político-organizativas trazidas ao projeto ético-político profissional do Serviço Social. Frente à realidade posta pelo EAD se definiu as ações desenvolvidas pelo CRESS/SC em conjunto com as entidades representativas da profissão caracterizadas como: ações político-pedagógicas, ações político-jurídicas e ações técnicoadministrativas.</p>			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2011	Doutorado em Serviço Social	Uma modalidade de Ensino na Educação: educação à distância	Claudete PaganucciRubio	UNESP/FRANCA
RESUMO	<p>A presente pesquisa tem como objetivo contribuir com o debate acerca da formação docente, ao buscar compreender as políticas de atendimento da educação a distância no Brasil. Esta proposta está assentada na captação de tendências que fazem a leitura crítica e sistemática da questão. Para este estudo escolheu-se, como caso emblemático, o Centro Universitário Claretiano, situado na cidade de Batatais, interior de São Paulo. O interesse da investigação justifica-se em razão da significativa relevância que as instituições de ensino vêm demonstrando em relação à modalidade de ensino a distância na educação brasileira e no esclarecimento às divergências existentes na relação com a ação social, inerente ao trabalho do Centro Universitário Claretiano. Da constatação inicial de que é bastante complexa a visão do ensino mediado por tecnologias e da importância desta na visão do homem como ser histórico, nasceu o tema desta pesquisa: refletir sobre a política de atendimento como ação social e elaborar esclarecimentos com maior nitidez e discernimento para os interessados no assunto acerca de Educação a Distância. Assim, a escolha do tema e a opção pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social, está centrada nos pilares da transformação social na área da Educação. Diante deste contexto, foi elaborado o problema norteador da pesquisa: a proposta da Educação a Distância no Brasil e a aplicação prática atende o profissional, no que diz respeito à emancipação social? Para responder ao questionamento, o trabalho foi estruturado numa perspectiva de explicitação e caracterização da metodologia da pesquisa embasada em Minayo (1999), Martinelli (1999) e Bardin (1997), com levantamento, análise e interpretação dos dados. Dos resultados obtidos, o que se pode perceber é que a expansão do mercado educacional, seja público ou privado, vai aos poucos, eliminando preconceitos relacionados ao ensino a distância, à medida que os estudantes se familiarizam com as novas tecnologias e linguagens, diminuindo também as distâncias sociais. Desta maneira, a Educação a Distância passa a ser oferecida à sociedade de forma democrática, numa situação de igualdade e oportunidades para todos. Palavras-chave: educação a distância. emancipação social. políticas educacionais. mercado de trabalho. democracia.</p>			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2011	Mestrado em Serviço Social	Serviço Social e Ensino à Distância No Brasil: formação dos intelectuais colaboracionistas na construção da nova hegemonia do capital	Mauricélia Cordeira da Silva	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
RESUMO	<p>Não foi disponibilizado no site a pesquisa para leitura.</p>			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2011	Mestrado em Serviço Social	Educação superior e Serviço Social: uma aproximação à análise do ensino à distância de Serviço Social no Estado do Rio de Janeiro	Giselle Soares Azevedo	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESUMO	Não foi disponibilizado no site a pesquisa para leitura.			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2013	Mestrado em Serviço Social	O processo de Formação do Assistente Social na modalidade de educação a distância em Palmas-TO	Giovanni Bezerra do Nascimento	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
RESUMO	A presente dissertação trata do processo de formação do assistente social pela modalidade de educação à distância no município de Palmas-TO. Seu objetivo é identificar o crescimento da EaD no Brasil e no Tocantins, assim como a metodologia de ensino desenvolvida, investigando os limites de sua adequação às Diretrizes Curriculares. A privatização das políticas sociais no Estado burguês é um fator típico da realidade que vem enfrentando a educação superior brasileira, especialmente, quando se adere aos ditames da mercantilização, deixando a livre iniciativa do mercado para prover esta metodologia de ensino. Isso é percebido, principalmente, no curso de serviço social, que ao longo de sua história se firmou em uma formação voltada para atender às necessidades da classe trabalhadora, contribuindo com sua emancipação. O problema da qualidade do ensino prestado pelos cursos na modalidade EaD é percebido com ênfase, no crescente número de instituições de educação a distância, que em sua maioria, está ligado a faculdades isoladas, nas quais não há articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Isso indica o descompromisso de determinadas instituições em atender ao disposto nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Por sua natureza jurídica, o propósito da EaD é vender uma mercadoria educacional, sem o compromisso com a qualidade do serviço prestado, o que concorre para a ampliação do exército de reserva profissional, a serviço do mercado.			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2014	Doutorado em Políticas Públicas	A Formação profissional em Serviço Social nos países amazônicos da América Latina sob o neoliberalismo: tendências no movimento de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Colômbia'	Cristiana Costa Lima	UNIVERSIDADE FEDERAL DOMARANHÃO
RESUMO	Aborda as perspectivas da formação profissional em Serviço Social na América Latina frente às tendências no movimento de expansão e privatização do ensino superior nos países amazônicos, em particular no Brasil e na Colômbia. Analisa a configuração da expansão do capital na região latino-americana amazônica sob o neoliberalismo, destacando as reformas implementadas que conduzem a Colômbia a um profundo ajuste neoliberal e o Brasil ao ressurgimento da ideologia do desenvolvimento. Situa, nesse contexto, a reforma educacional do ensino superior, que propicia a expansão do ensino privado e a privatização e desmonte do ensino público nos dois países, resultante de estratégias de organismos internacionais que tornam a formação profissional em geral funcional aos interesses da expansão do capital na região. Demonstra que o modelo educacional pensado para a região é a base da cultura neoliberal e da pós-modernidade que incidem sobre a formação profissional em Serviço Social em ambos os países. Assim, no resgate do processo de constituição do Serviço Social em relação à formação social do Brasil e da Colômbia, recupera as configurações teórico-históricas da profissão, destacando o vínculo com a questão educacional latino-americana ocorrido via implantação de grandes projetos econômicos e de infraestrutura que demandam outro tipo de profissional e, por conseguinte, outra formação profissional. Esta, por sua vez, condicionada por um restrito espaço de pesquisa, pouca elaboração de conhecimento, acentuado produtivismo e voltada primordialmente para responder às exigências do capital. Revigora-se uma cultura conservadora na formação profissional em Serviço Social, sobretudo advinda do ensino na modalidade privada e a distância, que traz impactos ao projeto ético-político pretendido para a profissão no Brasil e reforça o tecnicismo profissional na Colômbia. Deste modo, verifica-se como as tendências desse processo desvincula a formação profissional do debate acerca da ampliação do capitalismo dependente na região amazônica, ao mesmo tempo em que a torna pragmática, reorientada ao abandono da luta de classes e da análise crítica da sociedade, voltada ao mercado e à resolução de problemas individuais, a partir da redefinição do papel da universidade.			

ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2014	Mestrado em Serviço Social	Formação Profissional e Mercado de Trabalho do Serviço Social: Uma análise dos egressos da EAD em Paulo Afonso-Ba	Járlita Valéria de Andrade	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
RESUMO	<p>A presente dissertação tem como objeto de investigação a formação profissional e mercado de trabalho dos assistentes sociais egressos da educação a distância (EaD). Para tanto, o objetivo deste estudo é apresentar um panorama da formação profissional e mercado de trabalho dos assistentes sociais egressos da EaD no município de Paulo Afonso-BA, partindo da análise de aspectos históricos e impactos da reforma do ensino superior para o Serviço Social. Especificamente, buscaram-se elencar aspectos históricos da formação profissional e constituição do mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro; estudar a formação profissional do Serviço Social na modalidade EaD à luz da reforma do ensino superior; analisar o processo de formação profissional das instituições de ensino superior (IES) que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade de EaD, em Paulo Afonso-BA, reconhecidas ou em processo de reconhecimento pelo MEC; e, verificar o perfil dos profissionais egressos do Serviço Social na EaD em Paulo Afonso-BA, concluintes entre 2010 e 2013, sua e inserção no mercado de trabalho. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, caracterizada como estudo de caso, delineada pela pesquisa bibliográfica e empírica, cuja análise versa sobre aspectos quantitativos e qualitativos. O universo de pesquisa corresponde a 49 assistentes sociais egressos da EaD entre 2010 e 2013 de IES instaladas em Paulo Afonso-BA, com registro ativo no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 5ª região- Bahia. A amostra é não-probabilística por conveniência e totaliza 20% do universo, ou seja, 10 profissionais. Dentre os resultados, destacam-se a expansão exagerada da oferta do curso de Serviço Social na EaD; a fragilização no processo de formação profissional; e a inserção e exercício profissional precarizados.</p>			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2015	Mestrado em Serviço Social	Expansão e Mercantilização do Curso de Serviço Social: análise sobre a direção da formação profissional nas instituições de ensino superior privadas (presencial e à distância) em Maceió-AL	Ana Paula Ferreira Agapito	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
RESUMO	<p>Essa dissertação trata sobre a direção da formação profissional em Serviço Social nas instituições de ensino superior privadas (IESs) em Maceió/AL, na modalidade de ensino presencial e a distância. Objetiva-se identificar as tendências teórico-metodológicas da formação nestas IESs privadas. Para entender o processo de expansão da formação em Serviço Social nas IESs privadas, no Brasil e particularmente em Maceió/AL, é indispensável compreender o processo de crise do capital e suas estratégias de recuperação das taxas de lucros, particularmente no contexto de contrarreforma do Estado e os rebatimentos para a política educacional no Brasil. Procura-se entender como essas determinações do capital trazem implicações para uma proposta de formação profissional em consonância com a direção social assumida no Projeto ético-político do Serviço Social, desde o final da década de 1979, momento de afirmação da teoria social crítica e comprometimento com o projeto societário da classe trabalhadora. A proposta metodológica da pesquisa apoiou-se na perspectiva crítico-dialética, utilizando-se a pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados 03 (três) projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social (período de aprovação do curso, justificativa da reforma curricular, concepção de formação, objetivos, geral e específicos da formação, pressuposto da formação e perfil que se pretende formar) e 02 (dois) planos de curso das disciplinas (ementas, objetivos, conteúdos, bibliografias básicas) dessas IES privadas (presenciais e a distância). A direção da formação em Serviço Social nas IES privadas (a distância) em Maceió/AL expressa tendências teórico-metodológicas que resgatam e reforçam os princípios das bases conservadoras da profissão. Observou-se que a direção da formação em Serviço Social na modalidade de ensino a distância (EAD) compromete a manutenção da direção do projeto de formação proposto pela ABEPSS/1996, porque reforça um perfil profissional que responde as demandas imediatas do mercado de trabalho na execução de projetos e serviços dos programas sociais vigentes. Registra-se que a direção da formação profissional nas IESs</p>			

	privadas presenciais indicam uma aproximação com as orientações das diretrizes curriculares da ABEPSS/1996 nos PPCs e planos de curso das disciplinas (ementas, objetivos, conteúdos e bibliografias básicas). Conclui-se que há diferenças entre a direção da formação nas IESs privadas presenciais e nas IESs privadas EAD em Maceió/AL. Enquanto o ensino presencial indica para uma formação generalista e crítica, por outro lado o ensino EAD propõe uma formação que reforça o pragmatismo, o subjetivismo, o assistencialismo, a análise micro dos fenômenos sociais, o estímulo à responsabilidade social e ao empreendedorismo social (traços peculiares que resgatam o conservadorismo no Serviço Social)			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2015	Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional	Contrarreforma do ensino superior no pós-1990: o EaD como estratégia expansionista	Andreza Telles dos Santos Ferreira	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Resumo	A dissertação tem por objetivo refletir sobre o perfil da expansão do ensino superior brasileiro, em especial do ensino a distância (EAD), bem como analisar a relação entre os mesmos. Compreender o processo de expansão do ensino superior a partir da sua segunda fase que se inicia no governo FHC, passando pelo governo Lula e mantendo-se em vigor com o governo Dilma. Busca-se analisar como estes governos priorizam a ampliação desse nível de ensino via setor privado. Identificamos que a escolha do governo em ofertar EAD está de acordo com as recomendações dos organismos internacionais, com as políticas de ajuste fiscal, a fim de estabilizar a economia e reduzindo os gastos na área social, repassando para iniciativa privada suas responsabilidades. Buscamos, assim, mostrar como o EAD é viável para o aumento das estatísticas educacionais do país, sendo lucrativo para a burguesia nacional e internacional e menos custoso para o Estado, seguindo as exigências do capital internacional em tempo de mundialização do capital.			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2016	Mestrado em Serviço Social	A formação em Serviço Social na modalidade de Educação a Distância (EAD)	PRISCILA CRISTINA DA SILVA CINTRA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
RESUMO	O presente estudo tem o objetivo de problematizar a respeito da formação em Serviço Social na modalidade de Educação a distância (EaD). A crescente ampliação de cursos superiores a distância está alinhada com a política educacional empreendida pelo governo federal desde o mandato de Fernando Henrique Cardoso, com continuidade no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O reconhecimento da necessidade de promover o acesso dos estudantes às universidades massivamente foi concretizado através do incentivo à abertura e ampliação de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, e de cursos nesta modalidade, especialmente na última década. O crescimento da oferta de cursos à distância apresenta duas faces: por um lado, fomenta o setor educacional privado, no qual a educação é vendida como mercadoria, muitas vezes sem a devida preocupação com sua qualidade. Por outro, representa a oportunidade de formação superior a um número significativo de estudantes que não tiveram acesso aos cursos presenciais. No caso do Serviço Social, a graduação à distância é entendida como parte de um processo de precarização da formação, e a profissão, por meio de suas entidades representativas, posiciona-se de modo desfavorável à EaD. Porém, atualmente, os cursos à distância abarcam a maior parte dos estudantes de Serviço Social, o que nos leva a questionar se a postura de enfrentamento a tais cursos por parte da categoria de assistentes sociais é a melhor estratégia na luta pela qualidade da formação profissional. Neste sentido, consideramos necessário demonstrar a representatividade da EaD no cenário da formação em Serviço Social no Brasil, assim como conhecer a formação que estes cursos ofertam. Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa, buscando discutir a EaD sob diferentes pontos de vista, apresentando o panorama atual do Ensino Superior do país com ênfase nos cursos a distância em Serviço Social. Para isso, utilizando os dados dos Censos do Ensino Superior realizados pelo Ministério da Educação (MEC). Na pesquisa de campo objetivamos conhecer a formação ofertada em alguns destes cursos, considerando a perspectiva dos sujeitos inseridos neste processo: coordenadores, estudantes e assistentes sociais graduadas em cursos à distância. O contato com os sujeitos foi feito a partir de instrumentais como a entrevista em grupo e questionários online. Nosso intuito é discutir a formação em Serviço			

	Social por meio da EaD, buscando apresentar novos elementos que ultrapassem o antagonismo de opiniões que caracteriza as discussões acerca da EaD, pois entendemos que o debate sobre a importância da qualidade na formação profissional deve abranger todas as modalidades de educação			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2016	Mestrado em Serviço Social	O Ensino a Distância: um reflexo da expansão mercantilizada da Educação Superior e os impactos no Serviço Social	KARINA CAPUTTI VIDAL	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
RESUMO	<p>A presente dissertação de mestrado tem como objeto de estudo o Ensino a Distância (EaD) introduzido no processo de expansão da educação superior e os seus impactos no Serviço Social. No decorrer desta pesquisa, buscou-se abordar as seguintes questões: Por que existe o EaD? Como se manifesta? E quais são os seus resultados para a profissão? A partir do entendimento da educação como um complexo social fundado pelo trabalho, a análise se deu pela pesquisa bibliográfica e documental, com a proposta de apreender a educação superior, no modo de produção capitalista, e sua relação com o trabalho. A contrarreforma da educação, a partir da incursão do projeto neoliberal, na década de 1990, no Brasil, conduz a um intenso processo de expansão da educação superior, induzido pelos programas e pelas ações dos últimos governos e sua estreita relação com os organismos internacionais. Neste contexto, o EaD se manifesta enquanto um produto do processo da expansão massificada da educação superior mediante os interesses mercadológicos e a adequação de um perfil profissional ajustável às necessidades do capital. Dessa forma, identificou-se que a formação dos assistentes sociais sofre implicações da expansão desenfreada da educação superior, trazendo impactos para o Serviço Social. Assim, ao longo deste estudo, foram considerados cinco Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das Instituições de Ensino Superior (IES) que representam maior número de polos educacionais no Estado de São Paulo e ainda a sua relevância para o mercado educacional. O resultado indica que a modalidade de EaD representa grande expressão na formação de assistentes sociais; revela ainda que o processo de ensino está distante da formação defendida pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, implicando diretamente no perfil profissional. A tendência que se coloca é que, anualmente, o número de profissionais formados na modalidade a distância aumente em relação à formação presencial e traz como desafio para a profissão a definição de estratégias direcionadas à aproximação desses profissionais no fortalecimento do Projeto Ético-Político (PEP) defendido pela categoria profissional</p>			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2016	Mestrado em Serviço Social	Condições de Ensino e Trabalho na Modalidade de Ensino à Distância nos Cursos de Graduação em Serviço Social na Cidade de Mossoró/RN	LUIZ JUNIO DE SANTIAGO ALMEIDA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
RESUMO	<p>No atual contexto o Ensino à Distância (EAD), se apresenta como uma estratégia de massificação e mercantilização do ensino superior no Brasil. Suas nuances visam o ganho de lucro e a precarização das diversas formações profissionais. No contexto do Serviço Social essa modalidade de ensino vem ganhando força e ampliação nos últimos dez anos, como parte do movimento mais geral de reorientação das políticas educacionais em desenvolvimento, nacional e internacionalmente. A despeito de sua recente implantação, estes cursos vêm configurando uma nova dinâmica no interior da profissão, especialmente em razão da lógica e dos interesses que estão subjacentes à sua formulação e disseminação. Nesse contexto se faz necessário a realização de pesquisas que desnudem essa realidade e apresentem estratégias de combate a essa modalidade de ensino. Dessa maneira esse trabalho traz como tema em quais condições de ensino e trabalho se estrutura a modalidade de ensino à distância na graduação em Serviço Social na cidade de Mossoró/RN. Tendo como objetivos analisar em quais condições os discentes vivenciam o ensino nessa formação profissional e os tutores realizam sua prática profissional nas instituições que oferecem o curso de Serviço Social no EaD, em Mossoró. A relevância acadêmica dessa pesquisa se apresenta no sentido de se discutir cada vez mais, na área do Serviço Social, sobre a modalidade de ensino à distância, temática recente e que apresenta vários</p>			

<p>questionamentos para as diversas áreas que trabalham com o ensino. Essa pesquisa visa então fortalecer o debate na formação profissional em Serviço Social. A relevância social se faz no sentido de contribuir para o aprimoramento e discussão dessa modalidade de ensino, buscando investigar como a mesma se materializa e fortalecendo a crítica das entidades representativas do Serviço Social. A pesquisa foi realizada utilizando o referencial materialista histórico dialético. Utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na bibliográfica nos referenciamos nos diversos autores que discutem as categorias trabalhadas, Frigotto (1984, 2011), Yamamoto (2011) Leher (2013) Pereira (2007, 2013), dentre outros que foram citados no decorrer do trabalho. Recorremos também aos documentos que discutem sobre o EaD lançados pelas entidades representativas da categoria, principalmente os 02 volumes lançados pelo CFESS que discutem sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social. Realizamos nossa pesquisa de campo nas cinco instituições que oferecem o curso de graduação em Serviço Social na modalidade à distância, que são: a Universidade Potiguar (UNP), Universidade Paulista (UNIP), Universidade Tiradentes (UNIT), Universidade Anhanguera (UNIDERP) e a Universidade do norte do Paraná (UNOPAR). O tipo de amostragem que foi utilizada em nossa pesquisa com os discentes é a por tipicidade ou intencional. Já com os tutores não houve essa necessidade de realizar amostragem, já que entrevistamos todos. Concluímos que nas condições analisadas o EaD se constitui numa estratégia de massificação e mercantilização do ensino superior, ameaçando e comprometendo a qualidade da formação profissional em Serviço Social, tanto em suas condições de ensino como de trabalho que se constitui de forma alienante não permitindo a materialização de seu projeto ético-político profissional.</p>				
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2017	Mestrado em Serviço Social	O Movimento de Expansão dos Cursos de Graduação em Serviço Social no Estado do Paraná: A Particularidade da Educação a Distância	ANDRESSA ELISA MARTOS ANTUNES	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
RESUMO				
<p>O tema central desta pesquisa é o Serviço Social, com ênfase no movimento de expansão dos cursos de graduação no Estado do Paraná e, em particular, na modalidade de educação a distância (EAD). A questão que orientou a investigação foi: como se expressa a expansão dos cursos de graduação em Serviço Social na modalidade de EAD na demanda por inscrição profissional de assistentes sociais no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região/PR? Esta questão norteadora teve como objetivo geral analisar como se expressa a demanda pelo registro profissional de assistentes sociais a partir da implementação dos cursos de graduação em Serviço Social na modalidade de EAD, na particularidade do capitalismo contemporâneo, num contexto de contrarreforma universitária. Tendo como fundamento o materialismo histórico e dialético, o processo de investigação esteve baseado na pesquisa exploratória, sendo que o conjunto da pesquisa bibliográfica e de campo, através da identificação do total de assistentes sociais com inscrição ativa no CRESS/PR entre os anos 2005 e 2015 – 5931 registros –, possibilitou a realização de aproximações sucessivas com o objeto estudado. A partir desta coleta de dados foi possível identificar em qual Unidade Formadora Acadêmica (UFA) cada assistente social realizou a graduação em Serviço Social. Outro conjunto de dados que compõe a dinâmica e estrutura do objeto de estudo, bem como se constitui como elemento de aproximação sucessiva com o mesmo, diz respeito a reconstrução do movimento de oferta dos cursos de graduação em Serviço Social no Estado do Paraná. Tal reconstrução foi realizada a partir do registro dos profissionais com inscrição ativa no CRESS/PR, sendo utilizando o Cadastro e-MEC como fonte de coleta de dados, onde ficam cadastradas todas as Instituições de Ensino Superior e respectivos cursos em todo o Brasil. Não obstante ao fato de que a maioria dos assistentes sociais registrados no CRESS/PR entre os anos 2005 e 2015 seja proveniente da graduação na modalidade presencial, há uma tendência real de que, tão logo, assistentes sociais habilitados ao exercício da profissão sejam, majoritariamente, oriundos da graduação na modalidade de EAD. A pesquisa identifica a procedência das respectivas UFAs na relação entre natureza – públicas e privadas –, bem como a modalidade de ensino – presencial e EAD. Conclui que a política de educação superior em curso é estratégica no processo de acumulação capitalista constituindo-se num novo nicho de mercado, impactando a luta e resistência do</p>				

Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social brasileiro na defesa da educação como direito.				
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2018	Mestrado em Serviço Social	Os ideários dos egressos do ensino a distância na formação profissional em Serviço Social	ANTONIO ISRAEL CARLOS DA SILVA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
RESUMO	<p>A ampliação de cursos de Serviço Social na modalidade ensino a distância (EAD) situa-se no cenário de reatualização de projetos educacionais hegemonicamente elaborados pelos intelectuais orgânicos da burguesia internacional. Tal processo apresenta tensionamentos e contradições ideológico-políticas que atingem a consciência social dos novos agentes profissionais do Serviço Social. Nesse sentido, esta dissertação teve como objetivo central apreender os ideários dos egressos de cursos de Serviço Social da modalidade ensino a distância. O conceito de ideário vincula-se à categoria de ideologia, a qual assume a condição de mediação da reprodução social das classes, dirigindo as vontades humanas, por meio da formação de determinadas concepções de mundo, ideários e práticas sociais dos sujeitos. Especificamente, nesta dissertação, a utilização de ideário corresponde à identificação das concepções de profissão, perspectivas profissionais e projetos de vida dos sujeitos pesquisados. Como recurso metodológico realizou-se revisão de literatura em livros, artigos científicos, teses e dissertações que subsidiaram os conceitos e as categorias analíticas acionadas no percurso investigativo; e pesquisa de campo, através da realização de grupos de discussão (entrevista coletiva) com assistentes sociais egressos de cursos de Serviço Social da modalidade EAD. Com a dissertação, identificase a tendência contraditória de três ideários que perpassam a dinâmica de formação profissional no EAD, marcados por unidades dialéticas: o ideário da “ajuda”, o ideário da “empregabilidade” e o ideário cultural da formação no EAD. O ideário da “ajuda” traduz uma reatualização do humanismo abstrato e a apologia a referenciais cristãos como mobilizadores das motivações pela escolha do curso e da concepção de profissão incorporada. Por sua vez, o ideário da “empregabilidade” produz a ideia de que a formação graduada em nível superior poderia promover mobilidade social, com vistas a mistificar a formação como mecanismo de acesso e permanência ao mercado de trabalho, negligenciando o crescente desemprego crônico na sociabilidade burguesa. Já o ideário cultural da formação no EAD superdimensiona o papel das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na vida social e, especialmente, nos processos educativos, articulando as tecnologias educacionais às pedagogias contemporâneas, como: a formação para a empregabilidade, o “aprender a aprender” e a subjetivação pedagógica dos processos formativos. Por fim, considera-se que os depoimentos apresentados pelos sujeitos pesquisados revelam tendências de regressividade político-ideológica e intelectual no interior do Serviço Social brasileiro.</p>			

Fonte: Dados extraídos e consolidados pela autora com base na Plataforma Sucupira.

APÊNDICE B – PRODUÇÃO *STRICTO SENSU* SOBRE SERVIÇO SOCIAL E EAD/OUTRAS ÁREAS

ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2010	Mestrado em Educação	Experiência de docentes e discentes sobre a formação profissional em serviço social na modalidade E@D na Unopar do território de cidadania de Itaparica	Adailton Soares da Silva	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
RESUMO	. Esta pesquisa tem como objetivo principal, analisar sob a ótica dos docentes, tutores e discentes egressos da turma de 2010.1, o processo de formação acadêmico e profissional no curso de Bacharel em Serviço Social na modalidade de Educação a Distância, no polo de ensino da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), na cidade de Paulo Afonso/BA. Metodologicamente, optou-se pela investigação do tipo qualitativa, por meio do estudo de caso histórico-organizacional, envolvendo o Polo de Ensino Presencial dentro Território de Cidadania de Itaparica. Consultaram-se várias fontes de informação como: a literatura pertinente ao objeto; documentos de instituições vinculadas à temática (CFESS/CRESS/ABEPSS, ENESSO, Associação Nacional dos Tutores de Educação a Distância – ANATED), sítios eletrônicos com informações sobre o tema. Especial destaque foi atribuído a realização de entrevistas focalizadas com os atores sociais (professores especialistas e tutores de sala), profissionais envolvidos diretamente com a formação dos estudantes e os discentes egressos do referido curso. Após a análise dos discursos, constatou-se uma “fragilidade” neste modelo de ensino e ao mesmo tempo uma contradição pela inserção de boa parte destes profissionais no mundo do trabalho, em especial no enfrentamento da <i>questão social</i> na região do semiárido brasileiro. Por fim, o acesso ao ensino superior no país, deve ter como princípio a equidade entre todos/as os estratos sociais, em diferentes regiões do país, sendo o mesmo, público de qualidade e emancipatório.			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2010	Mestrado Profissionalizante em em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local	Graduação a distância em Serviço Social: limites e possibilidades de uma formação superior com qualidade.	Daisy Dias Lopes	CENTRO UNIVERSITARIO UNA
RESUMO	A pesquisa realizada abordou a expansão do ensino a distância no Brasil, em especial nos cursos de graduação em Serviço Social e suas implicações com a qualidade da formação do futuro assistente social. Uma ampliação do acesso ao ensino superior pela via da iniciativa privada, em detrimento da ampliação de uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade e a luta histórica dos assistentes sociais em defesa da educação enquanto direito de todos e dever do Estado; foram questões que motivaram conhecer a nova modalidade de ensino aplicada à formação em Serviço Social, seus limites e possibilidades. As mudanças ocorridas nos últimos tempos impactaram e invadiram várias dimensões da vida em sociedade. As tecnologias da informação e comunicação trouxeram inovações que vão sendo apropriadas no espaço educacional. Assim, um novo paradigma na educação vai se delineando - o ensino a distância. Esta nova modalidade de ensino consagrou a figura de um profissional que exerce atribuições fundamentais na construção deste modelo – o tutor. A atuação deste profissional tem implicações no processo de ensino e aprendizagem e nesta pesquisa, sob o prisma da tutoria presencial, realizou-se a análise da formação de estudantes de Serviço Social. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a formação de estudantes do curso de graduação, na modalidade à distância, em Serviço Social ofertada em polos presenciais de uma instituição de ensino superior, em Minas Gerais, por intermédio da atuação dos tutores presenciais. Optou-se por uma metodologia qualitativa, que melhor se adéqua ao problema, aqui sob análise, com a realização de pesquisa de campo que permitiu a aproximação com o fenômeno que se desejava analisar e como estratégia de pesquisa utilizou-se o estudo de caso. Os principais resultados obtidos apontam para fragilidades no uso das tecnologias de			

	informação e comunicação no âmbito educacional; aligeiramento no processo de ensino e aprendizagem na apreensão de conhecimentos estruturadores da profissão do assistente social; dificuldades e precariedade na realização do estágio supervisionado; poucas oportunidades de discussão ética e política das questões que envolvem o Serviço Social, do ponto de vista das tutoras. A modalidade educação a distância aponta possibilidades e limites, mas dependerá, em muito, da capacidade de se aliar pedagogia e tecnologia para o contexto não presencial, bem como com a adequação pertinente das especificidades da área de conhecimento e sua aplicabilidade, para que seus resultados realmente qualifiquem a formação profissional.			
ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2011	Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional	O processo de absorção de Egressos pelo mercado de trabalho do Curso de Serviço Social a distância da Universidade Anhanguera - Uniderp em Mato Grosso Do Sul	Maria de Fátima BregolatoRubira de Assis	UNIVERSIDADE ANHANGUERA
RESUMO	Este trabalho investiga a absorção pelo mercado de trabalho dos egressos da primeira turma do Curso de Serviço Social da Universidade Anhanguera-Uniderp, na modalidade de ensino a distância, em Mato Grosso do Sul e os desafios encontrados nesse percurso. Para compreensão do processo, considerou-se necessário historiar a Educação Superior no Brasil, a Educação Superior na modalidade a distância e seu processo de expansão atual, tomando como ponto de partida a década de 1990. Buscou-se fundamentação teórica em especialistas, com vistas ao entendimento histórico, análise crítica, dialética e respaldo na legislação em vigor. A compreensão do Serviço Social enquanto profissão regulamentada foi norteadada pelos estudiosos da área. Também foi apresentada a Universidade Anhanguera-Uniderp, o Curso de Serviço Social, sua metodologia e o contexto onde se inserem os sujeitos pesquisados. A coleta de dados foi realizada por meio de dois questionários, via correio eletrônico. Posteriormente esses questionários, foram enviados para egressos e professores-tutores presenciais. Obtivemos como resultado que a maioria é do sexo feminino, são casadas, com vínculo empregatício em instituições públicas e possuem acesso à tecnologia na própria residência. Uma parcela significativa dos egressos participantes do levantamento realizado está inserida no mercado de trabalho e encontra-se matriculada em curso de especialização, entretanto a maioria ainda não iniciou uma pós-graduação. O resultado demonstrou que a inserção no mercado de trabalho tem relação com a atuação no campo de estágio e na aprovação em processo seletivo ou em concurso público. A flexibilidade no horário das aulas e o acesso ao polo de ensino influenciou a escolha do curso, bem como a sua conclusão. Na visão dos egressos e dos professores-tutores presenciais, as maiores contribuições do curso ao desenvolvimento social do município foi o acesso ao ensino superior por meio da educação a distância e a possibilidade de atuar no próprio município.			

Fonte: Dados extraídos e consolidados pela autora com base na Plataforma Sucupira.